



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

ERNESTO GEISEL

MENSAGEM
AO
CONGRESSO NACIONAL

ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1976



1976



SUMARIO

INTRODUÇÃO

POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA

Apreciação Geral

FAZENDA
TRANSPORTES
AGRICULTURA
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
MINAS E ENERGIA
INTERIOR
COMUNICAÇÕES

POLÍTICA SOCIAL

Apreciação Geral

EDUCAÇÃO E CULTURA
TRABALHO
SAÚDE
PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

POLÍTICA EXTERNA

JUSTIÇA

POLÍTICA INTERNA
ORDEM JURÍDICA
SEGURANÇA INTERNA
AÇÃO SOCIAL

FORÇAS ARMADAS

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS
MARINHA
EXÉRCITO
AERONÁUTICA



Senhores Membros do Congresso Nacional

Introdução adequada a esta Mensagem, na verdade, são as palavras que dirigi ao povo brasileiro, ao se findar o ano de 1975. Visão impressionista de uma realidade duramente vivida dia a dia, com apoio em estimativas que ora se confirmam em precisão maior e sem discrepâncias relevantes, merece que a recapitulemos aqui em largos traços, nos seus parâmetros essenciais.

«1975 não foi um ano fácil para o Brasil» — dissemos então, para acrescentar quase a seguir: «1976 será um ano difícil também, mas... temos todas as condições para enfrentar as dificuldades e, a despeito delas, alcançar ainda significativa marca de crescimento da economia.»

Em relação ao ano que se encerrava, ressaltávamos sobretudo tanto a «dolorosa adaptação à nova realidade mundial, desfavorável e até mesmo agressiva por vezes» como o esforço redobrado para «superação do fraco desempenho de nossa agropecuária, assaltada por tantos e tão sérios flagelos». E apontávamos as diretrizes adotadas não apenas com vistas ao maior crescimento econômico possível dentro de quadra tão adversa, «mas também ao equilíbrio do balanço de pagamentos, controle da inflação e melhor distribuição da renda».

VIII

As exportações diversificaram-se quanto a produtos e mercados, vencendo os desafios novos da recessão mundial e da deterioração de nossas relações de troca. Contiveram-se as importações, em valores e principalmente em quantidades, ajustando-se, em sucessivas ações cada vez mais drásticas, os instrumentos para sua necessária filtragem. Estimulou-se, ainda mais, o mecanismo da substituição de importações, particularmente na área dos bens de capital e dos insumos básicos. E chegou-se no campo da energia a autorizar, à PETROBRÁS, a negociação de contratos de serviço com cláusula de risco.

Tudo isso, dentro de uma filosofia, bem alicerçada, da expansão permanente de uma economia de mercado, com apoio decidido ao capital nacional, em particular à pequena e média empresa que precisa crescer e consolidar-se. E — o que mais importa ainda — com uma «visão humanista do desenvolvimento da Nação» que promova a melhoria das condições de vida do povo, principalmente das classes de recursos mais escassos, seja nas cidades como nos campos.

Citávamos apenas — e não podemos deixar de fazê-lo também aqui — a vasta gama de empreendimentos a que se dedicou meu Governo, com este último objetivo: desde o desenvolvimento urbano, em suas múltiplas facetas; as facilidades maiores oferecidas à aquisição da casa própria pelo Banco Nacional da Habitação; a renovação que salta a olhos honestos de ver, na área da Previdência e da Assistência Social, dantes tão desaten-

didada; o crédito educativo implantado no setor do ensino superior; as campanhas de saúde pública, avultando o êxito indiscutível da vacinação em massa contra a meningite; a melhoria das alarmantes condições de segurança do trabalho; até a implantação final do Plano de Classificação de Cargos para todo o funcionalismo público da União e que recentemente veio a ser corôado por sistemática aperfeiçoada da hierarquia salarial, melhorando-se os padrões de remuneração.

Quanto ao desenvolvimento político, grato me foi ressaltar, então, o «clima de cooperação eficaz existente entre o Executivo e o Legislativo, logrando o primeiro obter, do segundo, o pronto atendimento a suas solicitações de aprovação para projetos que contaram, em inúmeros casos, com valiosa contribuição dos Senhores Congressistas». E permitia-me acrescentar: «Tal relacionamento, altamente salutar, parece-me fundamento indispensável a qualquer avanço efetivo que se deseje concretizar no sentido do desenvolvimento político nacional que todos sinceramente almejamos.»

Nem faltou justa referência às realizações da diplomacia brasileira que, em 1975, dentro de uma política de pragmatismo responsável, alcançou a assinatura de transcendente acordo com a República Federal da Alemanha para o desenvolvimento da energia nuclear; consolidou, em importantes atos firmados, nossas relações de amizade, comércio e assistência recíproca com as Repúblicas do Paraguai, Uruguai e Bolívia; e, do outro lado do Atlântico

Sul, estreitou laços de entendimento com as nações africanas, em particular com as novas nações de língua portuguesa.

Em paz, tranqüilidade e ordem viveu o povo brasileiro o ano de 1975 — o que, para muitos países do mundo, representa afinal como que algo já perdido. E, ainda, cresceu em riqueza e cresceu em determinação e vigor, retemperando energias e mobilizando resistências para prosseguir em marcha ascensional para seus altos destinos.

Senhores Congressistas

Das diretrizes da ação governamental para o ano em curso, seja no campo econômico, seja no social, descabido parece vir a tratar nesta oportunidade. Antes do mais, porque estão consubstanciadas no II Plano Nacional de Desenvolvimento que as desdobrou em programas, lhes fixou critérios e definiu indicadores de desempenho e, a seguir, se encontram inseridas sucessivamente em orçamentos plurianuais e anuais, documentos todos submetidos à atenta e percuciente análise e aprovação dos Senhores Congressistas.

Trata-se, sem dúvida, de etapas básicas de um planejamento flexível e necessariamente realista que bem se adapte aos condicionamentos efetivos da evolução conjuntural. Dai, a atualização feita não há muito, com prioridades estabelecidas especificamente para 1976 e por

mim aprovadas, mal encetado o ano, em Exposição de Motivos que me submeteram, em conjunto, os Ministros que integram o Conselho de Desenvolvimento Econômico e na qual, inclusive, se prevê a continuidade do crescimento da economia nacional.

Não se afastam elas, aliás, do que seria possível prever, em face da situação econômico-social interna e externa, dado o caráter gradualista que o Governo imprime às suas atividades, tanto de planejamento com gerenciais.

Ponha-se em relevo, no entanto, ao ingressar num ano eleitoral de caráter municipal embora, que o meu Governo, para a consecução de seus planos e diretrizes, está certo de continuar a receber do Poder Legislativo a colaboração prestimosa e, mais do que isso, indispensável à elaboração e aprovação dos projetos de lei que se fizerem necessários. Desejamos reduzir o seu número para que se dê, agora, ênfase muito maior à execução coordenada das ações em todos os escalões, mas, nem por isso, terá menor significação ou urgência secundária a atividade legiferante — eis que se destacam Emendas Constitucionais para a reforma do Poder Judiciário e se arrolam Códigos vários, importantíssimos e já em flagrante retardo, projetos de lei para as Sociedades Anônimas, as atividades das telecomunicações, a regulamentação da prática uniforme do notariado em todo o País e outras muitas, impostergáveis também.

E já que se trata de um ano eleitoral, valha dizer que o Governo, plenamente consciente de seus deveres

e cabalmente aparelhado para tanto, assegurará a paz e a ordem, o pleno exercício do direito legítimo do voto democrático, sem pressões nem coações, como já o fez no passado. Não permitirá, porém, a quem quer que seja, busque tirar partido da conjuntura política, naturalmente ardorosa e vibrátil, para a prática de contestação à Revolução, expressa esta no regime constitucional e legal a cujo abrigo vivemos todos — dele gostemos ou não —, o próprio regime que garante a propaganda eleitoral dos candidatos e dos partidos, a mobilização do eleitorado e a votação livre.

Não que se lhes queira impor, aos brasileiros no pleno gozo de seus direitos políticos, o conformismo integral ao que se inscreve na Constituição e Leis da República, ao ponto de se lhes negar o direito de, pacificamente, pela palavra e pelo proselitismo, mas sem recurso jamais à violência ou à coação, propugnar modificações ou emendas de maior ou menor profundidade que não colidam com os princípios magnos de nossa forma consolidada e estilo consagrado de governo. Mas o que não se pode nem se deve admitir é que se queira, por ato unilateral de vontade, descumprir artigo qualquer da Constituição ou norma legal qualquer, de maior ou menor hierarquia, como se fosse possível, dessa forma simplista e autônoma, torná-la insubsistente e inoperante. Quanto a isso, cabe ao Governo velar, preventiva ou coercitivamente, enquanto Governo for.

No contexto político atual cabe ressaltar ainda: o sistema bipartidário que se pratica hoje — embora não

haja proibição à constituição de outras agremiações, dentro das normas e condicionamentos legais —, um bipartidarismo «de fato» que coexiste, como aliás ocorre em outros países, com um permissivo multipartidarismo legal, não vê meu Governo por que se deva buscar alterá-lo. O que, a meu ver, mais importa considerar é que o bipartidarismo — repito-o aqui — é ainda uma experiência válida entre nós. Nem se argumente que os dois partidos nacionais não são partidos autênticos. Caberia indagar-se, honestamente, quantos o foram no passado mais autênticos e, ademais, que valeria criar mais um ou dois, por exemplo, se apenas teríamos aumentado para três ou quatro o número de partidos, sem maior autenticidade?

Que eles são heterogêneos, cada um de per si, é fato de todo indiscutível. Mas, quanto mais homogêneo for um partido, menor, segundo nos parece, será sua capacidade de mobilização de correntes diversas de opinião e, pois, menor a sua importância política. Assim aconteceu com os partidos mais homogêneos que tivemos, como o partido parlamentarista, de ideário bem definido. E se isso não ocorre nem ocorreu, aqui ou alhures, com os partidos comunistas de contornos dogmáticos tão definidos, é porque, como o camaleão, se comprazem em adotar coloridos mil e esconder cuidadosamente seus propósitos verdadeiros.

Tenhamos presente, Senhores, que partidos autênticos não se fazem senão com lideranças autênticas em toda a escala organizacional, dinâmicas e vivazes; muito menos

se fazem com um corpo de partidários desprovidos de maiores convicções por falta de maturidade e ausência de doutrinação política.

Inautêntico será sempre todo partido que mantenha capturados os seus eleitores nas malhas da corrupção, seja a vil corrupção física e sonante, seja a corrupção das próprias consciências pelo paternalismo, pela magia carismática ou pela demagogia descompromissada com o futuro.

Ora, antes de tornar-se um ente político, o cidadão precisa ter sido um indivíduo de físico sadio e limpo, precisa ser também consciente, racional e sociabilizado. Através da efetiva redistribuição da renda, assistência social mais presente, educação, saneamento etc., já estamos fazendo chover copiosamente nas cabeceiras dos futuros caudais políticos, estes sim — de autenticidade indiscutível, pois terão anseios, aspirações e vontades legitimamente nascidos, a expressar e traduzir. O desenvolvimento social, impulsionado por meu Governo, vem criando a maioria e as minorias do amanhã.

Escutem, Senhores, essa torrente impetuosa — são gerações de brasileiros novos, conscientes de seus direitos e conscientes também de seus deveres de cidadãos, e cuja conscientização política já se está processando, agora mesmo, através da promoção incessante de seu status humano, social e político.

Não poderão os atuais partidos, mesmo que apenas quadros ainda em formação, criados por uma Revolução

vitoriosa, captar, em seu leito já definido, a força daqueles novos caudais?

Ai está, aos políticos de todas as confissões e de todos os matizes doutrinários ou pragmáticos, o grande desafio da hora presente.

Que não deixem o povo soçobrar em frustração.

Brasília, 1.º de março de 1976.

ERNESTO GEISEL



POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA

APRECIACÃO GERAL

Apesar das dificuldades enfrentadas pela economia mundial no último biênio, pôde o Brasil, seguindo a estratégia de desenvolvimento definida no II PND, manter-se em posição privilegiada, no decorrer de 1975, relativamente à maioria dos países industrializados. Com efeito, a taxa de crescimento do produto interno bruto — PIB do País situou-se acima de 4,2%, com a agropecuária crescendo a pelo menos 3,4%, a indústria a 4,2%, o comércio a 3,0% e os transportes a 9,3%.

Conforme revelam os principais indicadores de preços, a inflação situou-se abaixo da observada em 1974. O aumento do índice de preços por atacado (disponibilidade interna) declinou de 35,4% em 1974, para 29,3% em 1975. A elevação do índice geral de preços passou de 34,5% para 29,4% e o custo de vida no Rio de Janeiro caiu de 33,8% para 31,2% no mesmo período.

O balanço de pagamentos, apesar do saldo negativo de aproximadamente us\$ 1,2 bilhão (enquanto as reservas internacionais se mantinham em nível superior a 4,0 bilhões), apresentou sensível recuperação no segundo semestre, com um *superavit* de us\$ 300 milhões, contra um *deficit* de us\$ 827 milhões em igual período de 1974. O *deficit* da balança comercial declinou em 25% (reduzindo-se de us\$ 4,7 bilhões em 1974 para us\$ 3,5 bilhões em 1975), como resultado das medidas de contenção das importações e dos estímulos concedidos às exportações.

O ingresso líquido de capitais no País atingiu a us\$ 5,8 bilhões, situando-se em plano ligeiramente inferior ao registrado em 1974. Os investimentos diretos estrangeiros somaram us\$ 970 milhões e os empréstimos e financiamentos totalizaram mais de us\$ 4,9 bilhões, refletindo o elevado conceito de que o Brasil desfruta no exterior.

A dívida externa bruta situou-se em torno de us\$ 22 bilhões e a líquida, de us\$ 18 bilhões.

A execução financeira do Tesouro Nacional apresentou um *superavit* na ordem de Cr\$ 73,4 milhões, refletindo virtual equilíbrio entre arrecadação (Cr\$ 95,44 bilhões, contra os Cr\$ 90,2 bilhões previstos) e despesa (Cr\$ 95,37 bilhões).

No que tange ao apoio financeiro oficial aos programas de investimento, preponderantemente de responsabilidade da iniciativa privada, a prioridade concedida aos setores de equipamentos e insumos básicos caracterizou a atuação do BNDE, cujo sistema — o Banco e suas subsidiárias, FINAME, FIBASE, EMBRAMEC e IBRASA — orientou suas aplicações no sentido de apoiar projetos capazes de contribuir, no menor prazo possível, para substituição de importações nas áreas que mais oneram o balanço de pagamentos e, ainda, para a absorção de tecnologia nos setores básicos da economia nacional. As aplicações aprovadas pelo sistema BNDE, em 1975, duplicaram em relação às do ano anterior, alcançando o total de Cr\$ 41,4 bilhões, contra Cr\$ 20,3 bilhões em 1974, e os desembolsos se elevaram a Cr\$ 25,7 bilhões, registrando acréscimo de 107,2% em relação a 1974.

No que se refere à política monetária e creditícia, a liquidez geral da economia apresentou-se satisfatória, em 1975, sendo que a expansão dos meios de pagamentos — um dos indicadores básicos para se avaliar a oferta de crédito — foi estimada em 40,6%, nível compatível com o desempenho da atividade econômica. Os saldos de empréstimos ao setor privado evidenciam crescimento

de 56% em relação a 1974, tendo os do Banco do Brasil crescido cerca de 65% e os dos bancos comerciais, 50%.

Relativamente à política tributária, merecem destaque as modificações introduzidas no Imposto sobre a Renda, seja das pessoas físicas, que buscaram beneficiar os contribuintes situados nas faixas de renda mais baixas, seja das empresas sob o controle ou com participação governamental, as quais, a partir de 1975, devem cumprir todas as obrigações tributárias das empresas privadas.

Dentre as principais medidas adotadas pelo Governo visando ao fortalecimento do mercado de capitais, cabé destacar o ingresso de recursos externos (autorizado pelo Decreto-lei nº 1.401, de 7 de maio de 1975), a permissão para que as companhias seguradoras possam investir 30% de suas reservas técnicas em aplicações no mercado de ações, a inclusão do mercado de capitais na relação dos programas preferenciais, para aplicação dos recursos do PIS — PASEP e a elaboração do anteprojeto da Lei das Sociedades Anônimas.

No tocante à política cambial, orientada no sentido da correção dos desequilíbrios do setor externo, vale destacar a manutenção da sistemática de minidesvalorizações periódicas.

A ocorrência de variações climáticas adversas comprometeu sensivelmente o desenvolvimento da agropecuária, cujo crescimento esteve aquém do esperado. A área colhida dos principais produtos aumentou cerca de 3,6% em relação à safra anterior, e, até outubro de 1975, os preços recebidos pelos agricultores elevaram-se de 22,3% contra 24,7% em igual período de 1974. Merecem destaque, ainda, a acentuada expansão da eletrificação rural, mobilizando recursos da ordem de Cr\$ 432 milhões (contra Cr\$ 85,5 milhões em 1974), a desapropriação, pelo INCRA, de 2,2 milhões de hectares para distribuição aos pequenos produtores rurais e a elevada expansão do crédito rural.

O setor industrial registrou um relativo arrefecimento em 1975, com a taxa de crescimento global situando-se em nível inferior ao verificado nos anos anteriores, reflexo dos efeitos das conjunturas econômicas mundial e interna. No entanto, alguns gêneros de indústria — mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transporte, indústrias química e metalúrgica — apresentaram não só crescimento favorável mas, também, outros aspectos positivos, em termos de mudança e modernização do seu parque manufatureiro.

Quanto ao setor energético, desenvolveu-se grande esforço na exploração e produção de petróleo, verificando-se ocorrências significativas de óleo e gás na plataforma continental do Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Sergipe e Alagoas, além da bacia terrestre do Recôncavo Baiano.

No setor de energia elétrica, a capacidade geradora instalada no País passou de 16.919 MW, em 1974, para 19.578 MW no ano recém-findo, tendo sido gerados 78.268 GWh; os investimentos atingiram a Cr\$ 21 bilhões, tendo a ELETROBRÁS participado com 30% desse total. Destaque-se, ademais, pela sua grande significação, o Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, assinado pelo Governo Brasileiro com o da República Federal da Alemanha.

No tocante à mineração, a produção de minério de ferro elevou-se a 97 milhões de toneladas. Intensificaram-se a pesquisa e a avaliação de reservas de minerais metálicos não-ferrosos, com vistas à substituição de importações.

No que concerne às telecomunicações, merecem destaque a elevação do número de telefones em serviço (de 2,9 milhões, em 1974, para 3,4 milhões, em 1975), a expansão da rede nacional de telex (de 73%, passando de 6.400 terminais, em 1974, para 11.100, em 1975), do sistema internacional de telex (55%); o início de opera-

ção, na estação de Tanguá, de uma segunda antena de rastreamento dos satélites INTELSAT e o término da elaboração do projeto de implantação de um sistema doméstico de comunicações por satélite.

Programou-se para este ano a implantação do Centro de Estudos de Telecomunicações, vinculado à TELEBRÁS, com a finalidade de coordenar os esforços de pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia, assim como propiciar condições favoráveis à geração de tecnologia própria, indispensável ao pleno desenvolvimento do setor. Sua atuação será orientada no sentido de promover equilibrada divisão de atividades entre o próprio Centro, Universidades e instituições privadas.

No tocante às comunicações postais e telegráficas, especial destaque deve ser dado à criação da Rede Aérea Noturna — RAN, com aviões destinados exclusivamente ao transporte de correspondências em horários apropriados, com notáveis resultados quanto à rapidez e eficiência. O tráfego postal cresceu 30% em relação a 1974, em número de objetos postados.

Na radiodifusão, dois eventos marcaram a atuação do Governo: a elaboração do Plano de Distribuição de Canais de Radiodifusão ou Onda Média e a criação da RADIOBRÁS. A esta última caberá a racionalização das empresas de radiodifusão operadas pelo Governo e a instalação de emissoras em pontos estratégicos do território nacional.

No que tange aos transportes, foram investidos Cr\$ 5 bilhões em ferrovias, destacando-se a elevação da tonelage transportada pelo Sistema Ferroviário Federal (49 milhões de toneladas, com acréscimo de 13,2% em relação a 1974), a encomenda, à indústria nacional, de 14.100 vagões e 40 trens-unidades elétricos (tendo sido recebidos 3.467 vagões e 102 locomotivas), a remodelação de 1.801 km de vias permanentes (com entrega ao tráfego dos trechos Apucarana-Ponta Grossa,

de 331 km, e Itapeva-Ponta Grossa, de 209 km), e o prosseguimento da construção da Ferrovia de Aço.

No setor rodoviário, as principais realizações relacionam-se à construção de 859 km de rodovias em revestimento primário, 1.936 km pavimentados e 7 mil m de obras de arte, além da restauração de 2.429 km de rodovias e trabalhos de conservação em 68.342 km. Os investimentos no setor somaram Cr\$ 6,2 bilhões.

Com referência à construção naval, lançaram-se ao mar 36 embarcações (totalizando 571,3 mil tpb e 24.771 BHP, sendo 74.500 tpb exportados). Cumpre destacar a entrega de 43 navios pelos estaleiros nacionais, o prosseguimento da implantação da Empresa Brasileira de Reparos Navais e os contratos assinados, com empresas brasileiras, para construção de 121 embarcações.

No setor portuário e de vias navegáveis, sobressaem-se a constituição da Empresa Brasileira de Portos — PORTOBRÁS e o prosseguimento da construção dos portos fluviais de Porto Velho, Humaitá e Marabá.

No que se refere à política urbana, cumpre destacar a criação do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos — CSU, com recursos da ordem de Cr\$ 2,05 bilhões, do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano — FNDU e do Sistema Nacional de Fundos para o Desenvolvimento Urbano, com recursos de Cr\$ 60 bilhões, destinados a transportes, saneamento, centros sociais urbanos, distritos industriais e outros programas.

Definindo sua posição no que concerne a medidas de combate à poluição do meio ambiente, o Governo baixou o Decreto-lei nº 1.413, de 14 de agosto de 1975, já regulamentado, contendo normas que permitem, às autoridades, adotar procedimentos essenciais à preservação atmosférica e hídrica, sobretudo nas regiões onde os estabelecimentos fabris mais concentrados obriguem a tanto.

No que tange ao desenvolvimento regional, buscaram-se a incorporação de novas áreas da Amazônia e do Centro-Oeste e a valorização econômica das regiões menos desenvolvidas do País — a exemplo do Nordeste —, fortalecendo-se e ampliando-se as suas atividades produtivas. O aperfeiçoamento do mecanismo dos incentivos fiscais, com a criação do FINAM, FINOR e Fiset, em fins de 1974, e a implantação dos programas especiais (POLAMAZÔNIA, POLONORDESTE e POLOCENTRO, entre outros) asseguram a viabilização da estratégia adotada.

O ano de 1976 irá encontrar o II PND já em plena execução. Ao longo de 1974 e 1975, foram aprovados os principais programas e projetos destinados a viabilizá-lo, principalmente quanto à preocupação essencial de ajustamento à nova situação da economia mundial, procurando-se preservar o crescimento e, principalmente, o emprego da mão-de-obra.

Diante disso, a ação do Governo deverá voltar-se, principalmente, para a execução dos programas e projetos já aprovados, orientando-se, em termos gerais, para a redução a um mínimo de *deficit* na balança comercial, inclusive para defender o nível de reservas do País, buscando ainda garantir uma razoável taxa de crescimento e obter sensível redução na taxa de inflação.

A política de importações, através da nova legislação, consubstanciada particularmente no Decreto-lei nº 1.428, de 9 de outubro de 1975, visará basicamente a preservar o funcionamento das empresas já em operação e garantir o nível de emprego, pela utilização de matérias-primas e componentes considerados indispensáveis; a apoiar projetos de exportação e programas de substituição de importações, notadamente os de resultados mais imediatos, tais como os de siderurgia, metais não-ferrosos, minerais não-metálicos, máquinas e equipamentos, indústrias naval e aeronáutica, papel e celulose, fertilizantes e defensivos agrícolas, insumos básicos para

a indústria química e farmacêutica, petroquímica e componentes para as indústrias elétrica, eletrônica e mecânica.

No tocante ao Programa de Investimentos, são prioritários, no II PND, os setores de substituição de importações, como bens de capital, bens de consumo duráveis, construção naval, petróleo e outros insumos básicos; merecem, também, destaque especial os setores de exportação, particularmente de manufaturados, e os novos setores que impulsionam o desenvolvimento, menos dependentes de importações, tais como agropecuária, agroindústria, construção civil (principalmente indústria imobiliária) e indústrias tradicionais com alto índice de nacionalização para produção interna e exportação (calçados, têxteis, indústrias alimentícias), bem como os setores sociais, incluindo obras públicas e infra-estrutura em geral, com o objetivo de manter o nível de atividade e emprego.

A orientação que se seguirá quanto ao Programa de Investimentos possibilitará que sejam mantidos os programas prioritários, principalmente nas três primeiras categorias acima e na parte social, sendo-lhes reservada prioridade nas importações. Quanto a obras públicas e infra-estrutura em geral, há interesse em manter os programas no mais alto nível, para fins de política anti-recessiva, levando em conta que o setor privado é fornecedor ou executor de tais programas.

Com o objetivo de dar cumprimento a essa diretriz é que, no corrente exercício, serão, para efeito de atualização de dados, preparados o novo Orçamento Plurianual de Investimentos — OPI e o Programa Geral de Dispendios — PGD, ambos para vigência no período de 1977-1979.

Releva consignar, ainda, na ação do Governo para 1976, o apoio à empresa privada nacional, particularmente à pequena e à média empresa, e o impulsionamento dos

novos setores motores, ou preservação dos seus níveis de atividade.

Esforço adicional será empreendido na área de exportações, impulsionando-se a BEFLEX, inclusive para pequenos projetos, realizando-se mobilização nacional, para engajar o empresariado nesse esforço, ativando-se programas especiais, por setores, e procurando-se melhorar as condições e aperfeiçoar o instrumental de comercialização de produtos agrícolas para o exterior. Deverá produzir bom efeito o recente programa especial, que autoriza crédito adicional, para capital de giro, correspondente a 100% dos aumentos efetivados pelas empresas na exportação de manufaturados.

Na área da política de câmbio, reafirma-se a importância de manter o sistema de minidesvalorizações, que já revelou flexibilidade suficiente para adaptar-se a situações como a atual.

Na área das importações, a aprovação do orçamento para os diferentes Ministérios, correspondendo a um teto autorizado de cerca de us\$ 1.500 milhões (exceto petróleo e trigo), para equipamentos, matérias-primas e bens de consumo, representa uma redução de 25% em relação às importações efetivadas pelo Governo em 1975. No tocante ao petróleo, a orientação é de manter-se constante o valor das importações em 1976, relativamente a 1975. Por outro lado, prosseguirá a aprovação de programas específicos, destinados a aumentar progressivamente o índice de nacionalização de componentes para a indústria elétrica e eletrônica, bem como outras áreas em que ainda existam maiores oportunidades.

No que tange ao controle da inflação e, principalmente, do custo de alimentação, serão mantidos esquemas especiais de abastecimento para os produtos críticos, inclusive com adequados níveis de estoques reguladores (carne, arroz, feijão).

Estará o País, em 1976, numa fase de adaptação com taxas de crescimento intermediárias. Tal estágio, nem por isso, será menos importante. O Brasil ganhará em melhor definição de sua estrutura econômica, principalmente a industrial. Ao fim do processo de desenvolvimento de novos setores e de realização da auto-suficiência quanto a insumos básicos e muitos segmentos de bens de capital, certamente estará a economia apta a tirar melhor proveito das oportunidades que a dotação de recursos naturais e a já avançada diversificação produtiva podem proporcionar.

FAZENDA

Política Monetária e Creditícia

Na elaboração do orçamento monetário para 1975, as autoridades monetárias programaram a expansão dos meios de pagamento de maneira a compatibilizá-la com o desempenho esperado da atividade econômica e da evolução do índice de preços.

Após a ocorrência de um período atípico, no qual a evolução da oferta de moeda não se processou segundo as expectativas, adotaram-se medidas destinadas a aumentar as disponibilidades de recursos e a permitir a recuperação da atividade econômica, destacando-se: as liberações de recursos dos recolhimentos compulsórios em moeda nos bancos comerciais, com vistas a atender ao financiamento do capital de giro de empresas industriais de pequeno e médio portes; a criação do mecanismo de refinanciamento compensatório, através do qual o Banco Central colocou à disposição dos bancos comerciais recursos correspondentes a 4,5% dos depósitos à vista nos bancos comerciais sujeitos ao recolhimento compulsório; e a elevação dos tetos das diversas faixas de redescontos seletivos.

A liquidez geral da economia manteve bom índice durante o exercício de 1975, graças à expansão dos meios

de pagamento, que foi estimada em 40,6%, compatível com o desempenho da atividade econômica.

Em vista das boas condições de liquidez e da maior expansão dos meios de pagamento, em parte decorrente da alocação adicional de recursos ao setor agrícola — sobretudo por meio de créditos de emergência a regiões do País afetadas por geadas e enchentes — foi procedido o recolhimento dos recursos fornecidos, pelos refinanciamentos compensatórios, à rede bancária.

Com a finalidade de evitar eventual crise de liquidez no sistema bancário pelo recolhimento dos recursos, foi autorizada liberação adicional dos depósitos compulsórios, em espécie, até o montante de 0,5% dos depósitos sujeitos ao recolhimento.

Os saldos de empréstimos ao setor privado cresceram 56,4% em relação a 1974; o Banco do Brasil experimentou um crescimento de 64,6% e os bancos comerciais, de 50,3% (o crescimento da participação do Banco do Brasil, no volume de crédito ao setor privado, deve-se, em grande parte, aos repasses de fundos oficiais para atividades específicas, como crédito rural e programas de assistência a calamidades). A expansão anual dos saldos de empréstimos é estimada em 64%, com relação a 1974, enquanto a dos empréstimos dos bancos de investimentos situou-se em cerca de 66% e a das financeiras em 62%.

Deve-se destacar que, em 1975, a política de crédito deu ênfase à expansão do setor agropecuário, a ele proporcionando um fluxo crescente de recursos, sob condições especiais de juros e prazos.

Importantes modificações foram introduzidas na sistemática dos recolhimentos, ao Banco do Brasil, de recursos do Tesouro Nacional arrecadados pelos bancos comerciais; em decorrência, o fluxo de caixa tornou-se mais equilibrado para esses estabelecimentos, reduzindo-se a ocorrência de variações bruscas no nível de suas

reservas, com as conseqüentes crises de liquidez que periodicamente os afetavam.

Em outubro, os diversos fundos e programas administrados pelo Banco Central espelhavam um volume disponível de recursos de Cr\$ 52,5 bilhões, representando um acréscimo de 42% sobre os valores de dezembro de 1974. A maior parcela dos saldos registrados foi movimentada através do Fundo Geral para a Agricultura e Indústria — FUNAGRI, especialmente pelo aumento das operações do Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais — PRRC e pelas operações de emergência em vista dos efeitos danosos das enchentes e geadas. O Fundo de Defesa dos Produtos de Exportação — FDPE apresenta-se como o segundo maior fundo de aplicações.

Cabe, finalmente, salientar o volume crescente de recursos aplicados nos setores dinâmicos da atividade econômica que apresentam pouca dependência do setor externo e são altamente absorvedores de mão-de-obra, a exemplo da construção civil e da agroindústria.

Política Tributária e Execução Orçamentária

No âmbito da política tributária, a ação do Governo caracterizou-se por reajustes e aperfeiçoamentos do instrumental tributário e pela adoção de novas medidas de estímulo a determinados setores produtivos.

As modificações introduzidas na legislação do Imposto sobre a Renda (pessoa física) incluem-se entre as medidas de intenção nitidamente redistributivista, merecendo destaque o Decreto-lei n.º 1.424, de 3 de novembro de 1975, através do qual se elevou o limite de isenção, ficando sujeitas ao imposto apenas as pessoas físicas com renda anual superior a Cr\$ 26 mil; alterou-se a escala de progressividade das alíquotas, a fim de promover melhor distribuição do ônus do imposto pelos diversos estratos de renda, e racionalizaram-se os pro-

cessos de declaração do imposto, inclusive com a adoção de novos formulários.

Ao mesmo tempo, visando a eliminar a desigualdade de tratamento tributário entre os contribuintes sujeitos ao pagamento na fonte e os que não estão obrigados a essa retenção, foram tomadas as providências legais básicas para a implantação gradual do pagamento do Imposto sobre a Renda em bases correntes, com a correção monetária do tributo recolhido na fonte e com a adoção de novas tabelas para sua incidência.

Por outro lado, foram relevantes os incentivos fiscais concedidos ao setor industrial, a fim de que fossem alcançados os objetivos estabelecidos no II PND para este segmento da economia.

Objetivando estimular a produção interna, foram concedidas isenções do Imposto sobre Produtos Industrializados para alguns produtos considerados prioritários, bem como a dilatação dos prazos de recolhimento.

Pelo Decreto-lei n.º 1.410, de 31 de julho de 1975, os projetos prioritários foram contemplados com o abatimento, no cálculo no Imposto sobre a Renda, da correção monetária excedente à taxa anual de 20%. Através do Decreto-lei n.º 1.335, de 8 de julho de 1974, os benefícios relativos às exportações foram estendidos, no mercado interno, às vendas de máquinas e equipamentos, resultantes de licitação internacional e de acordos de participação.

Dentro do elenco de providências destinadas a amortecer o impacto da brusca elevação dos preços do petróleo, merecem destaque as medidas fiscais em favor das exportações, como, por exemplo, a utilização dos créditos do ICM no recolhimento do IPI e as elevações das alíquotas dos produtos importados não essenciais. Através do Decreto-lei n.º 1.409, de 11 de julho de 1975, concederam-se incentivos especiais à produção e comer-

cialização de álcool anídrico, particularmente o derivado da cana-de-açúcar.

As alíquotas do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos — IULCLG foram elevadas, sendo que parte dos recursos arrecadados passará a compor o Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano — FNDU.

No campo dos estímulos fiscais ao desenvolvimento regional e setorial, deu-se início à execução da sistemática de fundos de investimentos supervisionados pela SUDENE (FINOR), SUDAM (FINAM) e pelo IBDF, EMBRATUR e SUDEPE (FISSET), com visível fortalecimento dos programas que financiam.

A legislação e o mecanismo dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus e da Amazônia Ocidental foram alterados, com o objetivo de melhor ajustá-los ao atual estágio de desenvolvimento regional e à estratégia industrial do II PND. Alguns desvios da sistemática anterior, tais como a importação indiscriminada de mercadorias estrangeiras, a concentração dos investimentos em determinados ramos industriais — com detrimento de outros de maior repercussão econômica — e o insignificante aproveitamento de matérias-primas locais, aconselharam a revisão do sistema.

Outra modificação digna de destaque diz respeito ao Imposto sobre a Renda das empresas sob o controle ou com participação governamental. Pela nova legislação, essas empresas, a partir de 1975, devem cumprir todas as obrigações tributárias das empresas privadas, o que significa mais um avanço no campo da justiça fiscal, com reflexos positivos no setor privado da economia.

Constitui também medida relevante no campo da política tributária a aprovação dos novos percentuais de destinação do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto sobre a Renda (de 8% em 1975 para 18% em 1979) aos Fundos de Participação dos Estados e

Municípios, significando um substancial incremento nas transferências de recursos da União aos dois outros níveis de Governo.

Quanto à execução do Orçamento, a receita, estimada em Cr\$ 90,2 bilhões — igual à despesa fixada — atingiu Cr\$ 95,44 bilhões. Tal arrecadação corresponde a um incremento nominal de cerca de 24,3%, em relação à do exercício de 1974.

Na composição da receita, a arrecadação tributária contribuiu com cerca de 93,2%; os quatro principais impostos (IPI, Renda, Importação e IULCLG) participaram com o total de aproximadamente Cr\$ 76,70 bilhões. O IPI manteve sua posição de principal fonte de receita do Tesouro, com uma participação de cerca de 36,1% na arrecadação total, seguido do Imposto sobre a Renda, com 25,8%, do Imposto sobre Importação, com 10,0% e do IULCLG, com 8,6%.

A execução da despesa — que se elevou a Cr\$ 95,37 bilhões — processou-se segundo a programação geral de desembolso, com observância dos cronogramas de liberação das quotas correspondentes às unidades orçamentárias. O *superavit* financeiro atingiu a Cr\$ 73,4 milhões.

Mercado de Capitais

Os incentivos concedidos ao mercado de capitais, no ano de 1975, vêm comprovar o empenho do Governo em criar condições para o fortalecimento da empresa privada nacional. A política de mercado de capitais tem desempenhado papel preponderante na promoção do desenvolvimento econômico, dada a necessidade de expansão da poupança interna e sua simultânea canalização para os investimentos indispensáveis à ampliação da capacidade produtiva e à mobilização dos fatores de produção. Nesse contexto, foram tomadas medidas destinadas a elevar o nível de poupança interna, bem como captar recursos externos. Assim, foi autorizado, pelo

Decreto-lei n° 1.401, de 7 de maio de 1975, o ingresso de capitais externos no mercado de ações, regulamentado pela Resolução n° 323, de 8 de maio de 1975, do Banco Central do Brasil. Reconhecendo o caráter peculiar dos recursos externos aplicados no mercado de capitais, que representam combinação de capitais de empréstimos e inversões diretas, procurou esse Decreto-lei viabilizar sistemática compatível com os interesses nacionais de atração da poupança externa e fortalecimento do mercado de capitais, prevenindo as distorções que eventualmente poderiam resultar dessa medida.

A divulgação desses instrumentos provocou uma alta nas cotações das ações, resultando num crescimento de 100% nas transações das Bolsas de Valores, cujo volume passou de Cr\$ 1,7 bilhão, em maio, para Cr\$ 3,4 bilhões, em junho.

O Decreto-lei n° 1.338, de 23 de julho de 1974, com vigência a partir do exercício financeiro de 1975, objetivou um reequacionamento dos incentivos fiscais na área do Imposto sobre a Renda, fortalecendo o mercado de capitais e tornando-o propício à canalização de recursos para investimentos prioritários. Esse instrumento provocou a elevação do nível de poupança das pessoas físicas, permitindo melhor distribuição dos incentivos aos investimentos, em relação à classe de renda dos contribuintes investidores.

Além destas medidas, foram importantes para o fortalecimento do mercado de capitais: a permissão para as companhias seguradoras investirem 30% de suas reservas técnicas em aplicações no mercado de ações; o aumento do patrimônio líquido mínimo dos fundos fiscais (de Cr\$ 1 milhão para Cr\$ 5 milhões); a Resolução n° 328, de 4 de julho de 1975, proibindo as corretoras de operarem no mercado por conta própria, devido ao cunho especulativo desse tipo de operação; a inclusão do mercado de capitais na relação dos programas preferenciais para aplicação dos recursos do PIS e do PASEP; a elaboração do

anteprojeto de Lei das Sociedades Anônimas; a proibição de as sociedades de economia mista efetuarem aumento de capital por subscrição em dinheiro durante 1975; e a bonificação de 100% dada aos acionistas do Banco do Brasil S. A.

A conseqüência das medidas adotadas pode ser percebida no comportamento das transações efetuadas nas duas principais bolsas de valores do País — Rio de Janeiro e São Paulo — que evoluíram de Cr\$ 13,5 bilhões em 1974 para Cr\$ 26,4 bilhões em 1975, o que corresponde a um crescimento de 95,6%.

Por outro lado, as recentes medidas de expurgo das distorções sobre o índice de preços, reduzindo a correção monetária e, conseqüentemente, os encargos financeiros para os mutuários do Sistema Financeiro Habitacional, não chegaram a comprometer o nível da poupança, cujos depósitos atingiram o saldo de Cr\$ 52,9 bilhões em dezembro de 1975, contra Cr\$ 28,9 bilhões em dezembro de 1974. As Letras Imobiliárias atingiram o saldo de Cr\$ 9 bilhões em dezembro de 1975, contra Cr\$ 8,3 bilhões no mesmo mês de 1974.

Balanço de Pagamentos e Política Cambial

O Governo tem procurado conferir maior rapidez ao processo de reequilíbrio do balanço de pagamentos.

Com esse objetivo, a ação governamental situou-se inicialmente no âmbito das políticas monetária e cambial. Posteriormente, procedeu-se à elevação das alíquotas do Imposto sobre Importação para aqueles produtos considerados menos essenciais ao desenvolvimento econômico e, através da Resolução n.º 289, de 24 de junho de 1974, do Banco Central, passou-se a exigir a liquidação à vista dos contratos de câmbio referentes a produtos com alíquotas superiores a 55%. Ainda fruto desse esforço inicial, foram impostas restrições às importações dos órgãos das administrações direta e indireta, adotadas

medidas de proteção a equipamentos de fabricação nacional e suspensão a redução de 50% do Imposto sobre Importação para máquinas e equipamentos sem similar nacional. Na órbita da política cambial, manteve-se a sistemática de minidesvalorizações periódicas.

Paralelamente, recorreu-se, com maior intensidade, à poupança externa, estimulando o ingresso de capitais, tanto sob a forma de investimentos diretos, como de empréstimos e financiamentos.

A Resolução n° 319, de 28 de fevereiro de 1975, do Banco Central, passou a exigir liquidação, à vista, dos contratos de câmbio referentes a produtos com alíquotas iguais ou superiores a 37%, englobando, ainda, 678 outros produtos, independentemente da tarifa.

Os resultados do intercâmbio comercial, durante o primeiro semestre de 1975, evidenciaram que as decisões anteriormente tomadas não surtiram totalmente os efeitos esperados. As autoridades monetárias resolveram, então, baixar a Resolução n.º 331, de 16 de julho de 1975, também do Banco Central, instituindo o recolhimento restituível, correspondente a 100% do valor FOB das mercadorias importadas, ficando a correspondente importância congelada por seis meses, sem incidência de juros ou correção monetária; posteriormente, ampliou-se o prazo de devolução do recolhimento restituível para um ano e estendeu-se o alcance a um conjunto muito mais amplo de produtos, através do Decreto-lei n.º 1.427, de 9 de outubro de 1975.

Levando em consideração a execução de programas de substituição de importações, que assegurarão ao País, a médio prazo, equilíbrio na balança comercial, o Governo formulou, a partir de outubro de 1975, uma estratégia mais rigorosa de controle do desequilíbrio do balanço de pagamentos.

Após análise metódica do problema, o Governo autorizou a PETROBRÁS, sem quebra do regime de monô-

pólio, a firmar contratos de serviços, com cláusula de risco por conta da empresa executora, em áreas de pesquisa e prospecção a serem previamente selecionadas.

Adicionalmente, pelo Decreto n.º 76.406, de 9 de outubro de 1975, estabeleceu-se um controle mais rígido das importações pelos órgãos e entidades das administrações direta e indireta, assim como fundações supervisionadas, com obrigatoriedade, por parte destes órgãos, de relatórios trimestrais, à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, sobre as compras externas efetuadas. Estabeleceu-se, pelo mesmo Decreto, que as compras de máquinas, equipamentos e veículos no exterior — inclusive partes, peças e acessórios — pelos órgãos da administração pública somente serão autorizadas quando não existir similar nacional; pelo Decreto-lei n.º 1.421, de 9 de outubro de 1975, alteraram-se alíquotas tarifárias de cerca de 2 mil itens, elevando em 100 pontos percentuais as alíquotas de produtos considerados menos essenciais ao desenvolvimento e, em 30 pontos, as de matérias-primas e produtos intermediários.

Ainda no início do mês de dezembro, o Governo decidiu adotar medidas mais abrangentes na área externa da economia, de modo a possibilitar o equilíbrio da balança comercial e não prejudicar a política de endividamento externo.

No âmbito da promoção das exportações, destaca-se a solução para os créditos acumulados do ICM, através da sua utilização no pagamento do IPI ou outras formas de cobertura de débitos tributários junto ao Governo Federal, a critério do Ministro da Fazenda; além disso, releva mencionar a permissão para redução do Imposto sobre Importação e do IPI na importação de máquinas e equipamentos pelas empresas exportadoras e a abertura de novas linhas especiais de crédito às exportações, inclusive através dos bancos comerciais.

No que concerne aos incentivos à produção interna de equipamentos, o Decreto-lei n° 1.428, de 2 de dezembro de 1975, limitou as isenções fiscais às importações e concedeu aos fabricantes de máquinas e equipamentos crédito equivalente a 15% do valor total de suas vendas no mercado interno.

Em 1976, as importações dos órgãos da administração federal direta e indireta estão sujeitas a redução de 25% em relação aos valores importados em 1975. Adicionalmente, haverá redução de pelo menos 20% no consumo de combustíveis em cada ministério, comparativamente a 1975.

Em situações excepcionais, o Ministro da Fazenda poderá autorizar a CACEX — Carteira de Comércio Exterior a suspender, em caráter temporário, a emissão de guias de importação para determinados produtos. A medida representa importante instrumento para neutralização de processos especulativos nas importações, muitas vezes resultantes de expectativas sobre o comportamento do comércio internacional.

O esforço governamental no sentido de reequilibrar as contas externas do País começou a gerar resultados positivos no segundo semestre de 1975: o balanço de pagamentos, nos últimos seis meses de 1975, apresentou um *superavit* estimado em cerca de us\$ 300 milhões, ao contrário do *deficit* de us\$ 827 milhões registrado em igual período de 1974. Para todo o ano de 1975 o balanço de pagamentos apresentou um saldo desfavorável de, aproximadamente, us\$ 1,2 bilhão, coberto com a utilização de parte das reservas internacionais, que declinaram de us\$ 5,2 bilhões para cerca de us\$ 4 bilhões.

O *deficit* da balança comercial, de outra parte, foi reduzido em cerca de 25%, passando de us\$ 4,7 bilhões em 1974 para us\$ 3,5 bilhões em 1975. Tal resultado, no entanto, foi parcialmente absorvido pelo forte incremento da despesa líquida com serviços e transferências,

cujo *deficit* elevou-se a us\$ 3,3 bilhões. Desta maneira, o País conseguiu diminuir ligeiramente os dispêndios líquidos em transações correntes em cerca de 2,6%. Embora reagisse no segundo semestre e, especialmente, no mês de dezembro, o movimento líquido de capitais mostrou-se insuficiente para financiar a totalidade da despesa líquida em conta corrente, implicando na mencionada perda de reservas internacionais.

O comércio exterior brasileiro atingiu us\$ 20,8 bilhões (us\$ 8,65 bilhões de exportações e us\$ 12,17 bilhões de importações), com expansão de 2% em relação a 1974. As exportações cresceram, em valor, cerca de 8,6%, representando os produtos básicos aproximadamente 60,2% do total exportado. Entre estes produtos, os mais significativos foram o açúcar, com 12,1%, o minério de ferro, com 10,2%, o café cru em grão, com 9,5%, a soja em grão, com 8,3%, o farelo e a torta de soja, com 5,3%, o cacau em amêndoa, com 2,5%, o milho em grão, com 1,8% e finalmente o fumo em folha, com 1,7%.

As vendas externas de produtos industrializados, conquanto ainda superiores às de 1974, revelaram sensível desaceleração na sua taxa de crescimento.

As importações decresceram, em valor, cerca de 3,8%, comparativamente a 1974. Os combustíveis e lubrificantes representaram cerca de 25% do total importado, e as máquinas e equipamentos, 32%, acusando crescimento de cerca de 31%, comparativamente a dezembro de 1974.

O ingresso líquido de capitais no País acusou movimento ligeiramente inferior ao registrado em 1974, estimando-se o seu valor em cerca de us\$ 5,8 bilhões. Diversas medidas foram, no entanto, adotadas visando a incentivar a entrada de recursos externos, quer sob a forma de financiamentos para a importação, quer sob a

forma de empréstimos em moeda. Nesse sentido as autoridades monetárias, através do comunicado GECAM número 281/75, do Banco Central, estipularam que os depósitos em moeda estrangeira, no Banco Central, fossem remunerados pela taxa constante do certificado de registro emitido, significando menor risco para o banco nacional tomador desses recursos.

Na área fiscal, foi aperfeiçoada a sistemática relativa à redução do Imposto sobre a Renda no pagamento de juros dos empréstimos externos, obtendo-se uma efetiva diminuição do custo financeiro do tomador daqueles recursos.

Os investimentos diretos estrangeiros situaram-se, aproximadamente, em us\$ 970 milhões, enquanto que os investimentos brasileiros no exterior atingiram cerca de us\$ 120 milhões, representando acréscimo de 2,7% e 106,9%, respectivamente, sobre os montantes consignados em 1974.

A política de endividamento externo, em 1975, esteve voltada para a captação de recursos no exterior, objetivando a obtenção de taxas de crescimento econômico superiores àquelas alcançáveis exclusivamente com a poupança interna.

De acordo com os dados preliminares disponíveis, a dívida externa bruta situa-se em torno de us\$ 22,0 bilhões e as reservas em us\$ 4,0 bilhões, perfazendo uma dívida externa líquida de us\$ 18,0 bilhões. Desse modo, a relação entre a dívida externa líquida e as exportações deverá atingir 2,08.

No entanto, com o objetivo de reduzir os reflexos negativos sobre o balanço de pagamentos, continuou-se a adotar política racional de administração da dívida, no sentido de evitar a concentração de vencimentos. Assim, em nenhum dos próximos cinco anos, deverá ocorrer qualquer amortização superior a 13% do valor global da dívida existente.

Foi mantido o prazo mínimo de 5 anos de maturação para os empréstimos externos em moeda, em consonância com as exigências internas de controle da dívida e com as práticas do mercado financeiro internacional.

Controle da Inflação e dos Preços

Em 1975, a inflação apresentou-se declinante em relação ao ano anterior, passando de 34,5% para 29,4% (índice geral de preços — disponibilidade interna).

Para que fosse revertida a tendência à elevação generalizada dos preços, foi fundamental a atuação do Ministério da Fazenda, através das diversas instituições vinculadas, entre as quais o Banco Central, o Banco do Brasil S. A. e o Conselho Interministerial de Preços — CIP.

A concentração de esforços no sentido de corrigir a grave tendência deficitária no balanço de pagamentos, bem como os efeitos da inflação externa, exigiu que não apenas se redobrasse a vigilância na aplicação dos instrumentos de combate e neutralização do processo inflacionário como também se introduzissem inovações e aperfeiçoamentos nos métodos de política antiinflacionária.

Neste sentido, destacam-se os resultados da execução do orçamento monetário, a identificação e correção de distorções no mercado de títulos públicos e outras medidas que contribuíram para minimizar os efeitos das pressões do setor privado sobre os aumentos generalizados dos preços, notadamente no segundo semestre de 1975.

Significativa inovação vem de ser introduzida no princípio da correção monetária, através do expurgo de causas acidentais e respectivas influências no cálculo dos índices oficiais. Este aperfeiçoamento foi cogitado pelas autoridades econômico-financeiras como resposta à ne-

cessidade de não somente neutralizar, mas combater diretamente a inflação, bem como de impedir que a própria correção monetária venha a realimentá-la.

Outra medida relevante foi a descaracterização do salário mínimo como fator de correção monetária, estabelecida pela Lei n.º 6.205, de 29 de abril de 1975. Tal medida permitiu maior flexibilidade no tocante à fixação do novo salário mínimo, sem que os efeitos de uma alta taxa de reajuste se estendessem, inflacionariamente, a outros fenômenos econômico-financeiros.

O Conselho Interministerial de Preços — CIP, em 1975, estabeleceu novos critérios de controle, visando ao maior automatismo dos reajustes de preços, à manutenção da rentabilidade dos setores controlados a níveis satisfatórios e à fixação de preços por produtos e setores, e não por empresas, tomadas individualmente.

Adotou ainda o CIP o conceito de «margem de contribuição», para efeito de compor uma sistemática de exame dos reajustes. A utilização desta sistemática evita a adoção de critérios de rateio dos custos fixos que, em maior ou menor grau, são arbitrários, bem como possibilita maior rapidez na decisão dos processos.

TRANSPORTES

As ações governamentais, na área dos transportes, desenvolvidas segundo as diretrizes do II PND, propiciaram a expansão e a melhoria do sistema viário nacional, além da ampliação do acervo de equipamentos, com vistas ao atendimento da crescente demanda desses serviços por parte dos diversos setores econômicos e da população em geral.

As informações a seguir permitem visualizar a magnitude do esforço de investimento realizado em 1975, seus resultados imediatos e as perspectivas de progresso dessa importante área de atividade governamental.

Ferrovias

A tonelagem transportada pelo sistema ferroviário federal em 1975 (49 milhões de toneladas) corresponde a um acréscimo de 13,2% em relação à do ano anterior.

Atenção especial mereceu o transporte de passageiros dos subúrbios nas grandes cidades, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, onde foram transportados 100 milhões e 84 milhões de passageiros, respectivamente. Despenderam-se Cr\$ 450 milhões na execução do programa de emergência para os subúrbios do Grande Rio.

Nas linhas do interior, foram transportados 26,7 milhões de passageiros, correspondendo a um acréscimo de 7,5%, em relação a 1974.

Os investimentos atingiram o montante de Cr\$ 5 bilhões — quase o triplo do de 1974 — e buscaram recuperar, melhorar e expandir o sistema ferroviário brasileiro, já no primeiro ano de execução do Programa de Desenvolvimento Ferroviário, que abrange o período 1975-1979.

A ampliação da frota, para atender sobretudo aos programas de corredores de exportação e de apoio à siderurgia, teve prosseguimento com a contratação, junto à indústria nacional, de 14.100 vagões e 40 trens-unidades elétricos, tendo sido recebidos, em 1975, 102 locomotivas e 3.467 vagões.

Foram remodelados 1.801 km de vias permanentes, sendo entregues ao tráfego os trechos Apucarana-Ponta Grossa (331 km) e Itapeva-Ponta Grossa (209 quilômetros), além da remodelação total dos trechos Ponta Grossa-Curitiba e Santa Maria-Cruz Alta.

Cumpra ainda salientar o prosseguimento acelerado da construção da Ferrovia do Aço, no ramal Belo Horizonte-Itutinga-Volta Redonda. A movimentação de material já atingiu 18 milhões de m³.

Rodovias

As metas fixadas para o sistema rodoviário foram praticamente alcançadas, com a construção de 859 km de rodovias em revestimento primário e 1.912 km pavimentados, além de 5 km de obras de arte. Foram entregues ao tráfego, nas diversas regiões do País, 3.680 quilômetros de rodovias pavimentadas. Com a conclusão da BR-319 (Manaus-Porto Velho) estão interligadas todas as Capitais brasileiras.

Especial atenção dispensou-se à rede existente. A restauração de 2.429 km de rodovias, a conservação de outros 68.342 km (38.501 km em estradas pavimentadas), as atividades de sinalização, a aquisição de equipamentos e a elevação, em 40%, do efetivo da Polícia Rodoviária Federal, atestam a preocupação com a segurança e bem-estar nas rodovias.

Foram concluídos estudos de viabilidade técnico-econômica e de engenharia abrangendo, respectivamente, 1.744 km e 4.832 km de rodovias.

O desempenho das atividades na área rodoviária, envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 6,2 bilhões, pode ser considerado satisfatório, não obstante terem sido os custos de execução dessas atividades profundamente afetados pelas majorações dos preços dos derivados de petróleo, principalmente no caso do asfalto.

Navegação

A política nacional para a marinha mercante foi responsável por expressivos resultados quanto à participação brasileira nos fretes gerados pelas transações comerciais entre o País e o exterior: navios brasileiros responderam por us\$ 1.062,0 milhões (48%) do total de fretes de todas as bandeiras, sendo us\$ 459,5 milhões em navios próprios e us\$ 602,5 milhões em navios fretados.

Entre as realizações da construção naval destacam-se o lançamento de 36 embarcações, totalizando 571.300 tpb e 24.771 BHP (sendo desse total 74.500 tpb destinadas à exportação) e a entrega de 43 navios, representando 466.500 tpb e 4.750 BHP, inclusive os destinados à navegação especializada e de grande porte (2 minero-petroleiros de 131.000 tpb e 2 petroleiros de 116.500 tpb cada), o que coloca o Brasil em posição de relevo entre os grandes construtores navais do mundo. Cabe ainda destacar a assinatura de contratos com estaleiros nacionais para a construção de 121 embarcações, com financiamento da Superintendência Nacional da Marinha Mercante — SUNAMAM, totalizando 1,8 milhão de tpb e 21.224 BHP, de 3 navios graneleiros para exportação, com financiamento da CACEX, no total de 112.500 tpb, e de outros contratos, com estaleiros estrangeiros, para a construção de 3 navios químicos com 29.610 tpb, e de 2 rebocadores com 24.000 BHP.

No decorrer de 1975 a SUNAMAM investiu, na construção naval, recursos da ordem de Cr\$ 3,6 bilhões, valendo mencionar que estavam em construção, nos estaleiros nacionais, em 31 de dezembro, 226 embarcações, correspondentes a cerca de 5,9 milhões de tpb e 80,4 mil BHP, entre as quais 26 destinadas à exportação, num total de 566 mil tpb.

A concretização das entregas de navios de grande porte e a conseqüente incorporação à frota reduzirão sensivelmente as despesas nacionais com fretamento de embarcações, como vem atualmente ocorrendo, por força da crescente participação da bandeira brasileira no comércio exterior.

A frota nacional que, em fins de 1974, contava com 665 embarcações, num total de 4,1 milhões de tpb, elevou-se para 712 embarcações, totalizando aproximadamente 4,7 milhões de tpb.

Cabe ainda salientar o prosseguimento dos trabalhos de implantação da Empresa Brasileira de Reparos Navais — RENAVAL, que se constituirá em grande centro reparador de navios, capaz de competir com as organizações similares do exterior.

No setor portuário e de vias navegáveis, foi constituída a Empresa Brasileira de Portos — PORTOBRÁS, como *holding* do sistema portuário nacional — com a conseqüente extinção do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis — DNPVN, com o objetivo de obter-se maior flexibilidade operacional nos portos e de implantar sistema dinâmico para sua exploração comercial.

A despeito das condições desfavoráveis do comércio mundial, a movimentação de carga nos portos brasileiros atingiu a 183 milhões de toneladas, representando um acréscimo de 3,5% em relação a 1974.

Os investimentos no setor portuário atingiram um montante de Cr\$ 1,2 bilhão, 45% a mais do que em 1974, sendo as seguintes as principais realizações: recuperação de ponte do *pier* petroleiro Miramar e construção de novo *pier* no Porto de Belém; ampliação, para 700 m, do cais de acostagem do Porto de Itaqui; prosseguimento das obras do Complexo Portuário de Capuaba, em Vitória; conclusão de 4 armazéns para fertilizantes, no Porto de Santos; conclusão do novo acesso ferroviário do terminal de cereais, no Porto de Paranaguá; prosseguimento das obras do cais para o terminal de carnes e conclusão do armazém frigorífico no porto de Rio Grande; conclusão do Plano Diretor Portuário do Brasil, que estabelece a política de investimento para o decênio 1975-1985; dragagem de 11,5 milhões de metros cúbicos, em diversos portos; montagem de 3 guindastes flutuantes, 7 de pórtico e aquisição de 2 guindastes flutuantes, 14 de pórtico, 226 empilhadeiras e 2 dragas autotransportadoras.

Quanto às vias navegáveis, cabe mencionar o prosseguimento da construção dos portos fluviais de Porto

Velho, Humaitá e Marabá, que deverão estar concluídos em 1976, o prosseguimento das obras da eclusa na barragem de Sobradinho, no rio São Francisco; a continuação das obras de canalização e construção de eclusas no rio Tietê; a construção da barragem e eclusa de Bom Retiro do Sul, a ser inaugurada no ano em curso, e obras de canalização e melhoramentos nos rios Jacuí e Taquari.

Outras Atividades

A problemática dos transportes urbanos ganhou importante instrumento de apoio com a criação da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos — EBTU, a qual permitirá ao Governo Federal pronta e objetiva atuação, junto às principais regiões metropolitanas, no planejamento e na estruturação de eficientes sistemas de transportes.

A EBTU terá por finalidade promover, a nível nacional, a efetivação de uma política de transportes urbanos, devendo desempenhar papel decisivo na racionalização e paulatina melhoria dos transportes metropolitanos e municipais urbanos. Estará sob sua administração o Fundo de Desenvolvimento dos Transportes Urbanos — FDTU, através do qual deverão ser mobilizados recursos no valor mínimo de Cr\$ 10,6 bilhões, no período 1976-1979. Através do FDTU deverá a EBTU alicerçar sua ação coordenadora e promotora dos transportes urbanos no País, os quais até agora se ressentiam da ausência de mecanismos ágeis e eficientes, capazes de equacionar e superar, no curto e médio prazos, as grandes deficiências existentes.

A participação do Ministério dos Transportes na política externa brasileira pode ser resumida pelos seguintes eventos: gestões nos acordos de transportes marítimo e fluvial com o Uruguai, França, Romênia e Argélia; conclusão de obras de integração rodoviária com a Bolívia; elaboração do Plano Diretor de Integração

dos Sistemas de Transportes Brasil-Paraguai; prosseguimento dos projetos de engenharia para trechos rodoviários e ferroviários, na Bolívia.

Na área de Planejamento, importantes estudos foram concluídos ou encontram-se em andamento, através da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes — GEIPOT. Entre eles devem ser destacados os chamados Planos Operacionais de Transporte, voltados para a melhoria do transporte dos produtos que respondem por cerca de 80% da carga movimentada no País, tendo sido concluídos os estudos relativos a produtos siderúrgicos, minérios, açúcar, cimento, soja, trigo, café, sal e fertilizantes. Outros planos e projetos foram iniciados ou tiveram andamento em 1975, merecendo ser mencionados, pela sua relevância, o Projeto dos Fluxos Atuais de Transporte no Brasil e sua Repartição Intermodal, o Projeto de Alocação Intermodal de Carga, o Projeto Inovações na Tecnologia de Transportes Urbanos, o Projeto sobre Critérios de Planejamento e Avaliação de Estradas Vicinais, os estudos para a elaboração do Plano-Diretor Ferroviário da Região Centro-Oeste e do Plano-Diretor de Navegação Interior, a Pesquisa do Inter-relacionamento entre Custos de Construção, Conservação e Utilização de Rodovias e o Projeto do Banco de Dados de Transporte.

Contribuição importante também foi dada pela GEIPOT para o equacionamento dos problemas relativos aos transportes coletivos nos grandes centros urbanos do País, através da intensificação de um programa de estudos e pesquisas básicas para a elaboração de Planos-Diretores de Transportes Urbanos. Além do Distrito Federal, foram contempladas, em 1975, as regiões metropolitanas de Porto Alegre, Recife, Salvador e Belo Horizonte, estando previstos, para 1976, os estudos relativos às regiões metropolitanas de Fortaleza e Belém.

Finalmente, trabalhos preliminares compreendendo elaboração de Termos de Referência e de Propostas de

Execução, constituição de equipes técnicas, entendimento com órgãos modais, entre outros, foram desenvolvidos visando à implementação de diversos projetos, a serem executados a partir deste ano, cabendo destacar, entre outros, o Projeto de Política Fiscal e Tarifária, o Projeto de Transportes a Granel e Armazenamento e o Projeto de Política Comercial de Transportes.

De outra parte, visando à aceleração do processo decisório e dos procedimentos operacionais, promoveu-se, no decorrer de 1975, a transferência de todas as unidades administrativas do Ministério dos Transportes para o Distrito Federal, medida que possibilitou mais efetiva coordenação administrativa.

Com idêntico objetivo, deu-se continuidade aos trabalhos de modernização administrativa, mediante diversos atos relativos à estrutura básica e ao regimento interno, além de outros pertinentes à constituição e extinção de entidades.

AGRICULTURA

A ação governamental, na área da agricultura, voltou-se para o efetivo apoio e incentivo ao produtor rural, considerando o importante papel que a agropecuária desempenha no atual estágio de desenvolvimento do País. Dinamizaram-se os instrumentos de política econômica, com vistas à ampliação dos recursos à disposição do setor rural, à reformulação de estratégias e à criação de novos meios de consecução dos resultados almejados.

Valorizou-se a política de preços mínimos como instrumento de incentivo à produção, através da fixação de níveis de preço compensadores, que contribuíram, ademais, para atenuar as variações dos preços agrícolas e para a regularização do abastecimento. Em diversas circunstâncias, essa política atendeu ao objetivo de reduzir as flu-

tuações de preços observadas no mercado internacional, modificando-se, para tanto, os preços mínimos dos produtos atingidos por desajustes no comércio externo e adequando-se a remuneração dos produtores aos custos internos.

Prosseguiu a política de crédito rural, dotando-se o setor agropecuário dos recursos financeiros necessários a assegurar a continuidade e a dinamização do processo produtivo. Foi implementado o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária — PROAGRO, assim como o Programa Nacional de Fertilizante e Calcário Agrícola, que prevê a correção da acidez dos solos e a manutenção de preços acessíveis para os corretivos.

Elaborou-se o Programa Nacional de Armazenagem, com o objetivo básico de propiciar ao setor rural maiores oportunidades de participar do comércio internacional, em condições economicamente vantajosas para o produtor e o País.

No que se refere aos fertilizantes, o Governo, através do mencionado Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola, destinou recursos visando a expandir a oferta, prevendo-se, para 1980, não só a eliminação do *deficit* potencial de 2,8 milhões de toneladas, mas um *superavit* de aproximadamente 350 mil toneladas de nutriente (NPK).

Entre as medidas de política fiscal adotadas pelo Governo, com vistas à adequação dos instrumentos de política econômica aos objetivos do setor agropecuário, destaca-se a Lei Complementar n.º 24, de 7/1/75, que introduziu modificações na política tributária dos Estados, alterando o ICM de modo a evitar problemas na comercialização de produtos agrícolas e o agravamento das disparidades regionais.

O Decreto-lei n.º 1.382, de 26 de dezembro de 1974, por sua vez, objetivou estimular novos empreendimentos

no setor agrícola e fortalecer o capital geral na agricultura, sob a forma de redução na alíquota do Imposto sobre a Renda das empresas agrícolas constituídas até 1979 (6% sobre os lucros).

Os estímulos do Governo e os esforços dos produtores não lograram os resultados positivos esperados, em decorrência da vulnerabilidade do setor agropecuário aos eventos climáticos. As ocorrências prolongadas de baixas temperaturas na Região Sul e em parte das Regiões Sudeste e Centro-Oeste, responsáveis por intensas geadas, prejudicaram importantes lavouras, principalmente a cana-de-açúcar, café, trigo, abacaxi e produtos hortifrutigranjeiros, além das pastagens.

Por outro lado, as enchentes em alguns Estados das regiões Norte e Nordeste, especialmente Pará, Amazonas, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, prejudicaram as culturas de algodão, arroz, batata inglesa, fumo, milho e pastagens.

Apesar da ocorrência desses fenômenos, os últimos dados de previsão de safra indicam que a área colhida dos principais produtos evoluiu em 3,6% em relação à safra anterior. A expansão de área se deu com destaque no Centro-Sul, principalmente em relação ao trigo (19,8%), arroz (17,6%), soja (11,2%) e laranja (9,6%).

Além das variações climáticas, os problemas fitossanitários também contribuíram para reduzir a produtividade de algumas culturas, tais como algodão (— 13,9%), arroz (— 1,2%), batata (— 2,0%), cana-de-açúcar (— 10,6%), trigo (— 39,0%) e laranja (— 7,1%). No entanto, alguns resultados favoráveis foram obtidos com cacau (13,7%), soja (10,5%), mandioca (6,1%), feijão (4,8%) e amendoim (5,0%).

Apesar dos problemas ocorridos, o mercado interno não sofreu problemas de abastecimento. O Governo Federal partiu para a formação de estoques de carne, leite e derivados, feijão, milho e arroz, conseguindo-se, com

esse procedimento, aperfeiçoar a sistemática de formação de estoques reguladores, através da atuação direta na compra e venda de produtos agropecuários.

As exportações brasileiras de produtos básicos agropecuários, em 1975, mantiveram-se nos mesmos níveis do ano de 1974, gerando divisas da ordem de us\$ 3,8 bilhões, por período considerado.

Pesca

A Superintendência do Desenvolvimento da Pesca — SUDEPE deu prosseguimento às suas atividades no campo da pesquisa de recursos pesqueiros, assistência técnica, fiscalização e desenvolvimento de estudos de comercialização, da indústria pesqueira e sua infra-estrutura, principalmente dos terminais dos portos de Belém (PA), Manaus (AM), Rio Grande (RS) e Niterói (RJ).

O Programa de Desenvolvimento da Pesca Artesanal — PESCART, que beneficiará 400 mil pescadores, já conta com 61 unidades operacionais de assistência técnica, creditícia e social. Este programa vem sendo executado através de convênios com a EMBRATER e o FUNRURAL, tendo sido aprovados 1.408 créditos, no valor de Cr\$ 17,3 milhões. Foram assistidas 81 colônias, beneficiando mais de 52 mil pescadores e 1.166 associados de 19 cooperativas.

Dentro da política de incentivos fiscais à pesca, a SUDEPE vem disciplinando e racionalizando a alocação e utilização dos recursos fiscais destinados ao desenvolvimento da pesca industrial. As empresas pesqueiras receberam assistência técnica e contábil, através do Fiset-Pesca, que disciplina a captação e aplicação dos incentivos fiscais. Os recursos, aplicados ou a aplicar, atingiram em 1975 Cr\$ 215 milhões. Na sistemática anterior ao Fiset foram liberados Cr\$ 57 milhões adicionais.

Instituiu-se, ainda, uma linha de crédito que propiciou capital de giro a armazenadores e industriais e concedeu estímulos à exportação e desenvolvimento das cooperativas pesqueiras.

Organização da Vida Rural — Colonização e Cooperativismo

Na área da colonização, a principal ação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA consistiu no desenvolvimento do Programa de Ocupação da Amazônia, sobretudo quanto à consolidação da situação dos colonos, localizados nos projetos daquela região — cerca de 17 mil famílias em mais de 4.600 ha, produzindo 400 toneladas de alimentos, fibras e outros produtos. Ainda na Transamazônica, merece destaque o funcionamento da usina Abrahão Lincoln, cuja produção atingiu 25 mil sacos de açúcar e 1,8 milhão de litros de álcool hidratado.

O Projeto Especial de Colonização Sobradinho, que objetiva o assentamento de 4.800 famílias originárias da área de inundação da Barragem Sobradinho e já dispõe de 257 mil hectares de terras desapropriadas nos Municípios de Bom Jesus da Lapa e Carinhanha (BA), desenvolveu-se satisfatoriamente, tendo-se efetivado a imissão de posse parcial de aproximadamente 100 mil hectares. Cerca de mil famílias deverão estar habitando as novas vilas rurais até agosto de 1976.

Com o objetivo de modificar a estrutura fundiária e a expansão da fronteira agrícola, o INCRA ampliou sua área de atuação no tocante a desapropriações, discriminação de terras, legitimações e regularizações de posse. Colocou também em licitação áreas liberadas nos processos discriminatórios.

Foi autorizada a expedição de 33 mil documentos de titulação, abrangendo quase todas as unidades da federa-

ção e ultrapassando o total de 28.823 documentos expedidos em 1974.

O Decreto-lei n.º 1.164, de 1.º de abril de 1971, permitiu ao INCRA expedir documentos de titulação com plena garantia de incidirem sobre terras devolutas da União, e nunca sobre terras tituladas pelos Estados. Na Amazônia Legal, entre as áreas discriminadas e em processo de discriminação, atingiu-se o significativo número de 12,9 milhões de hectares.

Foram desapropriados, para distribuição, 2,2 milhões de hectares.

Visando a racionalizar os trabalhos de discriminação, bem como resguardar os livros dos Departamentos de Terras dos Estados e dos Cartórios de Registro de Imóveis, promoveu-se a microfilmagem de 335 livros, compreendendo aproximadamente 288 mil registros, nas áreas abrangidas pelo Decreto-lei n.º 1.164, mencionado.

Nas áreas de fronteira, o Decreto-lei n.º 1.414, de 18 de agosto de 1975, permitiu a ratificação, total ou parcial, de alienações ou concessões efetuadas pelo Estado. Esse Decreto-lei, em fase de regulamentação, possibilitará, a curto prazo, ratificar dezenas de milhares de títulos, propiciando a seus detentores o acesso ao crédito bancário e a todo o elenco de benefícios aplicados ao campo. Na faixa da fronteira, foram expedidos, em 1975, 10.441 títulos, já incluídos nos 33 mil anteriormente mencionados.

No tocante ao programa de cooperativismo, foi incentivada a implementação de Projetos Integrados de Desenvolvimento Cooperativista em 6 Estados, abrangendo 664 Municípios, 167 cooperativas de produção, cerca de 10 mil cooperados e 62 instituições de apoio.

O Plano Nacional de Assistência Técnica, incentivando a contratação, por parte das cooperativas e sindicatos, de cerca de 300 técnicos de nível médio e superior,

e a adoção de medidas para padronização da contabilidade das cooperativas, tem por objetivo elevar a capacidade gerencial e ampliar as possibilidades de acesso ao crédito.

Na área da eletrificação rural, o INCRA, através de 191 cooperativas e com recursos da ordem de Cr\$ 432 milhões (contra Cr\$ 85,5 milhões em 1974), promoveu a construção de 14.639 km de linhas, com potência instalada de mil KVA, beneficiando mais de 28 mil propriedades.

Estímulos Financeiros e Creditícios

A política de crédito rural vem se constituindo em um dos principais mecanismos de indução ao uso de insumos, com vistas à modernização e elevação dos níveis de produtividade agrícola.

No ano de 1974 foram concedidos créditos, através do Sistema Nacional de Crédito Rural, de Cr\$ 48,4 bilhões para a agropecuária, enquanto que, em 1975, segundo estimativas preliminares, este total elevou-se para Cr\$ 80 bilhões. Os saldos das operações ativas do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), na área de incentivo à atividade cooperativista, atingiram Cr\$ 1,4 bilhão, montante superior em 100% ao de 1974.

Além da elevação no volume de aplicações, foram tomadas medidas de estímulo à recuperação da atividade produtiva atingida pelas enchentes e geadas, a saber: Plano de Recuperação dos Cafezais de São Paulo e Paraná, com abertura de crédito de Cr\$ 8 bilhões; abertura de linha de crédito especial para aquisição e distribuição de sementes selecionadas e certificadas de soja, trigo e outras culturas, para os Estados do Paraná, São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais; abertura de linhas de crédito para renovação de canaviais, prorrogação das dívidas dos fornecedores e concessão de empréstimos a taxas de juros e prazos especiais; criação de linha de crédito dentro do Programa Especial de Retenção de Crias; abertura de

linha de crédito especial para os produtores de regiões atingidas pelas enchentes dos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Amazonas e Pará, visando ao refinanciamento de operações de custeio e investimento, exceto o fundiário; utilização dos recursos do Plano Estadual de Aplicação para Crédito Rural — PESAC, em regiões do Estado do Paraná onde as lavouras de café foram prejudicadas pelas geadas, para o financiamento do plantio intercalar de algodão na safra 1975-1976 e em regiões de São Paulo, sul de Mato Grosso e sul de Minas Gerais, para financiamento das lavouras intercalares de ciclo curto (feijão, arroz, milho e soja).

O Programa Nacional de Pastagens pôs à disposição dos pecuaristas Cr\$ 1,5 bilhão.

Na área de atuação do Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária — CONDEPE, foi instituído o Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte, com o objetivo de elevar os índices de produtividade da pecuária bovina, tendo sido liberados recursos da ordem de Cr\$ 1,1 bilhão.

Abastecimento e Armazenagem

Teve continuidade a política nacional de abastecimento e armazenagem, que garantiu a normalidade da oferta de produtos agropecuários de importância para o mercado interno. Com respeito à carne bovina, a formação de estoques reguladores, da ordem de 156,5 mil toneladas, implicou uma aplicação de recursos de Cr\$ 1,7 bilhão.

Buscando-se a estabilização da produção de leite e procurando-se evitar o desperdício que se verifica durante a safra, foram mantidos estoques reguladores de leite em pó SMP, queijo e manteiga, para os quais foram alocados recursos da ordem de Cr\$ 218 milhões. Para evitar a especulação que geralmente ocorre na entressafra do fei-

jão, foram alocados recursos da ordem de Cr\$ 110 milhões para a formação de estoques reguladores. Introduziu-se a formação de estoques de milho (84,6 mil toneladas), de arroz (60,7 mil toneladas), além da aquisição de cerca de 55 mil toneladas de algodão.

Foram incluídos na política de preços mínimos 7 novos produtos, encontrando-se em estudo a inclusão de 6 outros. As aplicações decorrentes da política de preços mínimos, até setembro, mobilizaram recursos governamentais da ordem de Cr\$ 7,1 bilhões, contra Cr\$ 2,8 bilhões em 1974. As operações de Aquisição do Governo Federal — AGF evoluíram em 235%, no período de dezembro de 1974 a outubro de 1975.

A execução da política nacional de abastecimento permitiu a implantação, pela COBAL, de 4 centrais e um centro de abastecimento, os quais, junto com as 15 unidades já existentes, movimentaram 1,7 milhão de toneladas de produtos hortifrutigranjeiros, atendendo a uma população de cerca de 27 milhões de habitantes, resultado que corresponde a um acréscimo operacional de 67%, em relação a 1974.

A importância da armazenagem para a melhoria das condições de abastecimento determinou a formulação do Programa Nacional de Armazenagem, objetivando propiciar a expansão da capacidade estática de armazenagem, com redução dos coeficientes de perdas dos produtos agropecuários e facilidades maiores à formação de reservas. Para esse fim, foram colocados, à disposição dos produtores, cooperativas e companhias estaduais de armazenamento, recursos da ordem de Cr\$ 460 milhões.

A capacidade estática da rede armazenadora da CIBRAZEM foi elevada de 31% em relação a 1974 (190 mil toneladas). Foram armazenadas 726 mil toneladas de produtos a meio ambiente e 40,5 mil toneladas nos armazéns frigoríficos, além do tratamento fitossanitário de 155,5 mil toneladas de grãos.

Vigilância e Defesa Sanitária

O Programa Nacional de Saúde Animal, a cargo do Departamento Nacional de Produção Animal, promoveu a extensão da área geográfica da Campanha de Combate à Febre Aftosa, redobrando, por outro lado, os esforços de combate à brucelose e à raiva dos herbívoros. O Plano Nacional de Combate à Febre Aftosa atingiu a uma população de 51 milhões de bovinos, numa área de 1,5 milhão de km², atendendo a 1,2 milhão de propriedades rurais. As atividades de vigilância permitiram a fiscalização do trânsito de 2,1 milhões de bovinos destinados à cria e ao abate.

A Defesa Sanitária Vegetal, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Produção Vegetal, promoveu as seguintes campanhas fitossanitárias: controle das doenças da pimenta-do-reino, no Estado do Pará; controle das doenças e pragas do cajueiro, nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte; combate às cigarrinhas dos canaviais, nos Estados de Pernambuco e Alagoas; campanha de combate aos gafanhotos e cigarrinhas das pastagens, nos Estados da Bahia e Minas Gerais; campanha de erradicação do cancro cítrico, nos Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso.

Desenvolveram-se, ainda, 5 cursos de capacitação de pessoal, com a participação de 150 técnicos de níveis superior e médio e registraram-se 52 entidades de prestação de serviços fitossanitários, 361 novos produtos defensivos agrícolas (e renovados os registros de 348), aumentando-se, assim, para 709 os defensivos utilizados na agricultura. Foram inspecionados 2.779 viveiros e lavouras, fiscalizados 738 revendedores, 10 empresas e 4.356 produtos.

Pesquisa e Experimentação e Assistência Técnica

O modelo institucional da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA compreende duas linhas fundamentais de atuação: a ação direta e a ação de coordenação. A primeira realiza-se nos centros nacionais de pesquisa, enquanto a ação coordenadora se faz através de programas integrados estaduais e, quando possível e conveniente, de empresas estaduais associadas ao sistema EMBRAPA.

O ano de 1975 assinalou o início efetivo da implantação de 14 centros nacionais de pesquisa, localizados estrategicamente em áreas representativas do território nacional. Foram instalados os centros nacionais de pesquisa de trigo, arroz e feijão, soja e sorgo, fruticultura e mandioca, algodão, seringueira, gado de corte, gado de leite, suínos e caprinos, além dos Centros de Pesquisas dos Cerrados, Trópico Semi-Árido e Trópico Úmido.

Iniciou-se, ademais, a implantação do Centro Nacional de Recursos Genéticos (Banco de Germoplasma), localizado no Distrito Federal, bem como do Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de Solos.

Já estão funcionando (ou em fase de criação) diversas empresas estaduais em Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Santa Catarina, Pernambuco, Rio de Janeiro, Ceará e Maranhão.

Prossegue, em ritmo acelerado, a implantação de 24 unidades de pesquisa, de âmbito estadual, que serão administradas pela EMBRAPA e terão como objetivo adaptar tecnologias geradas nos centros nacionais ou criar novas, de interesse local. A EMBRAPA complementa sua atuação, apoiando técnica e financeiramente projetos prioritários de pesquisa que lhe serão apresentados por outras instituições, especialmente Universidades. Em 1975 estavam em execução 29 projetos, no valor de Cr\$ 78 milhões.

Na área de recursos humanos, intensificou-se o esforço de formação e treinamento do quadro técnico da Empresa, através de cursos de pós-graduação e capacitação contínua. No período 1974-1975 foram treinados 637 técnicos, sendo 491 no País e 146 no exterior, a nível de pós-graduação, e 657 em capacitação contínua, principalmente através de cursos de gerência e administração de pesquisa.

A necessidade de ordenação e aplicação dos conhecimentos existentes levou a EMBRAPA a iniciar um programa para a definição de sistemas de produção (pacotes tecnológicos) de maior rendimento nas culturas e criações. Atingiu-se, através de reuniões, 1.100 produtores selecionados, 1.100 agentes de extensão e 880 pesquisadores.

A Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMBRATER, instalada em 15 de abril de 1975 como órgão de coordenação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural — SIBRATER, tem sua atuação voltada para o assessoramento técnico e o apoio financeiro aos Governos Estaduais, na criação e implantação das Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural, tendo aplicado e repassado recursos da ordem de Cr\$ 271 milhões, para a execução, através do SIBRATER, do Plano de Melhoramentos da Alimentação e do Manejo do Gado Leiteiro — PLAMAN, e implantação do Programa de Garantia de Atividades Agropecuárias — PROAGRO.

As atividades do CONDEPE, que passaram à responsabilidade da EMBRATER, propiciaram a aprovação de financiamentos no valor total de Cr\$ 471 milhões, sendo Cr\$ 201 milhões para a pecuária de corte e Cr\$ 270 milhões para a pecuária de leite.

Dentro do programa de extensão rural, foram assistidos 402 mil produtores, contra 345 mil em 1974, cobrindo-se 2.540 Municípios, através de 1.528 escritórios municipais e 152 regionais.

Insumos Modernos

A expansão da área cultivada e os estímulos do mercado, no ano de 1975, resultaram em sensível aumento da demanda interna de insumos e mecanização. Sendo a produção de insumos e máquinas da responsabilidade do setor privado, atuou o Governo basicamente no sentido da concessão de crédito e incentivos, estimulando a oferta.

Como resultado, a produção nacional de tratores atingiu a 66.657 unidades, contra 52.884 em igual período de 1974 (26% de crescimento), elevando para 292 mil as unidades em operação na agricultura brasileira.

Por outro lado, as medidas tomadas pelo Governo, no tocante à dilatação do período de carência dos financiamentos para 18 a 24 meses, favoreceram a mecanização; a destinação de crédito rural para aquisição de tratores e máquinas agrícolas foi de Cr\$ 2,5 bilhões.

As ações de incentivo e controle exercidas pelo Ministério da Agricultura para otimização do emprego de equipamentos, traduziram-se pelas seguintes medidas: testes de controle de qualidade de equipamentos agrícolas; ampliação das atividades de revenda de material agropecuário, com ênfase nas áreas de ampliação da fronteira agrícola; ampliação da utilização das patrulhas mecanizadas em Roraima e Amazonas; dinamização do Centro Nacional de Engenharia Agrícola, em Ipanêma, São Paulo; estímulo à formação de empresas e cooperativas de mecanização, em articulação com os Estados, com vistas à construção de estradas vicinais e aos projetos fundiários do INCRA em áreas prioritárias.

A produção de sementes melhoradas atingiu a 1,2 milhão de toneladas, sendo que a soja, o trigo e o milho somaram 1,1 milhão de toneladas. As regiões Sul e Sudeste respondem pela quase totalidade da produção, com 1,1 milhão de toneladas.

O Plano Nacional de Sementes — PLANASEM estabeleceu seu programa de ação em duas áreas. Na área A, compreendendo as regiões Sul e Sudeste, onde atua o Apoio Governamental à Implantação do Plano Nacional de Sementes — AGIPLAN, destacaram-se as seguintes realizações: indicação e promoção dos melhores métodos de cultivo, tendo sido recomendada a utilização, para uso em plantio, de variedades de sementes básicas (culturas de trigo, arroz, soja, milho, feijão e batata); análise de aproximadamente 110 mil amostras de sementes; a produção multiplicação, beneficiamento e armazenamento de sementes básicas (13,2 mil toneladas); a coleta, para controle de qualidade, de 14.440 amostras de sementes e cursos de treinamento do seu pessoal, num total de 166 servidores. Na área B, compreendendo as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com a execução a cargo do Departamento Nacional de Produção Vegetal — DNPV, realizaram-se as seguintes atividades: assinatura de 68 convênios com entidades co-executoras de programas de sementes; instalação de 6 unidades de beneficiamento de sementes, 1 laboratório de análise de sementes e 1 centro de treinamento; e instituição de um fundo rotativo para utilização na aquisição e distribuição de sementes melhoradas aos agricultores da região Nordeste, no valor de Cr\$ 18 milhões.

Promoveu-se a atualização da legislação sobre fiscalização do comércio de corretivos, fertilizantes e inoculantes, da tabela de preços públicos, fixando-se o valor comercial médio de nutrientes, e do método de análise granulométrica, por via única, para fosfatos naturais granulados. Foram construídas ou adaptadas construções para a implantação de laboratórios em Pernambuco, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. Também foi implantado laboratório de análise de corretivos e fertilizantes no Rio de Janeiro e iniciada a construção de outro, em Goiânia.

Foram registrados 4.515 produtos e 375 entidades, tendo sido coletadas 813 amostras para a análise.

As estimativas de consumo de fertilizantes e nutrientes são da ordem de 2 milhões de toneladas, cabendo à região Centro-Sul mais de 90% deste consumo. A oferta nacional está prevista em 638 mil toneladas.

A utilização de defensivos foi estimada em 47 mil toneladas de inseticidas, 47 mil de fungicidas e 18 mil de herbicidas, com dispêndios da ordem de Cr\$ 1,3 bilhão.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

As atividades industriais e comerciais, em 1975, ressentiram-se dos impactos da crise econômica mundial. Todavia, através da integração de objetivos e esforços entre o Governo e o setor privado, o País vem enfrentando a situação com a determinação de superá-la, com um mínimo de sacrifício social.

A ação governamental, neste sentido, traduziu-se especialmente pela aplicação de um conjunto de estímulos à melhoria e à expansão da produção industrial brasileira, orientada por uma programação baseada no realinhamento de prioridades. Tal programação, por um lado, reforça a ênfase inicial dada à contenção e substituição de importações e, por outro, busca o adequado atendimento das crescentes necessidades internas de produtos industrializados e o aproveitamento das possibilidades de exportação.

As diretrizes de industrialização incluem, como pontos básicos, a ampliação da produção nacional de bens de capital, fator básico para a auto-sustentação do desenvolvimento industrial, a rápida expansão das indústrias produtoras de insumos básicos, aproveitando as potencialidades do País para alcançar a auto-suficiência e, eventualmente, realizar exportações, e o fortalecimento e a modernização das empresas nacionais, com ênfase nas

indústrias tradicionais e nas empresas de pequeno e médio porte. Essas diretrizes compreendem, ademais, o estímulo às indústrias de potencial competitivo para fins de maior penetração e diversificação das vendas de produtos industrializados brasileiros no mercado mundial, atendidas as necessidades do consumo interno, e buscam reforçar o papel da indústria como instrumento de adaptação e difusão de inovações tecnológicas e obter a descentralização industrial, nos planos regional e urbano.

No decorrer de 1975, já se delinearão resultados favoráveis da reorientação da política industrial, embora os efeitos de maior repercussão devam ser colhidos a partir de 1977.

A concessão de incentivos, pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial, passou a reger-se por critérios de maior seletividade; em 1975, o CDI aprovou apenas 863 certificados para fins de isenções fiscais, contra o total de 1976 aprovações do ano anterior, assinalando-se, conseqüentemente, uma redução da ordem de 44% entre os dois anos, no montante dos investimentos fixos dos projetos apoiados, que totalizou Cr\$ 16,3 bilhões, contra Cr\$ 29,1 bilhões em 1974.

Êxito expressivo ocorreu no caso das indústrias básicas prioritárias — bens de capital, matérias-primas e bens intermediários — que responderam, em conjunto, por 68% dos investimentos fixos dos projetos beneficiados.

Ê de se destacar que os projetos da área de bens de capital tiveram elevada sua participação no total dos investimentos fixos previstos, de 8,5%, para 25%, entre 1974 e 1975. Também cumpre salientar a ponderável participação nacional no suprimento de máquinas e equipamentos aos empreendimentos aprovados pelo CDI, em 1975, atingindo cerca de 44% do montante de Cr\$ 9,8 bilhões.

Outro ponto que merece destaque é a participação das empresas nacionais no conjunto dos projetos aprova-

dos, em 1975, a qual equivaleu a aproximadamente 83% do valor global dos investimentos.

Importa referir, em particular, que o CDI continuou atuando positivamente para reduzir as transferências de empresas nacionais para grupos estrangeiros, seja através de contatos com os empresários nacionais interessados, seja, principalmente, pela fixação e acompanhamento de esquemas de apoio por entidades financiadoras governamentais, a par de assegurar, também, parcela significativa do mercado interno para as empresas brasileiras, objetivando o fortalecimento do setor privado nacional.

O Governo adotou diversas medidas visando a conferir maior rigor aos critérios para a concessão de incentivos fiscais e financeiros ao setor industrial, além de providências paralelas voltadas para o estímulo à produção industrial substitutiva de importações e fomentadora das exportações. Merecem referência especial as limitações das importações dos próprios órgãos e entidades governamentais, traduzidas na recente aprovação do Orçamento de Importação de Bens pela Administração Federal, para o exercício de 1976.

De acordo com os indicadores preliminares disponíveis, o crescimento do setor industrial, como um todo, registrou um relativo arrefecimento em 1975, situando-se em nível inferior ao verificado nos anos anteriores e refletindo os efeitos das conjunturas econômicas mundial e interna; assim, foi fraco o desempenho do setor industrial no 1º semestre do ano findo, notando-se, porém, uma reativação na segunda metade do ano.

Não obstante, alguns gêneros de indústrias revelaram não só um crescimento favorável como também aspectos positivos em termos de mudança e modernização do parque manufatureiro. Estão nesse caso, por exemplo, as indústrias mecânica, de material elétrico e de comunicações, de material de transporte, química e metalúrgicas, que alcançaram resultados satisfatórios; muitas dessas

indústrias tiveram o seu desenvolvimento apoiado pela execução de programas e projetos estimulados pelo próprio Governo, como os empreendimentos nas áreas de energia, comunicações, transporte ferroviário, construção naval, expansão da siderurgia, mineração e outros.

A indústria de minerais não-metálicos, incluindo a produção de cimento e de outros materiais de construção, registrou crescimento razoável, favorecido especialmente pelo desempenho do setor da construção civil, onde avultou a ação de fatores estimulantes, como o desenvolvimento do programa habitacional e a execução de obras públicas.

Na área de produtos metalúrgicos, o comportamento do mercado nacional manteve-se ativo e ofereceu resultados de certa forma favoráveis. O consumo efetivo de produtos siderúrgicos foi da ordem de 11,1 milhões de toneladas, com incremento de 9,5% em relação ao exercício anterior. A produção interna de aço atingiu 8,3 milhões de toneladas, o que corresponde a um aumento de cerca de 11% sobre a de 1974, com uma participação de 74% no suprimento do mercado nacional. As empresas do grupo SIDERBRÁS foram responsáveis por 54% da produção total de aço em bruto, estimando-se que, em 1976, quando o consumo efetivo deverá alcançar o total de 12 milhões de toneladas, a participação dessas empresas atinja a cerca de 60% da oferta interna, prevista em cerca de 11 milhões de toneladas.

Os projetos de expansão das usinas siderúrgicas estatais foram executados em ritmo normal, estando programado para 1976 o término dos projetos compreendidos na 2ª Etapa do Programa de Expansão, possibilitando que as empresas da SIDERBRÁS apresentem acréscimo de produção global da ordem de 46% em relação a 1974. Por outra parte, estão sendo ativados os projetos da 3ª Etapa de Expansão das usinas da CSN, USIMINAS e COSIPA, assim como os de outras empresas estatais e privadas, dentro da programação de expansão do parque

siderúrgico do País. Quanto às importações de produtos siderúrgicos, seu montante, em 1975, deve ter atingido 2,8 milhões de toneladas de lingotes, no valor Fob aproximado de us\$ 1,1 bilhão, o que correspondeu a uma redução da ordem de 30% em tonelagem e 17% em valor, comparativamente a 1974.

Na área dos não-ferrosos, a ação governamental concentrou-se na implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento da Indústria de Metais Não-Ferrosos. Aprovado em janeiro de 1975, pelo CDE, este programa tem em vista atender ao crescente mercado nacional, substituindo importações e permitindo, inclusive, a exportação de alguns produtos. Em termos gerais, o suprimento de não-ferrosos ao mercado consumidor nacional teve desempenho satisfatório, em comparação com o ano de 1974. A oferta interna pôde atender a parcela relativamente expressiva da demanda efetiva, especialmente nas áreas de alumínio, zinco, chumbo e estanho, embora ainda persista grande dependência das importações de não-ferrosos comuns e especiais. Em 1975, as aquisições externas desses metais totalizaram us\$ 349 milhões, contra us\$ 578 milhões no ano anterior.

No setor da indústria química, merece referência a implementação dos projetos de expansão da produção de álcalis sódicos (barrilha e soda/cloro), assim como aqueles abrangidos nos programas de fertilizantes e calcário agrícola, de defensivos agrícolas e de insumos para o ramo farmacêutico. Por outro lado, foram acelerados os trabalhos de implantação do Pólo Petroquímico do Nordeste, na Bahia, e de consolidação do de São Paulo, e lançado o programa de instalação do terceiro pólo no Rio Grande do Sul, sendo ainda desenvolvidas atividades especiais com vistas à implantação da carboquímica, no sul do País.

Por sua parte, o Programa Nacional de Papel e Celulose foi conduzido com resultados igualmente favo-

ráveis, esperando-se que a execução dos empreendimentos em curso ou em fase de definição possa permitir, em curto prazo, a auto-suficiência, assim como a possibilidade de exportação.

Os setores de bens de consumo final, de um modo geral, os mais fortemente afetados pela conjuntura, apresentaram, no entanto, desempenho favorável, principalmente graças à recuperação registrada no segundo semestre. Incentivos fiscais concedidos a alguns produtos, disponibilidade de crédito e, especialmente, o conjunto de medidas adotadas no campo da política salarial pelo Governo, contribuíram para a recuperação da demanda, refletida no notável incremento das compras de fim de ano.

Por força das medidas de contenção ao consumo de produtos petrolíferos, além de outros fatores, a indústria automobilística apresentou um crescimento pouco expressivo (apenas 2,7%). Não obstante, o volume da produção registrada — quase 930 mil veículos — além de situar o Brasil entre os países de maior produção de veículos automotores, permitiu fossem acrescidas significativamente as exportações. A produção de tratores atingiu 66.657 unidades, representando o significativo crescimento de 26% sobre o ano anterior.

O petróleo e seus derivados mantiveram-se na categoria de principal componente das nossas compras no exterior, destacando-se, igualmente, as aquisições de trigo e carvão mineral. No âmbito dos produtos industrializados, avultam as aquisições de insumos básicos e bens de capital, os primeiros englobando produtos de alta essencialidade — siderúrgicos, químicos, não-ferrosos, fertilizantes, celulose e papel etc. — e os bens de capital abrangendo uma extensa variedade de maquinaria e veículos indispensáveis ao processo de desenvolvimento nacional. A economia brasileira, ainda em 1975, sofreu os efeitos da contínua alta de preços dos produtos impor-

tados e necessários ao País, com seus reflexos desfavoráveis sobre o valor das importações e as relações de troca.

Crescem de significado, por conseguinte, as ações do Governo, em estreita articulação com o setor privado, para assegurar a continuidade do processo de desenvolvimento.

Ademais, cumpre destacar as medidas voltadas para a expansão do mercado nacional no setor de bens primários e industrializados produzidos internamente. Neste sentido, o estabelecimento de uma política de desenvolvimento comercial interno passou, também, a ser objeto das preocupações do Governo; verificou-se que, ao contrário do que sucede com a indústria, não foram ainda fixadas, em benefício do comércio interno, diretrizes, normas e medidas estimuladoras e reguladoras que promovam e assegurem o desenvolvimento do setor, em consonância com o interesse nacional e o progresso econômico-social do País.

Em conseqüência foram determinadas, preliminarmente, providências para a dinamização do Conselho de Desenvolvimento Comercial — CDC, órgão do Ministério da Indústria e Comércio que tem por objetivo precípua a realização dos estudos relacionados com a formulação da política de desenvolvimento comercial e a promoção e coordenação das medidas requeridas para a execução do que for aprovado.

As diretrizes que se vão estabelecer para o desenvolvimento comercial pressupõem, como objetivo básico, a efetiva integração do setor de distribuição no sistema econômico nacional. O comércio não deve ser tomado como atividade secundária, dependente da ação desenvolvida no campo da indústria e da agricultura, nem apenas como veículo passivo do contato entre o produtor e o consumidor. É imprescindível, pelo contrário, que passe a exercer, ativa e dinamicamente, o papel de par-

tícipe do sistema econômico, tendo em vista a expansão do mercado interno.

Outro aspecto fundamental da política a ser adotada é o tratamento a ser concedido às pequenas e médias empresas comerciais, que constituem a quase totalidade dos estabelecimentos do País, considerando-se que 96,7% das unidades registradas em março de 1975 tinham capital social inferior a Cr\$ 1 milhão.

A defesa da pequena empresa comercial insere-se no contexto mais amplo da política de fortalecimento da empresa privada nacional, esposada pelo II PND, não obstante se aceite o capital estrangeiro como fator complementar aos recursos domésticos, desde que ajustado às necessidades do País e às regras estabelecidas para seu ingresso e atuação.

Disposições específicas que assegurem a proteção ao consumidor devem igualmente ser contempladas pela política de desenvolvimento comercial.

Incentivos à Industrialização

O Conselho de Desenvolvimento Industrial, em 1975, deu continuidade à implementação do novo conceito de promoção de investimentos industriais; a partir da Resolução nº 34/74, o CDI passou a analisar apenas os projetos de implantação de indústrias, ou expansão de capacidade e modernização de instalações industriais, cujos investimentos atendessem a determinados limites mínimos.

Por outro lado, foram favorecidos especialmente os projetos visando à ampliação da produção de insumos básicos, ao desenvolvimento do setor de fabricação de bens de capital e, ainda, à expansão e melhoria do parque de indústrias ligadas aos programas siderúrgico e habitacional, bem como de produtos básicos para o consumo da população.

Igualmente, o Conselho passou a conceder incentivos a projetos industriais que permitissem avaliações favoráveis segundo determinadas condições básicas, fixadas pela Resolução n.º 35/74, entre as quais se destacam, especialmente, a substituição de importações, a promoção do uso mais intenso de insumos nacionais, a contribuição à desconcentração industrial e a redução de desequilíbrios regionais, a vinculação a compromissos de exportação nos setores convenientemente atendidos pela oferta existente e a atenção a normas de combate à poluição.

O Conselho procurou influenciar os empresários no sentido da colocação de encomendas junto às indústrias nacionais de bens de capital, desde que satisfeitas as solicitações quanto a quantidade e, especialmente, qualidade desses bens. Nestes termos, tornou-se também objetivo do CDI apoiar essas indústrias não só quanto à ampliação de sua capacidade como para melhoria de qualidade de seus produtos.

Dado significativo quanto à atuação do CDI, nesse particular, refere-se à participação das empresas nacionais no conjunto dos projetos aprovados pelo órgão, equivalentes a 83% do montante global dos investimentos beneficiados com incentivos fiscais, em 1975.

Os Planos de Nacionalização Progressiva continuaram a merecer atenção especial, tendo em vista sua contribuição efetiva na substituição de importações e transferência de tecnologia do exterior. Assim, com o propósito de aumentar o nível de nacionalização de produtos fabricados no Brasil, o Ministro da Indústria e do Comércio baixou a Portaria n.º 262, de 19 de novembro de 1975, criando um Grupo de Trabalho com a finalidade de reavaliar as normas referentes aos Planos de Nacionalização.

No final do ano, tendo em vista o agravamento da situação do balanço de pagamentos, o Governo introduziu modificações importantes no sistema de incentivos admi-

nistrados pelo MIC/CDI. Assim, foi baixado o Decreto-lei nº 1.428, em 2 de dezembro de 1975, pelo qual as isenções do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados ficam limitadas a casos de empreendimentos de relevante interesse nacional, que venham a ser aprovados pelo Presidente da República. O CDI poderá conceder redução de 50% a 80% do Imposto sobre Importação e IPI para máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos, acessórios e ferramentas, sem similar nacional, necessários à execução de projetos industriais; as reduções ou isenções daqueles impostos poderão ser aplicadas às partes complementares à produção nacional, quando incluídas em planos de nacionalização; os benefícios fiscais poderão ser suspensos nos casos em que as importações procedam de países que estejam proibindo, restringindo ou dificultando as exportações brasileiras; os equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos, acessórios e ferramentas de produção nacional, relacionados pelo Ministro da Fazenda, por proposta do CDI, ficam isentos de pagamentos do IPI quando saídos de estabelecimento industrial ou equipado a industrial.

A distribuição dos investimentos fixos programados nos projetos aprovados em 1975 revelou significativa concentração em bens de capital, com cerca de 25% do total, seguindo-se o grupo de matérias-primas (23%), de bens intermediários (19,6%), de bens de consumo (19,4%) e indústrias de veículos automotores (13%).

A área de bens de capital apresentou crescimento nominal de cerca de 163% em relação ao ano anterior, passando de Cr\$ 2.499 milhões para Cr\$ 4.065 milhões, elevando sua participação no conjunto de 8,6% para 25%, já como resultado das medidas postas em prática.

Para o setor de insumos básicos, os resultados foram igualmente satisfatórios, tendo sido aprovados, no exercício findo, 360 projetos compreendidos nas áreas de

indústrias de matérias-primas e de bens intermediários metálicos e não-metálicos, englobando investimentos da ordem de Cr\$ 6.932 milhões.

Quanto ao grupo de indústrias de bens de consumo — com Cr\$ 3.159 milhões de investimentos fixos no período — foi anotado decréscimo nominal de cerca de 36,8%, em comparação com o período anterior. No que se refere às indústrias automobilísticas, verificou-se contenção nos investimentos aprovados pelo CDI, desde que a produção de carros de passageiros deixou de ser prioritária na legislação do Conselho. No tocante aos tratores agrícolas, vêm sendo realizados estudos pelo CDI, em conjunto com o Ministério da Agricultura, com vistas à compatibilização da produção e da demanda previstas. Quanto a caminhões, análise semelhante vem sendo procedida pelo Conselho, levando-se em conta os objetivos de economia de combustível, preservação do pavimento rodoviário e controle de emissão de fumaça.

Deve-se mencionar a ponderável participação nacional no suprimento de máquinas e equipamentos aos empreendimentos industriais aprovados pelo CDI, que foi de 44% do total de Cr\$ 9.766 milhões projetados para aplicação nas inversões fixas aprovadas.

Por outro lado, a Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação — BEFIEIX vem administrando um mecanismo de incentivos que proporciona, às empresas industriais, condições específicas para a importação de bens destinados a aparelhar suas instalações fabris, objetivando a implementação de programas especiais de exportação de produtos industrializados. No final do ano, 5 programas achavam-se em efetiva execução, 5 em fase de aprovação, e 4 em exame. Abrangendo os setores de fabricação de material de transporte, têxteis, equipamentos eletrônicos e alimentos, os programas de exportação em execução representaram, em 1975, um saldo de divisas de us\$ 226,8

milhões que correspondeu a 10,9% das exportações de manufaturados brasileiros, comprovando, assim, a validade da utilização do mecanismo em questão.

Segundo estimativas da BEFIEX, considera-se viável, para 1976, que as exportações dos programas já em execução, adicionais àquelas previstas nos programas em fase de aprovação, correspondam a um montante de divisas de aproximadamente us\$ 380 milhões.

Dentro das novas diretrizes da política de estímulos à exportação e contenção de importações, foi estabelecido, através do Decreto-lei nº 1.428, de 2 de dezembro de 1975, regulamentado pelo Decreto n.º 77.065, de 20 de janeiro de 1976, que a BEFIEX poderá conceder incentivos de redução de 70% a 90% do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados para a importação de máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos, acessórios e ferramental necessários à execução de programas especiais de exportação, aprovados pelo Ministro da Indústria e do Comércio. A isenção dos Impostos sobre Importação e sobre Produtos Industrializados, nos casos de programas de exportação analisados pela BEFIEX, poderá ser concedida àquelas empresas que se obriguem a apresentar, ano a ano, durante o período de duração do programa, saldo global de divisas positivo, computados os dispêndios cambiais a qualquer título.

Siderurgia

Em razão das condições especiais da economia brasileira e da premência de medidas aceleradoras da evolução da oferta nacional de produtos siderúrgicos, foram implementadas, em 1975, diversas e importantes providências. O Conselho Nacional de Não-Ferrosos e Siderurgia — CONSIDER passou a dar ênfase ao planejamento de longo prazo para o setor, cobrindo o período dos próximos dez anos, através da elaboração, já iniciada, do Plano Mestre de Siderurgia Brasileira — PMS, com

a participação ativa da Siderurgia Brasileira S/A — SIDERBRÁS e da Secretaria de Tecnologia Industrial — STI, do Ministério da Indústria e do Comércio.

Foi também formulada uma Proposta de Alternativas para a Definição de Expansão do Setor de Siderurgia a Curto Prazo, a qual, aprovada em termos de recomendação, do CDE, propiciou ao CONSIDER baixar sua Resolução nº 31/75, que veio a definir e assegurar providências concretas para garantir o pleno abastecimento do mercado nacional, a curto prazo.

Essas providências, no que se refere ao Governo Federal, serão executadas por intermédio da SIDERBRÁS, enquanto que, para o setor privado, a definição de participação será dada a partir de estudos da Comissão Interministerial, criada pela Resolução referida, cujos trabalhos deverão servir de base para o CONSIDER.

Tendo em vista a atualização dos estudos que tratam do comportamento evolutivo e perspectivas do mercado do aço, foi constituída, em 1975, com a coordenação do CONSIDER e participação da SIDERBRÁS e do Instituto Brasileiro do Aço — IBS, um Comitê Permanente de Acompanhamento de Mercado.

Também merece destaque a implementação, em 1975, do Sistema Coordenado de Abastecimento, objetivando disciplinar o abastecimento de produtos siderúrgicos no mercado nacional, via importações.

No âmbito específico da SIDERBRÁS, vale salientar a criação de comissão que se incumbirá do planejamento, execução e acompanhamento da importação dos produtos siderúrgicos, para linhas de produção das empresas estatais.

Foi autorizada a isenção dos direitos aduaneiros para as importações de produtos siderúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional — CSN, Companhia Siderúrgica Paulista — COSIPA, Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais

— USIMINAS e Companhia Aços Especiais Itabira —
ACESITA, encarregadas da execução das importações programadas para 1976.

Quanto às indústrias correlatas ao setor siderúrgico, o CONSIDER assumiu, em fins de 1975, o planejamento de seu desenvolvimento, com a finalidade de identificar e eliminar possíveis pontos de estrangulamento da expansão dessas áreas vitais do parque metalúrgico, incluindo, entre as atividades abrangidas, as indústrias de fundição, forjaria, ferros-ligas e refratários, assim como a distribuição de aço. Espera-se dispor, em 1976, de um primeiro programa de desenvolvimento desses importantes setores da economia.

No que se refere à quantificação dos resultados do desempenho do setor siderúrgico, em 1975, cabe ressaltar que a produção brasileira de aço, segundo estimativas preliminares, deve ter atingido a casa de 8,3 milhões de toneladas, correspondendo a um incremento da ordem de 11% sobre o resultado obtido em 1974. A oferta interna deve ter suprido cerca de 74% do consumo efetivo nacional de aço, avaliado em torno de 11,1 milhões de toneladas, isto é, aproximadamente 9,5% superior ao verificado no exercício anterior.

Metais Não-Ferrosos

O Governo colocou em execução, em 1975, um conjunto de medidas consubstanciadas, basicamente, no Programa Nacional de Desenvolvimento da Indústria de Metais Não-Ferrosos, aprovado em 29 de janeiro de 1975, em reunião do CDE, cujas linhas de ação abrangem fundamentalmente a elaboração de um Plano Mestre para o período dos próximos dez anos, visando a atingir o pleno atendimento do mercado interno e a exportação, e a seleção de projetos que possam levar a uma expansão coordenada dos subsetores de produção de não-ferrosos.

Ademais, o programa visa a propiciar condições para que a indústria de não-ferrosos permaneça no setor privado, que contará com estímulos para a execução de programas de expansão, podendo o Governo dela participar minoritariamente, tendo o BNDE como principal agente financeiro do programa. Outro objetivo é coordenar a ação de todos os órgãos do Governo, visando à redução dos efeitos poluidores das unidades industriais, além de selecionar e eleger cuidadosamente a localização dos projetos.

Para a consecução dos objetivos propostos, o Programa prevê investimentos no montante equivalente a us\$ 5.230 milhões.

Tendo em vista o objetivo de reduzir as compras externas de metais não-ferrosos, que corresponderam a dispêndios no valor de quase us\$ 600 milhões em 1974, o CONSIDER passou a analisar os pedidos de importação de não-ferrosos, à semelhança dos produtos siderúrgicos, com a finalidade de dar anuência ao seu licenciamento pela CACEX.

Com referência aos estudos básicos empreendidos, sob orientação do CONSIDER, na área dos não-ferrosos, deve-se destacar que se encontram em execução final aqueles referentes ao Mercado Brasileiro de Não-Ferrosos Comuns e ao Diagnóstico Técnico-Econômico Sobre Metais Não-Ferrosos Especiais, que passarão a representar subsídios valiosos para o planejamento do desenvolvimento do setor.

Em termos gerais, o suprimento de não-ferrosos ao mercado nacional teve um desempenho razoavelmente satisfatório, em comparação com o ano de 1974, observando-se que a oferta interna pôde atender uma parcela expressiva da demanda, especialmente nas áreas de alumínio, zinco, chumbo e estanho. Não obstante, cabe ressaltar que o mercado brasileiro ainda se encontra bastante

dependente das importações de não-ferrosos, implicando gastos consideráveis de divisas.

As primeiras estimativas disponíveis indicam, para 1976, a possibilidade de certo arrefecimento do ritmo de crescimento da demanda interna, tendo em conta as condições previstas para o desempenho do setor industrial e, ainda, os efeitos das medidas de contenção às importações. Prevê-se, porém, que o mercado continuará sendo atendido, em parcela significativa, por produtos importados, já que a produção nacional ainda é insuficiente e os projetos de expansão encontram-se em estágio de execução ou de concepção e planejamento. Estimativas de demanda para 1976 prevêem a necessidade de 272,7 mil toneladas de alumínio, 200,4 mil de cobre, 90,3 mil de zinco e 89,3 mil de chumbo, quanto aos principais não-ferrosos.

Alcalis Sódicos

Com vistas à expansão da oferta interna de barrilha, a Companhia Nacional de Alcalis — CNA concentrou suas atividades em torno de dois grandes objetivos: a ativação do projeto de ampliação da Fábrica de Cabo Frio, elevando sua capacidade de produção de 150 para 200 mil toneladas anuais, e o desenvolvimento do projeto de implantação da ALCANORTE, na região salineira de Macau.

O consumo interno de barrilha foi de aproximadamente 200 mil toneladas em 1975, contribuindo a produção da CNA com 136 mil toneladas, sendo o restante de procedência externa.

Construção Civil

À indústria de construção civil estão reservadas funções da maior relevância no quadro atual do desenvolvimento brasileiro, salientando-se o seu múltiplo papel

na absorção de tecnologia, na execução dos programas de habitação e de implantação e expansão da infra-estrutura de serviços básicos, na mobilização de recursos naturais ainda inexplorados e, especialmente, como fonte de emprego de mão-de-obra.

Dentro do elenco de medidas recém-adotadas pelo Governo, o setor da construção civil deverá assumir grande importância, mormente no que diz respeito à absorção de mão-de-obra e à própria expansão programada das suas atividades.

Alguns indicadores disponíveis ressaltam a importância dessa área da economia: segundo o Cadastro Geral de Contribuintes havia, no País, em 1975, o total de 22.096 empresas cadastradas, sendo 17.701 de construção civil, 3.871 de pavimentação, terraplenagem e construção de estradas e 524 de construção de obras de arte (viadutos, pontes etc.). No global, a construção contribuiu com aproximadamente 20% da renda gerada pelo setor industrial, segundo dados da FGV, representando, outrossim, mercado empregador para cerca de 5,5% da população ocupada, ou seja, para contingente superior a 2 milhões de pessoas.

Através do Decreto n.º 75.204, de 9 de janeiro de 1975, o Governo criou a Comissão Nacional da Indústria da Construção Civil — CNICC, colocada sob a jurisdição do Ministério da Indústria e do Comércio, que tem como funções básicas propor a formulação da política de desenvolvimento do setor; acompanhar a situação do mercado de construção relativamente à demanda de obras e seus insumos básicos; assessorar o Governo com vistas à compatibilização e continuidade dos programas de obras com as disponibilidades dos fatores de produção; sugerir normas gerais a serem observadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública, quanto a políticas de compra de materiais de construção, obras e serviços de engenharia; promover a atualização de processos e normas técni-

cas; e criar condições para implantação de um sistema nacional de informações para o setor.

A CNICC já pôde empreender alguns trabalhos expressivos e vem sedimentando, paulatinamente, os conhecimentos necessários ao pleno desenvolvimento de suas atribuições. Dentro da programação de atividades da CNICC para 1976 se incluem a implantação do plano diretor de atividades, do Sistema Nacional de Índices de Preços e do Cadastro Básico do setor, o apoio à normalização exigencial, estudos sobre garantias contratuais e o acompanhamento de resultados dos programas de obras públicas.

Comércio Interno

A política de desenvolvimento do comércio interno, cuja elaboração, nos termos da legislação vigente, constitui finalidade precípua do Conselho de Desenvolvimento Comercial (CDC), tem merecido especial atenção do Governo. As medidas programadas com esta finalidade compreendem, principalmente, incentivos fiscais, creditícios e de assistência técnica que, todavia, deverão ser concedidos com limitações, como em caso de comprovada necessidade, para orientar a atividade distribuidora em determinada direção, promover a implantação de estruturas e sistemas pioneiros, favorecer a substituição de organizações ou apressar a constituição de pólos de desenvolvimento comercial.

As normas de política contemplarão, ainda, a racionalização da estrutura e do funcionamento do comércio, mediante modernização dos estabelecimentos, adoção de técnicas e práticas evoluídas, simplificação do fluxo das mercadorias, desburocratização das relações com o Poder Público e interempresariais, com relevo especial à proteção e defesa do consumidor.

No ano de 1975, o Departamento Nacional de Registro do Comércio — DNRC desenvolveu diversas tarefas,

tais como orientação, coordenação e supervisão dos trabalhos das juntas comerciais, administração direta da Junta Comercial de Brasília e promoção de feiras e exposições.

Tecnologia Industrial

Considerando que a tecnologia constitui-se em fator crítico na produção industrial moderna, as diretrizes básicas de ação governamental dirigiram-se para a aplicação intensiva e extensiva da ciência e da técnica à produção de bens e serviços, seja através da modernização da infraestrutura de pesquisas e da criação de tecnologia nacional, visando a reduzir a dependência externa, seja pela transferência, em condições adequadas, de tecnologia adquirida do exterior. Para a consecução desses objetivos, o MIC, além de estimular a tecnologia industrial, também procurou controlar e disciplinar as áreas de qualidade e propriedade industrial e de metrologia legal.

Açúcar e Alcool

Em prosseguimento à política de modernização do parque industrial e sua infra-estrutura, foram concedidos novos financiamentos e suplementações a operações anteriormente aprovadas, tendo por suporte os recursos originados da venda do açúcar para o exterior e vinculados ao Fundo Especial de Exportação. O montante das operações deferidas em 1975 alcançou Cr\$ 6,18 bilhões — contra Cr\$ 2,39 bilhões no ano anterior — contemplando numerosos empreendimentos.

Foi dada continuidade, através do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar — PLANAL-SUCAR, à execução de projetos de pesquisa integrada nos campos da genética, fitossanidade e agronomia, com o objetivo principal de se conseguirem novas variedades mais produtivas de cana-de-açúcar, para substituir as

atualmente empregadas — algumas em acentuada fase de degenerescência e com repercussões negativas sobre os rendimentos agrícolas e industriais, em determinadas regiões produtoras. No exercício findo, foram aplicados cerca de Cr\$ 59 milhões no PLANALSUCAR, estando previstos, para 1976, recursos totais de Cr\$ 225 milhões.

Tendo em conta o agravamento dos problemas advindos da crise mundial do petróleo, o Governo decidiu atribuir ao setor alcooleiro papel de maior relevância no contexto da política energética nacional, mediante a implementação de medidas que possam incentivar a produção e o consumo de álcool em substituição aos produtos derivados de petróleo, não só através de maiores adições de álcool anidro carburante à gasolina, mais ainda pela ampliação do emprego do álcool nas indústrias químicas.

Para alcançar os objetivos propostos, o Decreto n.º 76.593, de 14 de novembro de 1975, instituiu o Programa Nacional do Álcool, com a finalidade de incentivar a sua produção, a partir da cana-de-açúcar, mandioca ou qualquer outra matéria-prima, estimulando o aumento da produção e produtividade dessas culturas e a modernização e ampliação das destilarias existentes, bem como a instalação de novas unidades produtoras, anexas a usinas ou autônomas, e de unidades armazenadoras. A coordenação do programa está a cargo da Comissão Nacional do Álcool, que já aprovou, até agora, 3 projetos para instalação de destilarias autônomas, enquanto que 10 outros projetos de destilarias se encontram em fase avançada de estudos, no IAA, para serem submetidas àquela Comissão.

Borracha

A crescente expansão do mercado consumidor nacional de borrachas, as possibilidades de desenvolvimento do setor em determinadas regiões do País e, ainda, a necessidade de limitar os dispêndios de divisas com a

importação desses produtos, vegetais e sintéticos, explicam a ênfase da ação setorial do Governo, que se volta para medidas que permitam expandir a oferta interna.

A recente criação do Centro Nacional de Pesquisa da Seringueira, com sede em Manaus e centros satélites em Rio Branco, Belém, Cuiabá e Itabuna, assim como os cursos de preparação de mão-de-obra especializada que vêm sendo realizados pela SUDHEVEA, a par de outras medidas em curso, deverão contribuir significativamente para o progresso do setor.

Café

A economia cafeeira apresentou alterações significativas no ano que passou, impostas por fatores de variada natureza, que atuaram sobre o comportamento da produção e da comercialização interna e externa do produto.

No que se refere à modernização e expansão da cafeicultura, foi completada, no primeiro semestre, a etapa 1974-1975 do Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais, com a contratação de financiamentos para o plantio de 135,7 milhões de novos cafeeiros, além dos projetos de replantação e decote de cafezais, que registraram um incremento de 450% em relação ao valor das contratações verificadas no ano agrícola precedente, e de aplicações de vulto em aquisição e emprego de fertilizantes, defensivos e equipamentos rurais.

No mês de julho de 1975, ocorreram geadas de resultados verdadeiramente catastróficos, nas principais regiões produtoras de café, abrangendo os Estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso.

Tendo em vista a necessidade de recuperação do potencial produtivo da cafeicultura nacional, dentro de 2 a 3 anos, foi imediatamente aprovado, pelo Conselho Monetário Nacional, Plano de Emergência para Re-

cuperação dos Cafezais Geados, cuja implementação, em curso, prevê a aplicação de recursos no montante de Cr\$ 8,12 bilhões, sendo Cr\$ 4,56 bilhões oriundos do Fundo de Defesa dos Produtos de Exportação — Café, Cr\$ 2,64 bilhões do Banco do Brasil e Cr\$ 911 milhões fornecidos pelo Sistema Nacional de Crédito Rural.

Sal

Suplantando as expectativas e, ao mesmo tempo, normalizando o setor, que se viu prejudicado pelas condições climáticas adversas verificadas em 1973 e parte de 1974 nas principais regiões produtoras, a produção salineira em 1975 obteve uma recuperação surpreendente, chegando a um volume global produzido de 2 milhões de toneladas, pouco inferior ao recorde obtido em 1972 (cerca de 2,2 milhões de toneladas) e acusando um acréscimo de 32% relativamente a 1974. Para essa expansão, contribuiu o desempenho da produção dos Estados do Rio Grande do Norte e do Rio de Janeiro, respectivamente com 76% e 20% da oferta global. Para 1976, a previsão inicial é de que a produção salineira nacional venha a atingir quase 2,5 milhões de toneladas, possibilitando o atendimento normal do mercado consumidor em expansão e a reconstituição dos estoques reguladores.

Seguros

A continuidade da ação do Governo na área de seguros obteve pleno êxito, em 1975, através da dinamização do setor, maximizando-se os benefícios produzidos para o desenvolvimento nacional e possibilitando, ao mercado brasileiro, colocar-se entre os principais sistemas internacionais e apresentar, nos últimos anos, os maiores índices de crescimento real registrados em todo o mundo.

Turismo

Através do sistema integrado pelo Conselho Nacional de Turismo CNTUR e a Empresa Brasileira de Turismo — EMBRATUR, e contando com o entrosamento e o apoio dos órgãos de turismo oficiais e do empresariado privado, foram dinamizadas, com pleno êxito, em 1975, as atividades relacionadas com o desenvolvimento do turismo no País.

A reformulação da política nacional de turismo objetiva, especialmente, incrementar o turismo do exterior para o Brasil e o turismo interno, bem como preservar bens e áreas de valor turístico, com a racional proteção do patrimônio turístico disponível no território nacional. Sob as diferentes modalidades de concessão de incentivos fiscais, foram aprovados, 99 projetos pelo CNTUR/EMBRATUR, objetivando a instalação de 4.868 novas unidades habitacionais, assim como a criação de 15.880 empregos, dos quais 3.970 diretos, prevendo-se a aplicação de investimentos globais da ordem de Cr\$ 1,1 bilhão, sendo Cr\$ 459 milhões relativos aos incentivos e o restante, proveniente de financiamentos internos.

MINAS E ENERGIA

A política energética orienta-se no sentido de diminuir nossa dependência externa, seja pelo aumento da produção de petróleo, seja incrementando a oferta das fontes alternativas internas, seja ainda através da poupança de energia. Deu-se início à execução de um amplo programa de energia elétrica, com estímulo a seu uso intensivo, ao mesmo tempo em que se conferiu atenção especial ao carvão, à aceleração da produção de minerais energéticos nucleares e ao desenvolvimento de programa de pesquisa de fontes não-convencionais de energia.

No setor mineral, procurou-se aumentar a produção e a exportação de bens minerais e acelerou-se o programa de prospecções e pesquisas, visando a um melhor conhecimento do subsolo brasileiro, indispensável para o aumento da produção.

Energia

Várias ocorrências significativas de petróleo e gás foram registradas, cabendo destacar, com resultados bastante promissores, a plataforma continental adjacente ao Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas e Rio de Janeiro, além da bacia terrestre do Recôncavo Baiano. Acrescenta-se que, para acelerar os trabalhos de exploração e desenvolvimento da produção, o Governo autorizou a PETROBRÁS a firmar contratos de serviços, com cláusulas de risco, com empresas nacionais e multinacionais interessadas na prospecção e produção.

Na Bacia de Campos, o poço Rio de Janeiro Submarino 19, que originou o campo de Namorado, apresentou os maiores índices de produtividade já alcançados no Brasil, podendo atingir uma produção diária total de 1.340 m³ (8.440 barris). Fato também relevante é que abaixo da camada de arenito, registrou-se ocorrência de petróleo no calcário da Formação Macaé, rocha encontrada no Campo de Garoupa, também no litoral do Estado do Rio de Janeiro.

Em 1975, a produção de petróleo bruto atingiu 10 milhões de m³, cerca de 2,7% inferior à produção do ano anterior; a produção de gás natural alcançou 1,6 milhão de m³, com acréscimo de cerca de 10% em relação a 1974; e a produção de líquido de gás natural (LGN) atingiu 306 mil m³. Foram importados 42,4 milhões de m³ de petróleo bruto e nafta, ao custo de us\$ 3,27 bilhões, e 670,4 mil m³ de derivados, no valor CIF de us\$ 103 milhões. Enquanto isso, foram exportados us\$ 269 milhões de petróleo e derivados.

As refinarias e fábricas de asfalto da PETROBRÁS processaram 50,1 milhões de m³ de petróleo, representando um acréscimo de 7,2% em relação a 1974. Na refinação, destacam-se o início de operação de novas unidades de produção nas refinarias Landulpho Alves, Duque de Caxias, Alberto Pasqualini e Fábrica de Asfalto de Fortaleza, com que a capacidade de refino do País elevou-se a 1,1 milhão de barris por dia, aumentando em 13%.

Ainda na refinação merecem destaque a inauguração de usina da Petrocoque Indústria e Comércio, que utilizará a matéria-prima da Refinaria Presidente Bernardes, e a decisão da PETROBRÁS de construir uma destilaria para 60 mil litros de álcool anidro por dia, para misturar à gasolina.

Como consequência das medidas adotadas no sentido de reduzir a demanda de petróleo, deve-se destacar o baixo incremento do consumo de combustíveis líquidos derivados do petróleo, principalmente o das gasolinas, que cresceu apenas 2,4%, contra 8,1% no ano anterior; o do gás liquefeito e o do óleo combustível cresceram ambos 3,9% em 1975, contra 13,5% em 1974.

Nas atividades referentes à industrialização do xisto, executaram-se testes de verificação das melhorias introduzidas nas instalações e equipamentos e obtiveram-se dados para avaliação econômica da Usina Protótipo de Irati, relativos à mineração industrial do xisto; foram também realizadas pesquisas geológicas pioneiras na área de Papanduva (SC), avaliação econômica de uma usina industrial de xisto e pesquisas de soluções para a preservação do meio-ambiente.

A Petrobrás Internacional S/A. — BRASPETRO prosseguiu suas atividades de exploração no exterior, com destaque para a constituição de uma subsidiária local na Argélia, o início das operações sísmicas para levantamento de dados na Líbia, a produção de 380 mil

m³ (6.500 b/d) de petróleo no Vale do Alto Magdalena, na Colômbia, e a conclusão de levantamentos sísmicos em torno da ilha Larak, no Irã. Foi constituída a BRASPETRO Comércio Exterior S/A, tendo por finalidade a exportação de serviços, produtos básicos, semi-manufaturados e manufaturados da indústria brasileira, e a comercialização de produtos estrangeiros não incluídos no monopólio estatal, atuando também como agenciadora de exportações, em apoio a empresas brasileiras.

No campo petroquímico, a Petrobrás Química S/A. — PETROQUISA deu prosseguimento aos trabalhos de implantação, no Pólo Petroquímico do Nordeste, dos projetos Pronor, Isocianatos, Metanor, Polialden, Politeno, Polipropileno e Estireno do Nordeste, além das obras da COPENE. Cabe, ainda, registrar a decisão, em reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico, de localizar o 3º Pólo Petroquímico do País no Rio Grande do Sul, utilizando matéria-prima da Refinaria Alberto Pasqualini.

No campo das pesquisas tecnológicas tiveram prosseguimento os estudos geoquímicos para avaliação do potencial gerador de formação e bacias, de grande importância para o conhecimento da plataforma continental, e estudos de geologia marítima — (Projeto Remac) — com vistas ao levantamento geológico e geofísico da margem continental brasileira.

Foram concluídos estudos do esquema de refino para o óleo de xisto de Irati e a pesquisa para utilização do gás de xisto para produção de hidrogênio, com resultados técnicos e econômicos favoráveis. Tiveram início os estudos sobre a gaseificação do xisto, em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ.

Os investimentos no setor petrolífero foram da ordem de Cr\$ 11,6 bilhões, dos quais Cr\$ 3,3 bilhões em exploração e produção (o que representou um aumento de 116% em relação a 1974), Cr\$ 4,0 bilhões em

refinação, Cr\$ 2,4 bilhões em terminais e oleodutos, Cr\$ 842 milhões em transporte marítimo e o restante Cr\$ 1,1 milhão na industrialização do xisto e nas subsidiárias, principalmente.

No setor de energia elétrica, os resultados foram bastante satisfatórios, contribuindo decisivamente para a continuidade do desenvolvimento econômico-social do País. A geração bruta de energia elétrica, em 1975, alcançou 78.262 gw h, dos quais 71.991 gw h de origem hidrelétrica e 6.277 gw h de origem termelétrica.

A capacidade geradora instalada no País foi acrescida de mais 2.659 MW, passando de 16.919 MW, em 1974, para 19.578 MW, em 1975. Para isso, contribuíram os acréscimos de mais 2.436 MW na geração de origem hidrelétrica, que atingiu o total de 16.193 MW, e de mais 223 MW na geração de origem termelétrica, alcançando 3.385 MW. Relativamente às regiões brasileiras, os acréscimos foram de 40 MW na Região Norte, 81 MW no Nordeste, 1.961 MW no Sudeste, 492 MW no Sul e 85 MW na Região Centro-Oeste.

O consumo de energia elétrica no Brasil foi de 68.249 gw h, em 1975, representando um incremento de 10,2% em relação ao ano de 1974, quando o total consumido havia sido de 61.940 gw h. Na distribuição do consumo, a Região Sudeste figura em primeiro lugar com 50.257 gw h, seguida das Regiões Sul, com 7.867 gw h, Nordeste, com 7.600 gw h, Centro-Oeste com 1.527 gw h e Norte, com 998 gw h. O consumo *per capita* elevou-se de 588 kwh/hab/ano, em 1974, para 630 kwh/hab/ano, em 1975.

Com a finalidade de promover condições para otimização dos sistemas elétricos de distribuição, foi instalado o Comitê de Distribuição, criado por Portaria do Ministro de Estado das Minas e Energia e do qual fazem parte as empresas de energia elétrica que possuem esses sistemas e participam dos grupos coordenadores para opera-

ção interligada. Essa medida visa a proporcionar aos consumidores de energia elétrica um serviço confiável e em níveis técnico-econômicos compatíveis com as respectivas cargas.

Dando continuidade à política de atualização das tarifas, o Ministério das Minas e Energia vem procurando atingir a realidade tarifária, respeitando sempre a política governamental de contenção do ritmo inflacionário. Ao lado do reajustamento tarifário realizado em 1975, duas medidas adotadas, de caráter eminentemente social, revestiram-se de mais alta importância: desconto de 20% para consumidores residenciais monofásicos de consumo até 30 kw h — que já gozam de isenção do Imposto Único sobre Energia Elétrica — e redução das quotas de consumo mínimo mensal para os consumidores não-residenciais.

Foram fixadas, de outra parte, tarifas mais adequadas, oferecendo aos consumidores rurais estímulo ao maior uso de energia, além de motivar consumidores em potencial a investir em linhas elétricas. Essas e outras medidas visam a contribuir para que sejam alcançados os objetivos governamentais, buscando a fixação do homem ao campo. Por intermédio do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, o Ministério das Minas e Energia vem desenvolvendo estudos para a implantação de um programa que possibilite o levantamento de recursos para ampliação da rede elétrica rural, uma vez que, entre os principais objetivos do Governo, encontram-se a expansão, modernização e maior eficiência empresarial do setor rural brasileiro.

Os investimentos no setor de energia elétrica atingiram, em 1975, Cr\$ 21 bilhões, tendo a ELETROBRÁS participado com cerca de 30% desse total.

* * *

Criada pela Lei n° 6.109, de 16 de dezembro de 1974, a Empresas Nucleares Brasileiras S/A. — NUCLEBRÁS

teve sua Diretoria empossada no início de 1975. Visando a encontrar soluções próprias, ajustadas às peculiaridades do desenvolvimento do País na área nuclear, e buscando promover a assimilação da tecnologia nuclear pela indústria privada nacional, o Governo brasileiro assinou, com o Governo da República Federal da Alemanha, em 27 de junho de 1975, o Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear.

Realizou-se uma recomposição estrutural básica da Comissão Nacional de Energia Nuclear, adequando-a às suas atuais atividades de órgão de orientação, planejamento, supervisão, fiscalização e de pesquisa científica e proporcionando o ordenamento e a racionalização destas atividades.

Em conjunto com técnicos alemães, iniciou-se o projeto de usina-piloto para fabricação de elementos combustíveis, que deverá entrar em operação em 1979, com uma capacidade inicial de 24 t/ano de UO₂, podendo atingir até 250 toneladas anuais. Foi iniciado, também, o projeto para construção de usina-piloto para reprocessamento de combustível irradiado, que proporcionará amplas possibilidades de pesquisa e desenvolvimento às futuras atividades industriais de reprocessamento de elementos combustíveis no Brasil.

Em julho de 1975, assinaram contrato a NUCLEBRÁS e a Technicatome, empresa filiada ao *Comissariat à l'Energie Atomique*, da França, dando início efetivo ao projeto de construção do reator experimental térmico-rápido Cobra, destinado à pesquisa e desenvolvimento na área neutrônica dos reatores rápidos. Prossegue também, no Brasil e na França, o programa de formação de pessoal em teoria e técnica experimentais, necessárias à exploração do reator Cobra e à análise de reatores rápidos de potência, refrigerados a sódio líquido.

Cuidou-se da formação do estoque de materiais férteis e físséis especiais e de reserva de minerais nuclea-

res, de seus concentrados ou de compostos químicos de elementos nucleares, necessários à execução do Programa Nacional de Energia Nuclear; para tanto foi constituído Grupo de Trabalho, no Ministério das Minas e Energia, composto de representantes da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, da Comissão Nacional de Energia Nuclear e da Empresas Nucleares Brasileiras S/A.

Efetivaram-se as negociações entre a NUCLEBRÁS e a STEAB, para a criação, na Alemanha, de uma empresa que deterá as patentes já existentes e aquelas a serem desenvolvidas, havendo, inclusive, a possibilidade de licenciar-se, para o resto do mundo, a tecnologia desenvolvida.

Procurando, ainda, dinamizar o setor nuclear no Brasil, foram criadas as seguintes sociedades por ações de capital autorizado: NUCLEBRÁS Auxiliar de Mineração S/A — NUCLAM; NUCLEBRÁS Engenharia S/A — NUCLEN; NUCLEBRÁS Enriquecimento Isotópico S/A — NUCLEI e NUCLEBRÁS Equipamentos Pesados S/A — NUCLEP. Estas subsidiárias objetivam, respectivamente, realizar prospecção, pesquisa, desenvolvimento e lavra de depósitos de urânio, extrair, beneficiar, processar e tornar adequado para o comércio o urânio natural e seus subprodutos, executar projetos e serviços de engenharia para usinas nucleares, produzir urânio enriquecido e, finalmente, projetar, desenvolver, fabricar e comercializar componentes pesados relativos a usinas nucleares e outros projetos correlatos.

A Central Nuclear Almirante Alvaro Alberto, em Angra dos Reis (RJ), com a construção de uma terceira unidade (potência de 1.200 mw, a entrar em operação em 1983), terá 3.000 mw de potência final.

Mineração

No campo dos ferrosos, o desempenho brasileiro pode ser considerado excelente, uma vez que o mercado mundial de ferro se apresentou bastante desfavorável, devido à redução na produção das siderúrgicas dos países industrializados. Ainda assim, foi intensificada a produção de minério de ferro, principal item da produção mineral brasileira, tendo-se, em 1975, atingido 97 milhões de toneladas. Por outro lado, a Companhia Vale do Rio Doce — CVRD e suas associadas superaram ligeiramente o nível de exportação de 1974, atingindo 53 milhões de toneladas em 1975. Incluída a exportação de outras Companhias, esse total atingiu 71,7 milhões de toneladas, gerando recursos da ordem de us\$ 908 milhões, ao preço médio de us\$ 12,67 a tonelada.

Destacou-se ainda a constituição da empresa Fertilizantes Vale do Rio Grande S/A. — VALEFERTIL, com sede no Estado de Minas Gerais e capital inicial da CVRD, que visa à industrialização do concentrado fosfático a ser fornecido pela Mineração do Vale do Paranaíba — VALEP.

O Projeto RADAM, hoje Projeto RADAMBRASIL, que evoluiu do reconhecimento das potencialidades naturais da Amazônia para o estágio atual, abrangendo todo o território nacional, vem utilizando técnicas altamente avançadas, tendo sido ampliadas as áreas promissoras para os já conhecidos depósitos de ferro, bauxita, cassiterita e manganês, além de terem sido selecionadas cerca de duzentas localidades para trabalhos de detalhes, visando à descoberta de cobre, cromo, diamante, estanho, nióbio, níquel, ouro, petróleo, platina, tório, urânio e zinco, entre outros minerais.

Nos programas de Mapeamento Geológico e Prospecção e Avaliação Mineral, desenvolvidos através de convênio DNPM/CPRM, foi coberto 1,8 milhão de km² do território nacional, na escala de 1:250.000.

Intensificaram-se a pesquisa e a avaliação de reservas de minerais metálicos não-ferrosos, com vistas à substituição de importações, que representam um item de grande importância da nossa balança comercial. Foi concluído o projeto Cobre no Vale do Curaçá, tendo sido comprovada a existência de dois corpos mineralizados com uma reserva de 998 mil toneladas de cobre metálico contido no minério e de teor médio de 1.05%. Ainda no setor dos não-ferrosos, encontram-se em execução projetos de pesquisa de estanho no Amazonas e de sulfetos em Rondônia, Pará, Ceará, Piauí e Pernambuco.

Com relação ao carvão mineral, foram realizadas pesquisas nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com resultados bastante favoráveis, que possibilitam estimar uma reserva de 5 bilhões de toneladas. O condicionamento geológico fornece esperanças, ainda, de aumento substancial da reserva existente, permitindo estimar um aumento, nas reservas geológicas de carvão, da ordem de 10 bilhões de toneladas.

Foram iniciadas, também, pesquisas de carvão no Estado do Amazonas, visando à descoberta de novas áreas promissoras. Na região do Alto Solimões, as pesquisas detectaram um potencial geológico de 60 bilhões de toneladas de linhito, com espessura média de 30 cm, em várias profundidades. Foram executados, na pesquisa, 32 mil m de sondagem, com 152 furos, cobrindo uma área de 146 mil km².

INTERIOR

A política de desenvolvimento regional, de cuja execução se incumbem o Ministério do Interior, foi orientada para dois objetivos básicos e complementares: incorporação de novas áreas na Amazônia e Centro-Oeste, através do aproveitamento de sua ampla disponibilidade de recursos naturais, e valorização econômica das regiões com menor desenvolvimento relativo — a exemplo do

Nordeste — mediante fortalecimento e ampliação de suas atividades produtivas. Sua viabilização assegurou-se pelo aperfeiçoamento do mecanismo dos incentivos fiscais e pela implantação de programas especiais, em áreas selecionadas.

A sistemática dos incentivos fiscais foi modificada, em 1975, com o início da operação do FINAM, FINOR e FISSET, fundos criados em fins de 1974. O novo sistema exhibe inúmeras vantagens, entre as quais se destacam: maior equilíbrio entre a oferta e a demanda de incentivos — já que as agências que os administram têm que subordinar seus cronogramas de desembolso ao volume de recursos disponíveis; eliminação automática das comissões de corretagem e intermediação na captação de incentivos; possibilidade de aporte adicional de recursos do Governo Federal sem que implique participação acionária nos projetos beneficiados com incentivos; e possibilidade de realocação dos incentivos entre os vários setores e regiões, por parte do Governo Federal, embora respeitadas as opções do setor privado.

Particularmente em relação ao Nordeste, os incentivos fiscais têm-se constituído em decisivo instrumento para execução da estratégia de desenvolvimento industrial, concebida de modo a estimular a formação de complexos industriais integrados, a implantação de agro-indústrias e a ampliação do processo de diversificação e complementaridade industriais. Como base nessa estratégia, serão implantados o pólo petroquímico do Nordeste, o complexo eletro-metal-mecânico (siderurgia de Itaqui, laminação da USIBA, usina de magnésio metálico, cobre e alumínio), o complexo têxtil e de confecções, o complexo de couro e os pólos agroindustriais.

Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia — POLAMAZÔNIA

O POLAMAZÔNIA prevê a aplicação de Cr\$ 2,5 bilhões no período de 1975-1977, provenientes do PIN,

PROTERRA e de outras fontes, como o Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados — FDPI e o Fundo de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas — FDAE.

Em 1975 iniciou-se a implantação do Programa, com a liberação de Cr\$ 700 milhões, canalizados para 250 projetos na agricultura (pesquisa, fomento, regularização fundiária, armazenamento e colonização), transportes (implantação de rodovias-tronco e vicinais, construção e adaptação de aeroportos), mineração (pesquisa e exploração), energia (aproveitamento hidrelétrico, iluminação urbana e eletrificação rural), desenvolvimento urbano (implantação de sistemas de abastecimento d'água, drenagem pluvial, esgotos sanitários e sistemas viários), indústria (estudos de oportunidades industriais), educação (sistema de televisão educativa, capacitação e treinamento de mão-de-obra), saúde (construção de unidades sanitárias, implantação de planos regionais de saúde e pesquisas sobre doenças tropicais) e ciência e tecnologia.

Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste — POLONORDESTE

Os recursos a serem aplicados no POLONORDESTE, no período 1975-1979, alcançam um montante de Cr\$ 5 bilhões, aos quais se soma uma linha de crédito da ordem de Cr\$ 4,3 milhões, a ser operada pelos Bancos do Brasil, do Nordeste do Brasil e Nacional de Crédito Cooperativo.

No exercício de 1975 deu-se início à implantação do POLONORDESTE, sendo aplicados Cr\$ 700 milhões nos projetos de irrigação no Vale do São Francisco, Vale do Moxotó (PE), Lagoas do Piauí, Várzea do Boi (CE), Icó-Lima Campos (CE), Forquilha (CE), Santo Antônio das Russas (CE) e São Gonçalo (PB); projetos de colonização na Serra do Mel (RN), Lagoa do Boqueirão (RN), rios São Francisco e Corrente (BA), Barragem de Sobradinho e desenvolvimento rural integrado no Delta

do Parnaíba, Vale do Piranhas-Açu (PB), Agreste Meridional (PE), Serra da Ibiapaba (CE) e Seridó (RN).

Ademais, foram concluídos os planos de aproveitamento das áreas integrantes do POLONORDESTE, com base nos estudos que identificaram suas potencialidades.

Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste

Administrado pela SUDENE e BNB, este programa conta com uma disponibilidade de recursos da ordem de Cr\$ 800 milhões, no período 1974-1977, destinados ao financiamento de projetos do setor privado.

No exercício de 1975, foram aprovados 8 projetos que correspondem a investimentos totais de Cr\$ 197 milhões, dos quais Cr\$ 103 milhões serão financiados pelo Programa.

Programa de Desenvolvimento dos Cerrados — POLOCENTRO

O Programa beneficiará, prioritariamente, 12 áreas selecionadas nos Estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. No triênio 1975-1977, o POLOCENTRO deverá aplicar Cr\$ 2 bilhões em investimentos de infra-estrutura, operar uma linha de crédito especial da ordem de Cr\$ 7 bilhões e orientar cerca de Cr\$ 3 bilhões de incentivos fiscais para o florestamento e reflorestamento.

Em 1975 foram concedidos créditos, à conta do Programa, da ordem de Cr\$ 2,2 bilhões, enquanto os investimentos em infra-estrutura alcançaram um total de Cr\$ 122 milhões.

Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal

Os recursos previstos neste Programa, para o triênio 1974-1976, totalizam Cr\$ 650 milhões, destinados básica-

mente a projetos de infra-estrutura, incluindo implantação de rodovias e aproveitamento da rede hidrográfica; regularização dos cursos d'água com vistas ao controle de enchentes, aproveitamento hidroviário e saneamento básico, expansão da oferta de energia, melhoria das pastagens, das técnicas de defesa sanitária e introdução de tecnologia adequada de manejo pecuário, e estímulo à industrialização de matérias-primas locais, principalmente a carne.

Em 1975, os recursos liberados ascenderam a Cr\$ 80,5 milhões, compreendendo, entre outros projetos, execução de 5 trechos rodoviários na área de influência de Corumbá, obras iniciais de implantação de linhas de transmissão, redes de distribuição e subestações, instalação de uma unidade de pesquisas agropecuárias e campo experimental em Corumbá e a elaboração dos projetos para implantação de distritos industriais.

Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília

Os investimentos no período 1975-1977, neste Programa, serão da ordem de Cr\$ 1,3 bilhão; ademais, será aberta uma linha especial de crédito de Cr\$ 200 milhões, a ser operada pelo Banco Regional de Brasília.

Em 1975, foram liberados Cr\$ 172 milhões, bem como adotadas as providências para fixação das normas para concessão de créditos.

Programa Especial do Norte Fluminense

Os recursos destinados a este Programa, no período 1975-1978, alcançam um montante de Cr\$ 500 milhões. Em 1975, foram aplicados cerca de Cr\$ 90 milhões na recuperação das bacias hidrográficas dos rios Paraíba do Sul, Macaé, São João, Sarapuá e Meriti, além de iniciada a elaboração de projetos de desenvolvimento agrícola.

Desenvolvimento da Amazônia

A ação do Governo com vistas ao desenvolvimento da Amazônia é coordenada pela SUDAM que, em 1975, dedicou especial atenção às atividades de programação e coordenação do POLAMAZÔNIA, já que 10 dos 15 pólos do Programa encontram-se em sua área de jurisdição. Nesse sentido, foram elaborados 181 projetos, que absorveram 75% dos investimentos realizados pelo POLAMAZÔNIA em 1975.

No que concerne ainda às atividades de planejamento, a SUDAM deu seqüência aos trabalhos de formulação do Plano Básico de Desenvolvimento Integrado dos vales dos rios Xingu e Tapajós e do Programa de Desenvolvimento Integrado do Nordeste Paraense, além de abrir licitação pública para elaboração de programas de desenvolvimento nos vales dos rios Branco e Tocantins, e de projetos de aproveitamento econômico das várzeas dos rios amazônicos (Madeira, Alto Solimões, Purus, Médio e Baixo Amazonas).

Foram realizados levantamentos básicos e pesquisas de recursos naturais, a exemplo dos trabalhos de mapeamento geológico e prospecção geoquímica nas bacias dos rios Tapajós e Maués e da foto-interpretção das bacias dos rios Xingu e Araguaia. Além disso, a SUDAM prestou apoio técnico à execução do Projeto RADAM.

No atinente ao desenvolvimento urbano, merecem destaque a elaboração de projetos de ampliação de sistemas de abastecimento d'água em 15 Municípios do Estado do Pará, a continuação das obras de drenagem da bacia do Igarapé do Reduto, no mesmo Estado, o prosseguimento da execução do projeto de recuperação das áreas alagadas da bacia do Igarapé dos Educandos, no Estado do Amazonas, e a implantação do sistema de abastecimento d'água e esgotos sanitários de Rio Branco.

Com respeito à administração de incentivos fiscais, a SUDAM aprovou cerca de 130 projetos, correspondendo

a investimentos totais de Cr\$ 2,4 bilhões, dos quais 51% em projetos industriais, 42% em projetos agropecuários e 7% em projetos básicos. A liberação de recursos provenientes de incentivos fiscais ascendeu a Cr\$ 987 milhões.

Também empenhado na promoção do desenvolvimento da Amazônia, o Banco da Amazônia S. A. — BASA apresentou, em 1975, um dos melhores desempenhos de sua história. Seus recursos cresceram 52%, em relação ao ano anterior, alcançando um total de Cr\$ 5,1 bilhões, e seu capital elevou-se para Cr\$ 250 milhões, o que equivale a um aumento de 25%, relativamente a 1974.

Os financiamentos a projetos agropecuários, industriais e infra-estruturais (crédito especializado) totalizaram Cr\$ 1,8 bilhão, registrando uma evolução, a preços correntes, de 54%, em relação ao exercício anterior, além de absorver 35% dos recursos globais do BASA em 1975.

No que concerne à Carteira de Crédito Rural, os financiamentos ascenderam a Cr\$ 1,2 bilhão, correspondendo a uma expansão de 80,6% e a um aumento de sua participação nas aplicações globais do Banco, de 19,4% para 23,1%.

O saldo dos empréstimos em crédito industrial e infra-estrutural passou de Cr\$ 505 milhões em 1974 para Cr\$ 607 milhões em 1975, acusando um incremento nominal de 20,1%. Relativamente ao crédito geral, o Banco da Amazônia atingiu, em 1975, o saldo de Cr\$ 2,4 bilhões, suplantando em 50,6% o montante registrado no exercício anterior.

Com o objetivo de garantir o processo de desenvolvimento da Zona Franca de Manaus, a SUFRAMA, em 1975, deu início à elaboração do plano diretor plurianual, que possibilitará a adoção de uma nova estratégia de ação, em consonância com a recente orientação aprovada em reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico.

A SUFRAMA, além disso, deu prosseguimento à implantação das obras de infra-estrutura do Distrito Indus-

trial de Manaus, investindo Cr\$ 41,9 milhões na implantação dos sistemas viário, energético, de abastecimento d'água e de esgotamento sanitário. Foram também elaboradas as diretrizes e normas para implantação do Distrito Agropecuário da Zona Franca.

Desenvolvimento do Nordeste

Principal organismo empenhado nas tarefas de promover o desenvolvimento nordestino, a SUDENE, em 1975, deu início aos trabalhos de acompanhamento dos programas especiais regionais: POLONORDESTE, o Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste, o Programa de Industrialização do Nordeste e o Programa de Desenvolvimento Social. Ademais, iniciou a elaboração do Programa de Transformação e Fortalecimento da Economia da Zona Semi-Árida, com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade das atividades produtivas da região ao fenômeno das secas.

Na área de serviços básicos, a SUDENE elaborou, em conjunto com a GEIPOT, planos integrados para as regiões metropolitanas do Recife e de Salvador, além de colaborar com a implantação dos sistemas regionais de telefonia e de eletricidade rurais.

No tocante ao desenvolvimento urbano, a SUDENE elaborou projetos para as regiões metropolitanas e cidades de porte médio do Nordeste. A propósito, cabe ressaltar o plano diretor de preservação ambiental da Região Metropolitana de Salvador, o projeto de novos assentamentos e plano diretor de drenagem pluvial da Região Metropolitana de Fortaleza, o projeto de obras das bacias do Beberibe e Setúbal-Jordão, na Região Metropolitana do Recife, e a reformulação dos planos diretores de São Luís, Natal, João Pessoa, Feira de Santana (BA) e Mossoró (RN). Foram ainda implantados sistemas de abastecimento d'água em 28 pequenas comunidades da região.

Os trabalhos de elaboração da carta topográfica do Nordeste — na escala 1:100.000 —, as pesquisas sobre energia solar, os estudos de reconhecimento hidrogeológico da área central da Bahia e da faixa costeira de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, os levantamentos pedológicos do vale do São Francisco (na Bahia) e dos Estados de Alagoas e Sergipe, as pesquisas sobre ocorrência de argilas em Pernambuco e Sergipe e de scheelita na Paraíba e Rio Grande do Norte, e os levantamentos básicos de recursos naturais da bacia do Parnaíba inscrevem-se como as mais importantes atividades da SUDENE, em 1975, no que se refere ao planejamento de recursos naturais.

Nas atividades de planejamento agropecuário, a SUDENE investiu Cr\$ 40 milhões, cabendo destacar o apoio técnico e financeiro concedido às Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola — CEPAS, a programação de pesquisas para a área do trópico semi-árido, os estudos sobre informações de mercado e o apoio aos núcleos de colonização e cooperativismo.

O número de projetos beneficiados com incentivos fiscais do FINOR ascendeu a 80, implicando investimentos totais da ordem de Cr\$ 6,7 bilhões, dos quais cerca de 92% foram alocados ao setor industrial. Os incentivos fiscais liberados, no exercício, atingiram um montante de Cr\$ 3,0 bilhões.

De fundamental importância para a região foram as atividades do Banco do Nordeste do Brasil S. A. (BNB) que, em 1975, tiveram um grande impulso, em parte graças ao apoio concedido pela União, que dotou a instituição de recursos mais estáveis e de menor custo financeiro.

Os empréstimos (crédito geral e crédito especializado) efetuados pelo BNB, no decorrer do exercício, exibiram um acréscimo de 54% em relação ao ano anterior, com um saldo de aplicações globais da ordem de Cr\$ 9,3 bilhões.

Com respeito ao crédito especializado, em particular, o total de aplicações atingiu um montante de Cr\$ 5,4 bilhões, o que representa 58% do volume global das aplicações do Banco. Registre-se que essa participação, em 1974, era de 56%, denotando assim um crescente esforço do BNB com vistas ao financiamento dos setores produtivos.

Uma análise dos componentes do crédito especializado do Banco do Nordeste mostra uma distribuição equivalente de recursos para os setores rural e industrial (inclusive serviços básicos). Ao setor rural coube o total de Cr\$ 2,6 bilhões, correspondendo a uma participação de 49%, enquanto que, para indústria e serviços básicos, foram liberados recursos da ordem de Cr\$ 2,8 bilhões, representando 51% das aplicações em crédito especializado. O crédito rural registrou uma expansão, em termos nominais, de 45%, em relação ao ano anterior, enquanto que o crédito industrial cresceu 79%.

Em 1975, o BNB deu início a operações na área de comércio internacional, mediante a implantação do Departamento de Operações Internacionais, além de realizar estudos, pesquisas tecnológicas e programas de formação de mão-de-obra especializada, para os quais foram canalizados recursos da ordem de Cr\$ 22,5 milhões do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

As preocupações do Governo Federal com o Nordeste semi-árido sempre estiveram relacionadas com a ocorrência das secas, e, nesse sentido, a irrigação apresenta-se como uma das poucas alternativas capazes de proporcionar o desenvolvimento de uma agricultura mais resistente ao fenômeno.

O Programa de Irrigação do Nordeste, cuja execução foi delegada ao Ministério do Interior, propõe-se a promover o aproveitamento intensivo dos recursos de água e solo daquela Região, mediante a implantação de sistemas de irrigação e de novas áreas de lavoura irrigada.

No período 1975-1979, o Governo Federal deverá aplicar no Programa recursos superiores a Cr\$ 5,2 bilhões, a preços de 1975. A esse montante somar-se-ão investimentos privados equivalentes a Cr\$ 1,3 bilhão.

Esse esforço, que resulta da ação conjugada do DNOCS, CODEVASF, SUDENE e BNB, permitirá a implantação de 60 projetos, propiciando uma oferta adicional de 270 mil hectares de lavouras irrigadas.

Em 1975 foram aplicados no Programa Cr\$ 565 milhões. Os investimentos a cargo do DNOCS, que ascendem a Cr\$ 326 milhões, foram canalizados para projetos de propriedades familiares, enquanto que os restantes Cr\$ 239 milhões, destinados à CODEVASF, foram alocados principalmente em projetos de empresas agrícolas.

Para o financiamento do Programa foram mobilizadas, inclusive, fontes externas. O Projeto Icó-Lima Campos conta com um financiamento de 6 milhões de marcos alemães, enquanto que se encontra em fase de negociações a contratação de operações de crédito para financiar os projetos Banabuiú-Morada Nova, Baixo Jaguaribe e Baixo São Francisco, no valor de, respectivamente, 50 milhões de marcos, 80 milhões de marcos e 23 milhões de dólares.

Ademais, o Banco do Brasil e Banco do Nordeste do Brasil vêm concedendo créditos especiais a pequenos projetos privados, com vistas a difundir a prática da irrigação entre os produtores agrícolas.

Desenvolvimento do Centro-Oeste

As atividades governamentais em favor do desenvolvimento do Centro-Oeste estão basicamente a cargo da SUDECO, que se concentrou, em 1975, principalmente no detalhamento do Programa de Ação do Governo para a Região Centro-Oeste e no acompanhamento do POLA-

MAZÔNIA, POLOCENTRO, Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal e Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília.

Desenvolvimento da Região Sul

O mais importante trabalho desenvolvido pela SUDESUL, em 1975, foi a elaboração do Programa de Ação do Governo para a Região Sul. Além disso, deu-se continuidade ao detalhamento das ações executivas dos projetos sub-regionais, localizados em sua área de competência, a exemplo do Noroeste do Paraná, Lagoa Mirim, Litoral Sul de Santa Catarina e Sudoeste I.

Reveste-se também de importância o Programa de Consolidação dos Eixos Industriais da Região Sul, concebido pela SUDESUL e cujo objetivo é promover a realização de estudos que revelem os efeitos multiplicadores decorrentes da implantação de unidades isoladas ou conjuntos industriais na Região.

Radicação de Populações e Migrações Internas

As ações empreendidas pelo Ministério do Interior relativamente ao problema de populações e migrações internas visam a identificar as características das correntes migratórias no País, bem como a indicar as principais diretrizes a serem adotadas para solução do problema.

Em 1975, a Comissão Executiva de Pesquisa de Migrações Internas, criada com o objetivo de analisar o fenômeno migratório e suas implicações no desenvolvimento regional, estabeleceu as diretrizes globais da Política de Migrações Internas, compreendendo: racionalização do processo de distribuição espacial da população, com a finalidade de promover a redução dos fluxos migratórios para as regiões metropolitanas, a descentralização urbana e rural para áreas de fronteiras e minimi-

zação dos fatores de repulsão populacional em áreas críticas; compatibilização das ações programáticas voltadas para a solução de problemas econômicos e sociais que afetam o fenômeno migratório; e redução das dificuldades enfrentadas pelos migrantes.

Ademais, foram adotadas medidas com vistas à implantação dos Centros de Triagem e Encaminhamento de Migrantes — CETREMIS, bem como desenvolvidos os estudos iniciais dos Projetos Integrados de Atendimento e Promoção de Populações Migrantes e de Baixa Renda, na Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Rondônia.

Saneamento

No período de vigência do II PND, prevê-se a consolidação definitiva do Plano Nacional de Saneamento — PLANASA, mediante o aperfeiçoamento dos mecanismos financeiros, administrativos, gerenciais, técnicos e de pesquisa, implantados ou em implantação, em todas as unidades da Federação.

Até 1980, o PLANASA objetiva assegurar o abastecimento d'água a 80% da população brasileira, em todas as unidades da Federação, além de implantar redes de esgotos sanitários nas regiões metropolitanas, Capitais e cidades de grande porte.

A fim de atingir essas metas, foram programados investimentos, no período 1975-1979, que ascendem a um montante de Cr\$ 20,3 bilhões — a preços de 1975, dos quais Cr\$ 17,5 bilhões serão provenientes do BNH, enquanto que os restantes Cr\$ 2,8 bilhões, dos Fundos de Água e Esgotos.

Em 1975, foram investidos Cr\$ 2 bilhões em saneamento básico, o que equivale a cerca de 20% dos recursos totais aplicados pelo PLANASA, desde sua criação. Seus mecanismos técnicos permaneceram basicamente inalterados; entretanto, no que concerne aos aspectos finan-

ceiros, modificou-se o diferencial de juros de 4 a 8% para 2 a 7%, redução que virá beneficiar amplamente o setor.

O Programa Especial de Controle de Enchentes e Recuperação de Vales, a cargo do DNOS, envolve a recuperação de terras, controle de enchentes, desobstrução de galerias e desassoreamento de rios, contemplando 18 projetos, dos quais 15 se encontram em execução, enquanto que os 3 restantes, em fase de implementação.

Em 1975, o Governo Federal investiu no Programa cerca de Cr\$ 200,7 milhões, em estudos e obras de regularização e proteção das bacias do rio Capibaribe, em Pernambuco, e Itajaí, em Santa Catarina, projetos de defesa contra inundações nas cidades de Porto Alegre, Curitiba e Campo Grande, e na construção da barragem-eclusa do Canal de São Gonçalo, no Rio Grande do Sul.

Resta salientar que, em 1975, foram concluídos os estudos preliminares e projeto de engenharia, bem como realizada a licitação pública para o início das obras da barragem de Carpina, em Pernambuco, de fundamental importância para proteção da cidade do Recife contra as inundações, além de permitir um represamento de 200 milhões m³ de água.

Habitação

O setor habitacional recebeu um grande impulso em 1975. Atendendo às diretrizes do II PND, foram reformuladas as condições de financiamento e postas em prática novas medidas de modo a facilitar o acesso de maior número de famílias à casa própria, especialmente as de mais baixa renda. Com efeito, a medida adotada pelo Governo Federal, permitindo o ressarcimento de parte dos encargos com a aquisição da casa, através de um crédito equivalente a 10% do total dos pagamentos efetuados em 1974, beneficiou 650 mil mutuários do BNH.

Através dos diversos programas habitacionais foram concedidos, em 1975, financiamentos no valor de Cr\$ 9 bilhões. O número de financiamentos, por sua vez, ascendeu a 140 mil — dos quais 31,5 mil nas áreas do PLANHAP e COHABS, o que equivale a um acréscimo de 30%, em relação ao total de 1974.

Com respeito aos programas complementares habitacionais, os financiamentos atingiram um montante de Cr\$ 450 milhões. Entre eles, vale destacar o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados — PROFILURB, concebido com a finalidade de proporcionar às famílias de baixa renda lotes urbanizados, onde terão condições de construir sua casa própria.

O BNH desenvolveu ainda estudos no sentido de implantar novas linhas operacionais e aperfeiçoar os mecanismos já existentes, que serão postos em prática em 1976, a exemplo do financiamento à estocagem de terrenos necessários a programas habitacionais.

Meio-Ambiente

A Secretaria Especial do Meio-Ambiente — SEMA, órgão do Ministério do Interior que orienta a conservação do meio-ambiente e o uso racional dos recursos naturais, implantou, em 1975, sua Secretaria Executiva, unidade básica de sua estrutura de funcionamento.

A SEMA desenvolveu, ademais, trabalhos relacionados com o controle da poluição, envolvendo pesquisas sobre os níveis suportáveis de elementos na água ou no ar, a exemplo dos estudos sobre os efeitos da poluição nas águas da baía de Santos e do Lago Paranoá, em Brasília; a proteção aos ecossistemas, objetivando estudar e preservar áreas naturais típicas dos diversos ecossistemas identificados e cujas atividades iniciais consistiram em determinar as áreas a serem preservadas, bem como projetar as estações ecológicas de Uruçuí-Una (PI), Esmeralda (RS), Aracuri (RS), Raso da Catarina (BA),

Maracá (PA) e Anavilhanas (AM); o monitoriamento do meio-ambiente com a finalidade de montar um processo contínuo de coleta de informações sobre o estado do meio-ambiente no Brasil; e a educação e divulgação, com o propósito de formar pessoal especializado no ensino de práticas conservacionistas e divulgar informações sobre a importância da preservação do meio-ambiente.

Ação do Projeto Rondon

Com um programa de trabalho estreitamente ligado ao processo de desenvolvimento regional, a Fundação Projeto Rondon está se transformando num dos grandes instrumentos à disposição do Governo para colaborar no processo de desenvolvimento sócio-econômico das áreas mais pobres do País. Sua atuação está circunscrita às regiões que vêm merecendo maior atenção do Governo — Norte, Nordeste e Centro-Oeste — para promover sua integração econômica ao Centro-Sul do País.

O esforço que se fez nesse sentido, em 1975, foi decisivo para integrar, de forma definitiva, a atuação dos universitários ao processo de desenvolvimento nacional.

Ampliaram-se os estímulos para implantação de *campi* avançados, cujo número já se eleva a 22, permitindo-se, desse modo, ampliar a participação da Universidade em projetos de desenvolvimento regional. Foram mobilizados cerca de 4.500 universitários com atuação em 789 Municípios, na Operação Nacional XV, realizada nos meses de janeiro e fevereiro de 1975. Foram realizados, em cooperação com a Fundação Getúlio Vargas, cursos de estudos brasileiros e de desenvolvimento regional e local.

Ação da Fundação Nacional do Índio

Em 1975 a Fundação Nacional do Índio — FUNAI deu continuidade à execução de sua política indigenista,

que visa a integrar, progressiva e harmonicamente, o silvícola à comunidade nacional.

Foram assinados convênios, principalmente com os órgãos públicos, para a implantação de projetos de saúde e educação dentro das comunidades tribais assistidas diretamente pela FUNAI ou missões religiosas.

Para o atendimento de 90 mil indígenas, dentro de uma população estimada em 180 mil, a FUNAI mobilizou recursos da ordem de Cr\$ 110 milhões, provenientes de fontes orçamentárias ou extra-orçamentárias (inclusive PIN), além dos recursos do patrimônio indígena, revertidos em benefício do índio brasileiro.

Territórios Federais

A atuação do Ministério do Interior, em relação à administração dos Territórios Federais, orientou-se, em 1975, no sentido de definir e executar programas e projetos prioritários, consoante orientação do II PND, adotadas as diretrizes estratégicas que, em síntese, compreendem a ocupação efetiva dos espaços territoriais, mediante realização de estudos e prestação de assistência técnica e financeira, com vistas ao aproveitamento das potencialidades locais; a consolidação dos núcleos urbanos, disciplinando a ocupação demográfica e estabelecendo melhores condições de apoio às atividades econômicas; e a modernização das administrações dos Territórios, dotando-as de serviços básicos, de recursos humanos e financeiros necessários ao desenvolvimento local.

COMUNICAÇÕES

Segundo as diretrizes de atuação do Governo na área das comunicações, as atividades desenvolvidas em 1975 tiveram em vista dois objetivos básicos: manutenção do ritmo de crescimento, agilizando-se ao máximo

os mecanismos disponíveis de captação de recursos e aprimorando-se as técnicas gerenciais e de controle, com vistas à otimização dos investimentos; e implementação, através de medidas concretas e objetivas, de estratégias realistas de substituição de importações, tendo em vista, de imediato, o equilíbrio da balança comercial e, a longo prazo, a implantação de um parque industrial de equipamentos de telecomunicações genuinamente brasileiro, aliado a entidades de pesquisas e desenvolvimento, capazes de gerar a tecnologia necessária ao desenvolvimento do setor.

As atividades de implantação e expansão de redes urbanas, rurais e interurbanas de telefonia receberam tratamento prioritário, sem prejuízo dos programas de ampliação do sistema nacional de telecomunicações e dos serviços postais.

Sistema de Telecomunicações

O programa de telecomunicações, sob a supervisão da TELEBRÁS e de cuja execução participam a EMBRATEL e 25 empresas-pólo de integração regional, foi cumprido de forma amplamente satisfatória.

A expansão e a modernização dos serviços de telefonia pública revelaram expressivo crescimento: o número de telefones em serviços passou de 2,9 milhões em 1974 para 3,4 milhões em 1975, os circuitos interurbanos foram ampliados em cerca de 30% e o número de telefones públicos em operação elevou-se de 14,6 mil para 19,7 mil; a rede nacional de telex logrou significativa expansão, de 6.400 terminais existentes em 1974 para 11.000, e o sistema internacional foi ampliado em 55%, para atender às necessidades advindas do crescimento do intercâmbio com o exterior. Visando, também a aumentar a capacidade e a segurança dos meios de comunicações internacionais, entrou em operação, na estação

de Tanguá, uma segunda antena de rastreamento do sistema INTELSAT.

Concluiu-se a elaboração do projeto de implantação de um sistema doméstico de comunicações por satélite, tendo sido fixadas as principais características dos diversos sistemas que o comporão e identificados os requisitos de tráfego, até 1985, para telefonia pública, distribuição de televisão e segurança nacional. A indústria nacional deverá participar da execução do projeto, mediante o fornecimento de estações terrenas e interligações das localidades integrantes do sistema.

Na administração do sistema de telecomunicações, intensificou-se a atividade voltada à pesquisa e desenvolvimento, através da contratação de projetos específicos com entidades científicas, da interação com organismos de fomento ao desenvolvimento para elaboração de programas de pesquisa e cooperação técnica, concurso à indústria na avaliação de mercado e seleção da tecnologia e da coordenação da transferência de tecnologia para a indústria, resultante dos programas de pesquisa e desenvolvimento.

Como principais resultados dessa atividade, destacam-se a construção e o funcionamento, em laboratório-protótipo, de um sistema de comutação temporal (CDA), o desenvolvimento e o funcionamento do primeiro protótipo de Multiplex PCM (*Pulse Code Modulation*) e o desenvolvimento de antenas e componentes complementares.

A atividade de fomento à indústria alinha, entre outros resultados positivos, o estímulo à produção, por indústrias nacionais, de antenas de transmissão, teleimpressores, mesas telefônicas, conversores de sinalização e transceptores de microondas, além de uma extensa gama de equipamentos em processo de desenvolvimento ou transferência de tecnologia.

Os dispêndios representados pelos investimentos realizados no Programa de Telecomunicações totalizaram a importância de Cr\$ 10,2 bilhões, dos quais 86% se destinaram à telefonia pública.

Na área de atuação do Departamento Nacional de Telecomunicações — DENTEL, deu-se início à implantação de um banco de dados, que reúne informações sobre usuários de serviços de telecomunicações, com os respectivos sistemas operacionais, visando a facilitar e agilizar a descentralização das atividades do órgão. Nesse mesmo sentido, concretizou-se a instalação de duas novas diretorias regionais do DELTEC, em Goiânia e Belém.

Encontram-se adiantados os estudos técnicos relativos à implantação da Rede Nacional de Radiomonitoragem, destinada à fiscalização e à racionalização do uso do espectro radioelétrico.

Comunicações Postais e Telegráficas

Com o objetivo de atender à crescente demanda por seus serviços e elevar a qualidade de sua prestação, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos — ECT vem submetendo sua estrutura organizacional a um processo permanente de modernização. As modificações já introduzidas abrangeram a administração central e as diretorias regionais, envolvendo a definição de zonas postais, centros de distribuição domiciliar e serviços de operações especiais.

A assistência técnica internacional, iniciada pelo Projeto ECO, teve prosseguimento com base em novo contrato, firmado com empresa francesa de consultoria — visando ao desenvolvimento do projeto definitivo do Centro de Triagem Mecanizado do Rio de Janeiro, a estudos para a implantação dos serviços de encomendas postais em larga escala e à elaboração e execução de projetos de reorganização de unidades postais de coleta.

triagem e distribuição de correspondência, nas principais cidades brasileiras.

Cerca de 98% dos Municípios brasileiros já estão dotados de unidades de atendimento, sendo uma das metas da ECT alcançar a totalidade, a curto prazo, com a instalação de unidades nos 75 Municípios restantes.

O sistema de encaminhamento é otimizado em função do trinômio rapidez — segurança — regularidade. O aumento da demanda postal no País e as restrições dos horários dos vôos comerciais exigiram a criação da Rede Aérea Noturna, com aviões dedicados exclusivamente ao transporte de correspondência, em horários apropriados; assim, a correspondência postada em qualquer ponto de escala da rede é entregue no dia imediato ao seu destinatário, em qualquer outro ponto da escala, a custos mais baixos do que os do sistema anterior.

A preocupação em melhorar o transporte aéreo não implicou, contudo, relegar-se a plano secundário o transporte de superfície. Pelo contrário, constantes revisões nos quadros em vigor têm sido efetuadas, com vistas à sua interligação, segundo os padrões de qualidade estabelecidos.

A distribuição mereceu atenção especial e, como resultado de um racional trabalho de organização de percursos e cargas, um aumento de 30% no tráfego foi absorvido com a elevação de apenas 0,4% do número de carteiros.

A necessidade de informações corretas e completas sobre a qualidade dos serviços prestados impôs a implantação de um sistema especial de controle de qualidade, obtendo-se, como primeiro resultado, a cronometragem entre a postagem e a distribuição domiciliar. Pôde-se observar, então, que, tanto nas Capitais como no interior, cerca de 92% da correspondência distribuída foi entregue em 48 horas.

O crescimento do tráfego postal — de 30% em relação ao de 1974, em número de objetos postados, que passou de 928 milhões para mais de 1,2 bilhão — deveu-se, em grande parte, às melhorias introduzidas no sistema.

O Serviço Especial de Entrega de Documentos — SEED, dedicado à entrega de documentos dentro do perímetro urbano das localidades, funciona atualmente em 533 cidades, atendendo a uma faixa do mercado bastante significativa.

O Serviço de Correspondência Agrupada — SERCA, responsável pela coleta, transporte e distribuição de objetos acondicionados em recipientes especiais (malotes), cresceu em torno de 100%, em relação a 1974.

Os serviços telegráficos, a exemplo do que ocorreu em 1974, restringiram-se em cerca de 15%. Tal fato, de caráter quase universal, deve-se aos progressos verificados nos serviços telefônicos, à ampliação da rede nacional de telex e à melhoria dos serviços postais.

Será implantada a partir de 1976 uma rede nacional de retransmissão de telegramas, atingindo cerca de 80% do tráfego.

Radiodifusão

O Governo tem se empenhado em promover maior participação do setor privado na exploração dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Com efeito, 87 editais de concorrência para a instalação de novas emissoras, espalhadas por todo o País, foram publicados durante o ano de 1975, dos quais 11 referentes a canais de televisão, 55 a emissoras de frequência modulada, 18 a onda tropical e 5 a rádios em onda média.

Ademais, concluiu-se a elaboração do Plano de Distribuição de Canais de Radiodifusão em Onda Média,

já publicado em caráter provisório, com vistas a aumentar consideravelmente o número de emissoras de rádio no País e a potência das existentes.

Com a atribuição básica de promover a racionalização das empresas de radiodifusão operadas diretamente pelo Governo, foi autorizada pela Lei n.º 6.301, de 15 de dezembro de 1975, a criação da RADIOBRÁS, que deverá ser implantada neste exercício. A ela competirá, também, a tarefa de instalar emissoras em pontos estratégicos do território nacional, não atraentes à iniciativa privada, mas de elevado interesse para a integração nacional.

POLÍTICA SOCIAL



APRECIACÃO GERAL

Consoante o II PND, o ano de 1975 caracterizou-se como de maior ênfase na política social do Governo, à qual foi conferido o destaque conveniente ao atual estágio de desenvolvimento do País. As ações nos campos da integração social; valorização de recursos humanos, defesa do consumidor, emprego e salários, executadas durante o ano, objetivaram, em última instância, a redistribuição direta e indireta da renda.

A economia continuou gerando empregos rapidamente, não obstante a desaceleração sofrida pela taxa de crescimento da absorção de mão-de-obra a partir de 1974. A ação governamental esteve voltada não apenas para a manutenção de elevados índices de oferta de novos empregos, como também para a melhoria de sua qualificação, através de programas específicos de preparação de recursos humanos, ampliação crescente da área abrangida pela legislação trabalhista e a prevenção de acidentes de trabalho.

A partir de 1975, a política salarial possibilitou aumento dos salários, em termos reais, acima da elevação do custo de vida nos doze meses anteriores; por sua vez, os dissídios coletivos estabeleceram tetos sempre superiores aos índices de desvalorização da moeda, de tal forma que, em dezembro, estiveram por volta de 37%, enquanto a inflação situava-se em torno de 30%.

O salário-mínimo foi reajustado de forma a permitir que o trabalhador brasileiro, em breve, readquira e, se possível, sobrepuje o poder aquisitivo real de que dispunha no início da década passada.

Também importante para a consecução dos objetivos governamentais de redistribuição da renda foi a instituição do benefício que passou a ser chamado de 14º salário, a ser concedido aos trabalhadores com rendimentos mensais até 5 salários mínimos. Permitido pela evolução favorável do PIS e do PASEP, esse benefício, de largo alcance social, vem somar-se a outros, já existentes, destinados a favorecer exclusivamente as camadas de renda mais baixa, como o Plano Nacional de Habitação Popular — PLANHAP.

Evidenciando o esforço governamental em adequar os projetos habitacionais ao poder aquisitivo dos adquirentes da casa própria, deu-se continuidade à política de redução das prestações mensais dos empréstimos, através da devolução de parcela cujo valor pode alcançar até 50% da correção monetária, em benefício das classes de menor renda.

De grande relevância foi a atuação do Conselho de Desenvolvimento Social — CDS, constatando-se um ano inteiro de funcionamento de um órgão exclusivamente voltado para o campo social. Destinado à valorização dos recursos humanos, o Orçamento Social atingiu (englobando recursos da União e dos Estados) Cr\$ 80 bilhões em 1975, dos quais Cr\$ 43 bilhões foram utilizados pela Previdência Social, Cr\$ 28 bilhões dirigiram-se à educação, Cr\$ 17 bilhões à saúde, Cr\$ 6 bilhões ao saneamento e Cr\$ 4 bilhões à área do trabalho. Já em 1976, esses mesmos dispêndios deverão alcançar a cifra de Cr\$ 100 bilhões.

Esse orçamento da União e dos Estados corresponde a 10,2% do Produto Interno Bruto. Se a esse total forem acrescentados os dispêndios do setor privado e dos municípios, a participação no PIB, com fins sociais, será da ordem de 13% a 15%. Os respectivos valores correspondem a multiplicar por cinco, em moeda deste ano, os investimentos federais em educação e por sete aqueles feitos em saúde, no período 1961-1963.

Assim, os dispêndios *per capita* da União e Estados, conjuntamente, elevaram-se de Cr\$ 76,00 para Cr\$ 258,00 em educação e de Cr\$ 52,00 para Cr\$ 156,00 em saúde, comparando 1961-1963 com 1975, e a preços de 1975.

Na comparação de um conjunto de indicadores, relativos aos anos 1960 e 1974, o resultado desse interesse social dos Governos Revolucionários demonstra uma elevação da expectativa de vida média de 55 para 62 anos, uma redução da taxa de mortalidade na ordem de 3,7% ao ano, um crescimento da matrícula escolar de 8,73 para 24,2 milhões, fora o ensino supletivo e o MOBRRAL, cuja frequência cresceu de cerca de 0,5 milhão para 4,5 milhões. Também os segurados da previdência cresceram de 5,6 para 15 milhões, enquanto a população atendida passou de 13 para 43 milhões, recebendo benefícios de Cr\$ 3,9 bilhões em 1960 e de Cr\$ 23,2 bilhões em 1975, com o valor mais antigo corrigido para cruzeiros de 1975.

Vale ressaltar a institucionalização de um grupo interministerial dedicado à formulação de indicadores sociais, para acompanhamento constante da evolução do sistema social, incluindo a análise das informações sociais existentes, elaboração de conjunto representativo de indicadores, atendimento da demanda crescente de assessoria na área social etc. A primeira formulação de indicadores sociais, já elaborada, procura considerar, com mais detalhe, a situação das populações mais pobres, tanto no que se refere à renda e ao consumo quanto aos mecanismos de assistência social e valorização dos recursos humanos. A produção de dados com conteúdo social é uma preocupação relativamente recente e a formulação de uma bateria suficientemente ampla, sustentada e periodizada, de indicadores exige algum tempo, cabendo ressaltar a iniciativa já existente por parte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, sobretudo através das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domi-

cílios — PNAD e do Estudo Nacional da Despesa Familiar — ENDEF. Cabe, agora, a tarefa de agilizar a produção de dados sociais, a fim de que seja possível o acompanhamento dos fenômenos mais recentes, sem maiores defasagens temporais.

Outra importante resolução do CDS foi a criação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, gerido pela Caixa Econômica Federal: em apenas seis meses de funcionamento, foram recebidas solicitações de financiamento num total de quase Cr\$ 15 bilhões, tanto do setor público como do setor privado. O FAS dinamizou-se para atender ao elevado número de projetos num valor total de Cr\$ 5,7 bilhões. A área mais favorecida foi a da educação, com 66% dos recursos, seguindo-se as de saúde e previdência (28%), trabalho, treinamento e sindicatos. O Fundo está à disposição de todas as regiões do País, devendo conferir prioridade, na distribuição dos recursos, às regiões e áreas menos desenvolvidas.

Foi também aprovado o Plano Básico de Ação Sanitária para a Amazônia, prevendo, entre 1975 e 1979, a aplicação de Cr\$ 3,9 bilhões, com vistas à melhoria das condições de saúde da população regional, e envolvendo a ação integrada dos Ministérios da Saúde, Previdência e Assistência Social, Interior e Educação.

Na área da educação e cultura, merecem destaque a implantação do Plano Nacional de Pós-Graduação, o aperfeiçoamento do magistério, a aquisição de equipamentos para pesquisa e a construção de *campi* universitários.

Também merecem destaque a sanção da Lei n.º 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos, a reestruturação do Salário-Educação e a criação do Programa de Crédito Educativo, ora em fase de implantação.

No campo do trabalho, o Governo procurou promover a progressiva valorização do homem brasileiro,

através da justa retribuição pelo trabalho executado, da preparação e aperfeiçoamento do trabalhador para seu ingresso na força de trabalho e da fiscalização da higiene e segurança do trabalho.

Nesse sentido, o Governo promoveu a redução das diferenças entre os salários mínimos das diversas regiões do País, ampliou o poder aquisitivo dos salários, sem concorrer para a elevação dos índices inflacionários, preparou, através do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — PIPMO, cerca de 480 mil trabalhadores, bem como 900 mil, aproximadamente, através do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial — SENAC, expandiu o quadro de inspetores do trabalho, com a admissão de 600 novos profissionais dessa categoria, e valorizou as atividades sindicais, através da preparação de líderes e da doação de bens e equipamentos, concessão de empréstimos e assistência aos sindicatos.

Destaque-se, também, a diminuição do número de acidentes de trabalho no País, fruto da política adotada no setor.

Quanto à saúde, a vacinação em massa atingiu mais de 80 milhões de habitantes e debelou a meningite meningocócica, e a erradicação da malária em 6 Estados, reconhecida e comprovada pela Organização Mundial de Saúde, beneficiou uma população de 6 milhões de pessoas. Foi, ademais, montado sistema de vigilância contra a cólera, que permitiu manter o País a salvo da doença. Realizaram-se encontros técnicos, como a V Conferência Nacional de Saúde, o Seminário de Áreas Metropolitanas e a Reunião das Secretarias de Saúde do Nordeste e promoveu-se a descentralização dos cursos de saúde pública.

A previdência e a assistência social têm recebido especial atenção, objetivando acelerar sua universalização. Instituiu-se o sistema de contagem recíproca do tempo de atividade no serviço público e na empresa privada, para

efeito de aposentadoria, estenderam-se os benefícios da previdência social aos trabalhadores rurais e seus dependentes, de forma que, hoje, apenas um pequeno contingente da população permanece desassistido em matéria de proteção previdenciária; concedeu-se, ademais, uma renda mensal vitalícia aos maiores de 70 anos ou inválidos, com algum tipo de vinculação à previdência social urbana ou rural.

Esforços foram despendidos no sentido de expandir a oferta de serviços de assistência médica, a fim de que sejam atendidos não somente os novos empregados das áreas urbanas, mas também a grande demanda ocasionada pelas migrações internas.

Cabe ainda mencionar, além do Plano de Pronta Ação em adiantada fase de implantação no INPS, a instalação da Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social — DATAPREV, constituída com a finalidade de apoiar as entidades de previdência social na execução de seus serviços, mediante a análise de sistemas e o processamento de dados.

No ano de 1976, a execução da política social do Governo, orientada pela concepção do II PND, deverá lastrear-se no cumprimento de orçamento social da ordem dos Cr\$ 100 bilhões (inclusive os dispêndios dos Estados), dos quais pelo menos Cr\$ 45 bilhões para os programas de valorização dos recursos humanos — educação (cerca de Cr\$ 22 bilhões), saúde-saneamento, nutrição e trabalho e treinamento profissional.

O programa de crédito educativo será implantado, prevendo-se empréstimos aos estudantes no valor aproximado de 3 bilhões de cruzeiros, a juros de 15% a.a. isentos de correção monetária e com carência de um ano após terminado o curso, para início da amortização.

A elevação de 8% para 14% do IPI/IR nos recursos para o Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, e para o dos Municípios, virá

permitir melhor atendimento educacional nesses níveis de Governo pelo aumento de valor nas cotas de aplicação obrigatória no ensino, inclusive pagamento de professores.

O Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição — INAN foi reformulado para executar o PRONAN (Programa Nacional de Alimentação e Nutrição), destinado a apoiar os grupos biologicamente vulneráveis como as gestantes, nutrizes, crianças de 0 a 14 anos de idade e trabalhadores de baixa renda. No PRONAN serão investidos, no atual Governo, cerca de 28 bilhões de cruzeiros entre recursos diretos e incentivos aos programas de alimentação do trabalhador.

O PRONAN envolve conjunto integrado e consistente de programas e projetos, contemplando: o Programa de Suplementação Alimentar (atendimento a gestantes, nutrizes e crianças entre 0 e 6 anos; alimentação ao escolar de 7 a 14 anos; incentivos a programas de alimentação ao trabalhador), o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor e o Programa de Atividades Complementares.

Importa, ainda, considerar o início da execução do Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento, com recursos do PIN (Cr\$ 100 milhões) e que objetiva dotar às pequenas comunidades do Nordeste (500 a 2 mil habitantes) de sistemas de abastecimento d'água e sistemas de saneamento simplificado, bem como de serviços de saúde.

De outra parte, a execução da política de integração social — habitação e previdência e assistência social — deverá dispor de recursos de pelo menos Cr\$ 55 bilhões (dos quais Cr\$ 25 bilhões para o programa habitacional), sem mencionar a importância que passará a ter, progressivamente, o PIS-PASEP, como mecanismo de suplementação da renda dos trabalhadores que percebem até 5 salários mínimos.

Será mantida, no que respeita à política de salários, a mesma orientação já adotada em 1975, de modo a

permitir a elevação real do poder de compra do salário mínimo e dos demais salários (com ênfase nos de menores níveis), com reajustamentos superiores ao do custo de vida, para abreviar a redistribuição de renda e elevar o nível de vida dos assalariados.

Em 1976, será iniciado o primeiro grande programa nacional de treinamento para os rurícolas mediante a implantação do Serviço Nacional de Formação de Mão-de-Obra Rural — SENAR. Também o treinamento de trabalhadores urbanos será ampliado pela concessão de incentivos fiscais compensatórios das despesas com treinamento feitas pelo setor privado.

Cabe, ainda, referir que, a partir de 1976, a Caixa Econômica Federal está autorizada a funcionar como agente financeiro do Tesouro, o que assegurará maior volume de recursos para o FAS, sem prejuízo das dotações orçamentárias a serem a ele consignadas. A previsão de recursos do FAS, para 1976, eleva-se a Cr\$ 4,8 bilhões, contra os Cr\$ 3,0 bilhões de 1975.

Educação e Cultura

No setor da educação e cultura, voltado para os grandes objetivos do desenvolvimento econômico e social do País, realizaram-se, em 1975, importantes atividades, entre as quais se destacam a iniciativa de promover a reorganização administrativa das instituições universitárias federais, através da ação dos núcleos de assistência técnica às universidades, os esforços no sentido de auxiliar a construção de *campi* universitários, a aquisição de equipamentos para pesquisa e o incentivo ao programa de monitoria.

Ao mesmo tempo, cuidou-se de expandir os recursos destinados à educação. A Emenda Constitucional n° 5, de 28 de junho de 1975, fez elevarem-se gradualmente

os percentuais que compõem o Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios e o dos Municípios, com efeitos que se farão sentir já em 1976.

Através do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, em seu primeiro ano de funcionamento, foi possível destinar à educação cerca de Cr\$ 4 bilhões, a serem aplicados no período 1975-1978 (desse total, Cr\$ 285 milhões estão sendo alocados às entidades privadas). O Salário-Educação foi reestruturado pelo Decreto-lei nº 1.422, de 23 de outubro de 1975, ficando assegurado um aumento de sua arrecadação, em 1976, em mais de 70% com relação ao ano anterior.

Foi criado o Programa de Crédito Educativo, ora em fase de implantação, em articulação com a Caixa Econômica Federal e a rede bancária. Prevê-se, em quatro anos, a aplicação de cerca de Cr\$ 11 bilhões, beneficiando estudantes carentes de recursos.

No setor cultural, com a participação do Conselho Federal de Cultura, definiram-se diretrizes de atuação, de modo a institucionalizar a atividade desenvolvida nos últimos anos, predominantemente através do Plano de Ação Cultural. Substantial apoio mereceram o cinema nacional, a arte cênica, a atividade editorial e a preservação do patrimônio histórico e artístico.

No que respeita ao setor educação física e desportos, passo importante foi dado com a sanção da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, instituindo-se as normas gerais da política desportiva, que fundamentam o Plano Nacional de Educação Física e Desportos.

Ensino Pré-Escolar

Um grupo de especialistas do Ministério da Educação e Cultura procedeu, em 1975, ao diagnóstico preliminar da educação pré-escolar no Brasil, fixando diretrizes para a implementação de projetos nos próximos

quatro anos. Este segmento educacional vem merecendo especial atenção do Governo que, concomitantemente aos estudos preparatórios, tomou medidas para assegurar o atendimento ao maior número possível de crianças, para o que prestou assistência técnica com vistas ao planejamento da educação pré-escolar e à implantação da infraestrutura necessária.

Essas iniciativas federais produziram um aumento em 20% nas matrículas de pré-escolares de 4 a 6 anos.

Ensino de Primeiro Grau

A educação fundamental constitui elemento indispensável ao processo de democratização de uma sociedade. A atual política de educação dá prioridade ao ensino de 1º grau, no sentido de contemplar integralmente a população de 7 a 14 anos, tendo alocado, em 1975, recursos num total de aproximadamente Cr\$ 824 milhões.

Para o período 1975-1978, o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social está contribuindo com Cr\$ 2 bilhões, dos quais Cr\$ 53 milhões se destinam a entidades privadas.

O Governo empenha-se em conquistar nível desejável de escolarização fundamental; apesar do crescimento acelerado de nossa população e da diversidade regional, o País registra hoje uma taxa média de escolarização, para a população de 7 a 14 anos, da ordem de 84%, contra 71,6% em 1964.

A ampliação dessa taxa para 90% é a meta a ser alcançada em 1979, a qual deve refletir não somente a expansão real do atendimento escolar obrigatório, mas também a manutenção de índices de qualidade que garantam uma escolaridade contínua das 8 séries do 1º grau para as zonas urbanas e de 4 séries, no mínimo, para as zonas rurais.

Quanto ao processo de ensino propriamente dito, as medidas estão basicamente voltadas para as seguintes áreas: aperfeiçoamento do planejamento educacional e modernização administrativa das secretarias estaduais de educação, com vistas à intensificação dos programas de construção, equipamento, introdução de inovações e reformas, ampliação de espaços físicos e capacitação do corpo docente e técnico; desenvolvimento do programa dos técnicos de programação curricular, com a participação de universidades brasileiras, além de programas de estudo e pesquisas na busca de novas metodologias e tecnologias que propiciem melhor rendimento escolar à primeira série e aceleração da escolaridade de alunos, em defasagem idade-série; incentivo à passagem progressiva, ao ensino supletivo, do aluno fora da faixa etária de obrigatoriedade escolar.

Ensino de Segundo Grau

O Ministério da Educação e Cultura vem concentrando esforços no sentido de adequar os currículos do ensino de 2.º grau aos objetivos da política educacional; criou-se novo conceito de profissionalização — o das habilitações básicas — para melhor ajustar a escola às necessidades de formação de técnicos de nível médio e às realidades do sistema de ensino; ademais, tomaram-se providências para a implementação de dois novos programas — com recursos do BIRD e do BID — objetivando ampliar a infra-estrutura para o ensino profissionalizante e melhorar as condições qualitativas da análise prospectiva. Levando-se em conta as medidas adotadas, pode-se antever o número de 2,5 milhões de estudantes, nesse nível, em 1979.

No decorrer de 1975 foram despendidos pelo Governo Federal cerca de Cr\$ 640 milhões com o ensino regular do 2.º grau. O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social destacou, para o período 1975-1978,

Cr\$ 300 milhões, dos quais Cr\$ 72 milhões destinados a entidades privadas.

Ensino Superior

No período 1964-1975, o crescimento do alunado universitário foi de 670%, tendo aumentado as matrículas de 142 mil em 1964 para quase um milhão em 1975.

Crescimento tão expressivo permite esperar que, até 1979, se confirmem as previsões do II PND, que antevê, no final da década, um sistema universitário com cerca de 1.8 milhão de estudantes.

Ao lado do crescimento das matrículas, tem-se empenhado o Governo Federal em promover a elevação da qualidade do ensino: em 1975, fração significativa dos Cr\$ 5,2 bilhões canalizados para o ensino superior foi destinada ao aperfeiçoamento da infra-estrutura universitária, à qualificação e profissionalização do corpo docente, à construção de *campi* universitários, aquisição de equipamentos para pesquisa e incentivo do programa de monitoria.

Para a construção ou conclusão dos *campi* foram destinados recursos no valor de Cr\$ 360 milhões, resultantes de empréstimos concedidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, os quais beneficiarão 13 universidades federais, com significativo aumento da área construída e realização de obras de infra-estrutura.

A expansão da oferta de vagas foi orientada também para novos tipos de cursos, com particular atenção para os de curta duração: foram criados 12 em 1975, representando aumento superior a 100% em relação ao ano anterior. Também os recursos financeiros destinados a esses cursos aumentaram de Cr\$ 2,0 milhões em 1974 para 6,6 milhões em 1975.

Esforço significativo realizou-se no campo das ciências agrárias, graças à implementação do Programa de

Educação Agrícola Superior, instituído em 1974, e do Programa de Desenvolvimento de Ciências Agrárias, criado em 1975; o primeiro dispõe de recursos que montam a Cr\$ 141,6 milhões, dos quais Cr\$ 73,9 milhões do Ministério da Educação e Cultura e o restante da Agência Internacional de Desenvolvimento — AID, dos Estados Unidos; ao segundo programa foram atribuídos Cr\$ 150 milhões, sendo importante notar que ambos se desenvolvem mediante um mecanismo de assistência técnica inter-universitária, que envolve 6 centros de pós-graduação no País, além de enviar docentes para aperfeiçoamento no exterior. Em 1975, beneficiaram-se 76 professores, a maioria em treinamento pós-graduado no País. Criaram-se também 8 novos cursos de graduação nas áreas de Agronomia, Engenharia Florestal, Engenharia Agrícola, Tecnologia de Alimentos e Zootecnia, ampliando-se substancialmente o número de vagas oferecidas. A implantação de novos cursos de pós-graduação nessas áreas aumentou para 55 os cursos instalados, que oferecem 851 vagas anuais, representando acréscimo de aproximadamente 40% em relação a 1974.

Cumpra mencionar ainda a implantação do Banco de Teses, através do Centro de Informática do Ministério da Educação e Cultura, que procederá ao cadastramento centralizado de teses nacionais, à edição periódica do catálogo de teses e à publicação de teses de valor relevante, através do Instituto Nacional do Livro.

Recursos de Cr\$ 400 milhões foram destinados à construção ou conclusão de unidades hospitalares em 6 universidades federais, o que permitirá aumentar de 1.860 leitos a capacidade instalada. Ao mesmo tempo, o MEC desenvolve um programa destinado a preparar administradores hospitalares e a aperfeiçoar sua gestão.

A participação do Ministério da Educação e Cultura no Grupo de Trabalho Interministerial instituído para

planejar a formação de recursos humanos requeridos pela política nacional de energia nuclear, permitiu dimensionar os quadros técnicos de nível médio e superior necessários àquela política, de que resultará, no próximo decênio, a formação de 4.335 profissionais universitários e 5.880 técnicos de nível médio.

Foram destinados ao ensino superior, em 1975, Cr\$ 4 bilhões e o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social destacou, para o período 1975-1978, Cr\$ 1 bilhão, dos quais Cr\$ 161 milhões para entidades privadas.

Ensino Supletivo e Alfabetização de Adultos

A permanente preocupação do Governo em possibilitar ao homem brasileiro o progresso social compatível com os avanços tecnológicos, levou o Ministério da Educação e Cultura a estabelecer programação que, em esquemas flexíveis, atinja adolescentes e adultos, numa perspectiva de educação supletiva permanente. Assim, vem o Departamento de Ensino Supletivo do MEC procurando evitar que o ensino supletivo exerça uma ação paralela e concorrente ao ensino regular, induzindo-o, ao contrário, a assumir suas funções fundamentais de suprimento e suplência.

Entre os projetos compreendidos no âmbito do ensino supletivo, destacam-se os de alfabetização de adolescentes e adultos, notadamente a cargo do MOBREAL, de treinamento de professores para o ensino de 1º grau e de implantação dos centros de estudos supletivos.

No decorrer de 1975, o MOBREAL alfabetizou 1,6 milhão de pessoas, o que eleva para 8,6 milhões o total de alfabetizados, desde o início do Movimento.

A instalação de locais adequados permitirá, por outro lado, ampliar as oportunidades de continuação e aprofundamento de estudos para adolescentes e adultos e, para isso, concluíram-se convênios com 23 unidades

federadas para a instalação de Centros de Estudos Supletivos.

No campo da radiodifusão, a ação supletiva do Ministério da Educação e Cultura processa-se sob coordenação do Programa Nacional de Teleducação — PRONTEL, cujos principais projetos, executados em 1975, incluem o Projeto Minerva (que atendeu durante o ano a 144.500 brasileiros, em todo o território nacional, oferecendo-lhes oportunidade de educação a nível das 4 últimas séries do 1.º grau), a novela educativa João da Silva (veiculada em 10 unidades da Federação, dando formação equivalente às quatro primeiras séries do 1.º grau, com uma clientela de 19.000 alunos matriculados e 250.000 atingidos em recepção livre) e o Projeto SACI, no Rio Grande do Norte (que teve seu convênio assinado entre o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, objetivando desenvolver a parte educacional do projeto).

A Rede de TV Educativa atingiu a 34 emissoras, com programas educativos e esportivos, via EMBRATEL.

Para consecução de seus objetivos, esse Programa tem recursos previstos na ordem de Cr\$ 245 milhões para o período 1975-1979, tendo sido despendidos Cr\$ 58 milhões em 1975.

Educação Especial

O Ministério da Educação e Cultura, através do Centro Nacional de Educação Especial — CENESP, vem coordenando e promovendo o desenvolvimento da Educação Especial em todos os níveis, visando à participação do deficiente físico ou mental na comunidade e ainda à promoção de programas para superdotados, fundamentando-se no princípio de integração do excepcional, sempre que possível, no sistema regular de ensino.

Por outro lado, como há determinadas categorias de alunos que, em função do grau de excepcionalidade,

não podem freqüentar escolas comuns, desenvolveu-se, em 1975, um projeto de assistência técnica e financeira a instituições especializadas privadas.

Assistência a Educandos

Os mecanismos utilizados na área da assistência a educandos visam a assegurar ao estudante o princípio básico da política educacional — a democratização do processo educacional, possibilitando a igualdade de acesso e de oportunidades.

Em 1975, foram distribuídas 113.465 bolsas de estudo, atingindo um total de Cr\$ 62,5 milhões. Além disso, 59 entidades foram beneficiadas, através de apoio financeiro e auxílio a atividades extracurriculares, num total de Cr\$ 4 milhões.

A merenda escolar, distribuída através da Campanha Nacional de Alimentação Escolar, vem recebendo atenção permanente e especial do Ministério da Educação, com reformulação de suas fontes de recursos e melhoria de sua qualidade. Foram beneficiados, no decorrer de 1975, através da Campanha, 83% dos Municípios brasileiros e 11 milhões de crianças, atendendo pelo menos 15% das necessidades nutritivas mínimas diárias do escolar. Para obtenção de tais resultados foram aplicados recursos num total de Cr\$ 190 milhões.

A Fundação Nacional de Material Escolar concorreu para o barateamento, difusão e melhoria da qualidade do material didático, trazendo sua contribuição para a redução do custo de ensino. Foram atendidos, em 1975, dois milhões de estudantes através da distribuição de cadernos e conjuntos de material escolar, na área da Transamazônica e em todas as unidades federadas.

Não menos significativa foi a atuação do programa do livro escolar. Além da edição de livros de referência a custos módicos, distribuídos através da rede de livrarias

da Fundação Nacional do Material Escolar, realizou-se, em 1975, através do Instituto Nacional do Livro, a distribuição gratuita, a alunos carentes, de 11 milhões e quinhentos mil exemplares de livros didáticos, o que representou um aumento de 35% com relação ao ano de 1974. Investiu o Ministério da Educação e Cultura, para tal fim, Cr\$ 95 milhões.

Magistério

Embora a função do Governo Federal, ao nível de 1.º grau, seja de ordem normativa e supletiva, existem, no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, vários projetos em execução visando propiciar aos sistemas estaduais atualização, aperfeiçoamento e habilitação de pessoal docente nas escolas de 1.º grau para o ensino em geral e, mais especificamente, para o ensino de ciências, educação física e educação especial e supletiva.

Na área do Ensino Supletivo, através do ensino personalizado à distância, sem necessidade de retirar professores de seus locais de trabalho, vem o Departamento de Ensino Supletivo treinando professores para o 1.º e 2.º graus, alcançando, nos 2 últimos anos, 2.394 docentes, para esses dois níveis de ensino.

Com relação ao aperfeiçoamento docente para o ensino superior, destaca-se o aumento das bolsas de estudos concedidas: 3.619 no País e 417 para o exterior, correspondentes a aumentos de 16% e 50%, respectivamente, em relação a 1974. Ainda em 1975 os dispêndios com bolsas de estudos da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES foram de Cr\$ 43,6 milhões, contra 27 milhões, ainda em 1975, nos programas de auxílio a cursos de pós-graduação (em 1974, a importância correspondente foi Cr\$ 15,1 milhões). Os recursos totais da CAPES, no ano findo, elevaram-se a Cr\$ 160 milhões (Cr\$ 40 milhões em 1974).

Entre os resultados já obtidos com a implantação do Plano Nacional de Pós-Graduação, destaca-se a consolidação dos cursos de pós-graduação, cujo número hoje se eleva a 670, abrangendo os níveis de mestrado e doutorado. Neste programa foram investidos Cr\$ 70 milhões, que passarão a incorporar-se ao orçamento universitário de 1976.

Os Programas Institucionais de Capacitação de Docentes representam outra inovação de efeitos benéficos no aperfeiçoamento do magistério. No ano findo, 44 instituições foram abrangidas, às quais serão destinadas 2 mil bolsas de estudos, distribuídas segundo a diretriz básica de suprir carências regionais e setoriais e mediante uma atuação coordenada das instituições envolvidas. Entre esses programas, deve-se destacar, porque já completamente formulado, o Projeto Nordeste, expressão do esforço integrado de 6 universidades dessa região, com trabalho previsto para 4 anos.

Quanto à profissionalização do magistério, cumpre mencionar que, dos 27.500 docentes do sistema federal de ensino superior, em regime de tempo integral encontravam-se 5.200 professores, 26% a mais em relação ao ano anterior. Os recursos investidos no programa de regimes especiais de trabalho cresceram, no mesmo período, de Cr\$ 336 milhões para Cr\$ 506 milhões, computados apenas os investimentos constantes do programa da Comissão Coordenadora do Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva.

Cultura: Letras e Artes

No tocante às letras, a presença do Ministério da Educação e Cultura se faz sentir, principalmente, através do Instituto Nacional do Livro (INL), por meio de co-edições que permitiram o relançamento de grandes autores e obras esgotadas, indispensáveis ao conhecimento do Brasil, sua História e sua gente. Foram publicadas, em con-

vênio com o MEC e com a participação da iniciativa particular, obras do mais alto valor cultural, num total de 127 títulos, em 1975.

Dignas de destaque são as atividades de controle do acervo da Biblioteca Nacional, que vêm sendo executadas pelo Centro de Informática do Ministério da Educação, objetivando a divulgação de suas obras, através de catálogos e boletins bibliográficos.

Dentro, ainda, da linha de dinamização dos órgãos culturais, cabe destacar a reformulação do Instituto Nacional do Cinema e da EMBRAFILME, com vistas a uma ação mais eficiente de apoio ao Cinema Nacional de Arte.

Patrimônio Histórico e Artístico

Com relação à preservação e defesa dos bens culturais, vários problemas que haviam se tornado crônicos foram solucionados ou encontram-se em fase final de conclusão. Bibliotecas, museus e edificações de cunho histórico vêm passando por obras de recuperação, como o Museu Imperial de Petrópolis, Museu Nacional de Belas-Artes, Museu Histórico Nacional e Fundação Casa de Rui Barbosa, evitando-se, assim, a destruição dos respectivos acervos e um prejuízo inestimável à cultura brasileira.

Grande esforço foi envidado para a rápida recuperação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, do Recife, parcialmente destruído em decorrência da enchente que assolou a Capital pernambucana.

Cidades históricas, testemunhos de nossa afirmação no tempo e no espaço, acham-se em vias de recuperação, através de convênios entre o Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Ainda digna de destaque foi a inauguração da sede própria da Campanha Nacional de Defesa do Folclore Brasileiro.

Desportos: Educação Física

Sob a coordenação do Ministério da Educação e Cultura pretende-se, a partir de 1976, instrumentalizar as ações da Política de Desportos, através do Plano Nacional de Educação Física.

A política encetada pelo Governo para corrigir a defasagem do desporto brasileiro no cenário internacional e a promulgação da Lei n.º 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre os desportos, merecem especial destaque por terem facultado ao Conselho Nacional de Desportos base e meios para desempenho de suas atividades.

A alocação de recursos pelo Conselho Nacional de Desportos, no ano de 1975, foi de Cr\$ 71 milhões e pelo Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, de Cr\$ 95 milhões, destinados à construção de instalações desportivas, a níveis de 1.º, 2.º e 3.º graus. Foram concluídas, no decorrer daquele ano, 270 novas instalações — pistas de atletismo, piscinas e quadras polivalentes.

TRABALHO

O Ministério do Trabalho, consoante as novas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei n.º 6.036, de 1.º de maio de 1974, vem atuando com o objetivo de promover a valorização do homem brasileiro, mediante ações concretas que conduzam à harmonia entre o capital e o trabalho e ao fortalecimento da justiça social.

A consecução desse objetivo de valorização do homem constitui preocupação compartilhada por todos os

organismos do Governo, em vista do caráter intersetorial dos problemas na área do trabalho e da interdependência entre a política econômica e a política de formação profissional, obtenção do emprego, remuneração adequada pelo trabalho e proteção ao trabalhador.

Em sua nova configuração estrutural, todas as linhas de ação do Ministério do Trabalho estão dirigidas para a consecução de sua tríplice tarefa: formação profissional do homem para o trabalho, ou seja, sua preparação para ingresso na força-de-trabalho ou seu aperfeiçoamento no próprio emprego, visando à melhoria de sua produtividade; obtenção do emprego e fixação da retribuição justa pelo trabalho executado, como prática de justiça social; e coordenação das relações do trabalho, através da valorização do trabalho e das atividades sindicais, e da fiscalização do cumprimento das normas legais de proteção ao trabalho e da implantação de serviços de higiene e segurança do trabalho.

Operacionalmente, este tripé desdobra-se num amplo leque de ações subordinadas, o qual, sob exame mais detido, fornece dados valiosos para a compreensão de seus princípios básicos. As ações do Ministério do Trabalho voltam-se integralmente para o acompanhamento e atendimento das necessidades da força-de-trabalho do País, hoje da ordem de 36 milhões de trabalhadores.

A dimensão desse mercado e o ponderável policentrismo de seu desenvolvimento — com oportunidades médias anuais de mais de 1 milhão de novos empregos — foram devidamente considerados ao se definirem as linhas de atuação do novo Ministério do Trabalho.

Na identificação das características de suas grandes linhas de atuação, o Ministério do Trabalho acentua suas preocupações com um ponto, porque de sua efetivação depende toda a extensão problemática das relações trabalhistas no País. Trata-se do atendimento às necessidades de recursos humanos, desde sua formação até sua

colocaçãe no mercado de trabalho, quando passará a ser objeto de outras preocupações, como aperfeiçoamento, especialização, segurança etc.

O Ministério do Trabalho empenha-se em ampliar sua ação no campo do emprego, buscando não somente assegurar oportunidades aos que ingressam na força de trabalho, mas também aos atuais desempregados e subempregados. Tem-se consciência de que não compete à Secretaria de Estado criar diretamente essas oportunidades, mas influir, em maior ou menor escala, nas decisões de política econômica e social, na destinação espacial dos investimentos, nos custos relativos da mão-de-obra e do capital, nas formas de organização das unidades produtivas e de outros elementos que exerçam influência sobre a criação de empregos. Pelo Decreto n.º 76.403, de 8 de outubro de 1975, foi instituído o Sistema Nacional de Emprego — SINE, ao qual compete, essencialmente, executar atividades de intermediação entre os candidatos e as unidades produtivas que demandam mão-de-obra.

A identificação e registro profissional, a ampliação e melhoramento dos serviços de inspeção do trabalho, a promoção da medicina, higiene e segurança do trabalho, aliados à valorização da ação sindical completam as linhas de ação do Governo Federal na área.

Para a consecução de seus objetivos, o Ministério do Trabalho reformulou a sua estrutura organizacional, reelaborando os seus regimentos internos, reclassificando o seu pessoal e selecionando novos elementos para seu quadro. Amplo programa de treinamento foi desenvolvido, com vistas à adaptação do pessoal às novas linhas de ação do órgão.

Preparação do Homem para o Trabalho

Procura-se promover a formação, o aperfeiçoamento e especialização da mão-de-obra, tanto das pessoas já

empregadas — para que melhor desempenhem suas tarefas — como das que procuram trabalho pela primeira vez, das desempregadas e das que desejam ou são obrigadas a mudar de ocupação.

A transferência do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — PIPMO, da esfera do Ministério da Educação e Cultura para a do Ministério do Trabalho, ampliou sua capacidade técnica para executar e coordenar a instalação de programas de preparação de recursos humanos para os diversos setores da economia.

Os objetivos do PIPMO para o ano de 1975 foram ultrapassados, atingindo-se o total de cerca de 480 mil trabalhadores preparados, resultado da ação conjugada de entidades executivas em todo o País. As atividades desenvolvidas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial — SENAC, e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI, permitiram o atendimento à preparação profissional de aproximadamente 900 mil trabalhadores.

Como incentivo à ação das empresas no campo da formação profissional, foram previstas em lei, para efeito de cálculo do seu imposto de renda, deduções do lucro tributável correspondentes ao dobro das despesas realizadas em projetos de formação profissional previamente aprovados.

A integração da empresa brasileira, com o apoio do Governo, objetivando o desenvolvimento de seus recursos humanos, significa um instrumento a mais para a valorização do trabalhador, com vistas à sua mais efetiva participação no processo do desenvolvimento nacional.

O novo contexto da formação profissional brasileira, a complexidade e diversificação dos órgãos especializados que atuam no campo configuram a exigência de coordenação das atividades nacionais de desenvolvimento de recursos humanos para o atendimento das necessidades do mercado de trabalho.

Embora o Ministério do Trabalho não pretenda constituir-se em mais um organismo de execução de programas de formação profissional, apesar de desenvolver atividades diretas de execução, principalmente mediante convênios, cabe-lhe papel normativo e de coordenação das diferentes instituições públicas e privadas que operam nesse campo, prestando-lhes assistência técnica e financeira, evitando a multiplicação e a superposição de programas de formação profissional, muito dos quais não respondem qualitativa ou quantitativamente aos requerimentos do mercado de trabalho. Este esforço normativo e de coordenação será exercido e consolidar-se-á através do Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra que, aglutinando os diferentes órgãos de formação profissional e estabelecendo as bases da definição da política de desenvolvimento de Recursos Humanos, efetivará a harmonização da formação profissional com a educação permanente, tendo como meio o desenvolvimento econômico e social e como meta o homem brasileiro.

Emprego e Salário

A preparação profissional do trabalhador, por si só, não é suficiente para assegurar-lhe emprego, tornando-se indispensável a atuação do Ministério do Trabalho em três outras linhas: participação ou intervenção nas decisões de política econômica e social incidentes diretamente sobre a criação ou redução de empregos; formulação, promoção e, em certos casos, financiamento parcial de projetos de preparação de mão-de-obra, destinados a assegurar emprego produtivo às pessoas subempregadas; e fortalecimento e ampliação da rede de agências de colocação, coordenadas e supervisionadas pelo Sistema Nacional do Emprego, através da Secretaria de Emprego e Salário, abrangendo, também, a informação e orientação profissional e os estudos do mercado de trabalho.

As novas fórmulas para cálculo das taxas de reajustamentos salariais, aprovadas pelo Poder Legislativo, aplicadas aos acordos salariais no ano de 1975, surtiram os efeitos desejados, ampliando o poder aquisitivo dos salários sem concorrer para a elevação dos índices de inflação. Esses resultados refletem a positiva atuação do Conselho Nacional de Política Salarial.

A consideração do poder aquisitivo médio dos últimos doze meses, a manutenção do fator de previsão do residuo inflacionário, bem como o fator de sua correção anterior, acrescida do fator correspondente à participação na produtividade nacional, permitiram ao trabalhador novos salários, que compensaram a elevação do custo de vida. As taxas de reajustamento situaram-se no nível médio de 39%.

A descaracterização do salário mínimo como elemento de correção monetária, ou como valor de referência, apresentou resultados positivos para a nova política salarial brasileira, permitindo a correção e a diminuição de vários fatores inflacionários.

Coordenação das Relações do Trabalho

A preocupação com a proteção ao trabalhador empregado conduziu o Ministério às seguintes linhas de ação: identificação e registro profissional e ampliação e melhoramento dos serviços de inspeção do trabalho; valorização da ação sindical e promoção da segurança e higiene do trabalho.

Em consonância com a política de atuação tradicionalmente seguida pelo Governo, procurou-se facilitar a identificação e o registro de trabalhadores, com vistas a propiciar-lhes as vantagens previstas na legislação trabalhista e o acesso aos benefícios da previdência social.

Relativamente à inspeção do trabalho iniciou-se, em 1975, a renovação e expansão do quadro de pessoal, com

a admissão de 600 novos inspetores. As metas para o período 1975-1979 envolvem a instalação de mil novos postos de fiscalização e identificação profissional e o recrutamento, admissão e treinamento de três mil novos inspetores do trabalho.

A valorização sindical do trabalhador brasileiro mereceu atenção especial do Ministério do Trabalho. O País dispõe de aproximadamente 7 mil entidades sindicais, merecendo destaque o aumento da sindicalização dos trabalhadores rurais. A preparação de líderes sindicais, a concessão de empréstimos, a doação de bens e equipamentos e, sobretudo, a assistência técnica e administrativa prestada pelas Delegacias Regionais do Trabalho aos sindicatos configuram plenamente os objetivos permanentes que caracterizam a atual política social brasileira.

Quanto à promoção da medicina, higiene e segurança do trabalho realizaram-se, com supervisão e acompanhamento da Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho — FUNDACENTRO, em convênio com universidades e outras entidades, cursos especiais para preparação, em diferentes níveis, de médicos, engenheiros, supervisores de segurança e enfermeiros, para o desempenho de atividades ligadas à aplicação da legislação referente à proteção do trabalho. Campanhas especiais e congressos foram realizados com pleno êxito, assinalando-se ainda a diminuição do número de acidentes.

Destaque-se, ainda, a ação do Serviço Especial de Bolsas de Estudo, que proporciona aos trabalhadores sindicalizados e seus dependentes ensino de 1.º e 2.º graus, bem como possibilita o preparo de candidatos para ingresso em cursos técnicos prioritários do 2.º grau. Papel relevante vem sendo desempenhado pelo Serviço Social da Indústria — SESI e pelo Serviço Social do Comércio — SESC, também responsáveis pela assistência ao trabalhador e sua família.

SAÚDE

A preocupação do Governo em acelerar o desenvolvimento dos setores sociais evidenciou-se, no campo da saúde, através da aplicação de recursos financeiros cada vez mais expressivos e da melhoria da capacidade operacional dos órgãos de saúde. Esses fatores proporcionaram condições favoráveis à adoção de métodos modernos de gerência, descentralização na execução das atividades e desenvolvimento e uso de tecnologia mais adequada ao equacionamento dos problemas da saúde.

No transcurso do ano de 1975, algumas realizações relevantes merecem destaque, entre as quais a vacinação em massa, atingindo mais de 80 milhões de habitantes, debelando a meningite meningocócica, através de uma campanha bem orientada, durante cerca de 10 meses, e com a utilização de métodos e técnicas desenvolvidas no País; a erradicação da malária em 6 Estados, com uma população de cerca de 6 milhões de habitantes, reconhecida e comprovada pela Organização Mundial de Saúde (a endemia está circunscrita a focos controláveis na Amazônia); e a montagem de um sistema de vigilância contra a cólera, que permitiu manter o País livre da doença.

Foram também importantes a descentralização dos cursos de saúde pública, preparando recursos humanos espacialmente melhor distribuídos e em maior quantidade; a realização de grandes encontros técnicos, como a V Conferência Nacional de Saúde, o Seminário de Áreas Metropolitanas, a Reunião das Secretarias de Saúde do Nordeste, a Reunião do Subsistema para Informação em Saúde, a Reunião sobre Educação em Saúde; e o desenvolvimento inicial de um subsistema de informática em saúde.

Os investimentos no treinamento de recursos humanos, a melhoria da habitação rural, assim como o fornecimento de água de boa qualidade e o destino adequado

dos dejetos fazem parte das novas diretrizes do setor para controlar as doenças de caráter endêmico que atingem grandes contingentes populacionais.

A administração direta apresentou sensível melhoria, com a consolidação da Secretaria-Geral em Brasília, a criação das coordenadorias regionais da saúde e uma melhor programação de investimentos em áreas específicas e prioritárias, como a infantil, alimentação e nutrição, hanseníase e tuberculose.

A Superintendência de Campanhas de Saúde Pública — SUCAM, com subordinação direta ao Ministro de Estado, ganhou maior flexibilidade administrativa, fato comprovado por sua atuação no combate à meningite meningocócica por todo o território nacional.

Na administração indireta foi intensificada a ação da Fundação Serviços de Saúde Pública — FSESP, visando principalmente à saúde do homem do interior do País, essencialmente daquele que vive em áreas de ocupação recente, de valorização econômica e de segurança nacional.

A Fundação Oswaldo Cruz iniciou seu processo de modernização, com a reformulação das linhas de pesquisa, adoção de política realista de pessoal e bem assim a reforma e ampliação de sua capacidade física instalada.

O Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição — INAN sofreu grandes modificações técnico-administrativas, objetivando adaptá-lo para a execução do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição — PRONAN.

Para o desenvolvimento de um amplo programa de treinamento de pessoal de nível médio, capaz de suprir o setor saúde de mão-de-obra qualificada, foi firmado convênio com a Organização Panamericana de Saúde.

Sistema Nacional de Saúde

O Sistema Nacional de Saúde, instituído pela Lei n.º 6.229, de 17 de junho de 1975, permitiu a adoção,

por parte do Governo, de uma linha de ação pragmática, que procura tornar operacionais os mecanismos de organização e funcionamento dos serviços de saúde no País, evitando-se a superposição e a competição.

Numa primeira etapa de implementação, foi elaborado anteprojeto de lei dispondo sobre a obrigatoriedade de notificação de doenças e as ações administrativas decorrentes (transformado na Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975) e mantidos entendimentos técnicos com os Ministérios da Previdência e Assistência Social e da Agricultura e com os Governos Estaduais, através de suas secretarias de saúde, com vistas a uma interpretação uniforme da mencionada Lei nº 6.259 e a elaboração de regulamentos, sobretudo no tocante à rede básica de serviços de saúde e ao controle de alimentos, capazes de implantar e dinamizar o sistema num desdobramento do processo de modernização administrativa a nível nacional.

Programa Nacional de Vigilância em Saúde

A vigilância epidemiológica, programa considerado da mais alta prioridade, foi submetida a processo de implantação como sistema organizado. A Fundação SESP, supervisionada pela Secretaria Nacional de Saúde, vem coordenando, controlando e avaliando o programa e fornecendo, além de assessoria técnica, apoio material e financeiro às unidades federativas, para a sua implantação integral.

O sistema já se encontra implantado no Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Piauí, Minas Gerais e Pará.

Após conseguidos os níveis imunitários adequados, com o desenvolvimento do Programa de Imunização, será possível conservar a população brasileira livre de grandes surtos epidêmicos.

É fundamental o apoio da rede de laboratórios de saúde pública, estabelecendo o diagnóstico etiológico das

doenças que estão sendo controladas. Nesse sentido, promoveu-se o treinamento de recursos humanos e o reequipamento dos laboratórios de saúde pública, próprios e da rede estadual, além do trabalho no sentido de obter a padronização de técnicas, métodos administrativos e uniformização do preparo de meios de cultura, antígenos e reativos.

Controle das Doenças Transmissíveis

As doenças transmissíveis constituem ainda um dos mais graves problemas de saúde do País, reconhecendo-se a necessidade de intensificar-se um programa de imunizações a nível nacional, capaz de proteger os grupos populacionais mais vulneráveis.

No decurso de 1975, através das unidades de saúde, foram aplicados cerca de 18,5 milhões de doses de imunizantes contra o sarampo, a poliomielite, a varíola, a tuberculose, o tétano, a difteria e a coqueluche, em ação horizontalizada.

Contra a febre amarela, foram imunizados 1,4 milhão de pessoas, em 208 Municípios, cerca de 80% da população rural da área. Não houve registro de caso de febre amarela no País, inclusive na sua área enzoótica.

O Programa Nacional de Profilaxia da Raiva estendeu-se a 21 Unidades da Federação, com aplicação de cerca de 1,8 milhão de vacinas em cães, mais de 60% da meta.

A Campanha contra a Meningite Meningocócica — CAMEM, cuja execução esteve sob a responsabilidade da SUCAM, de janeiro a outubro, logrou êxito absoluto.

Para alcançar a meta — vacinar 80 milhões de pessoas — a SUCAM contou com 1.109 vacinadores, 500 injetores *Ped-o-Jet*, 20 eletrojetos e o auxílio de um corpo técnico, composto de 15 profissionais de nível superior.

O resultado positivo da campanha traduziu-se na sua extensão, atingindo 3.955 Municípios de 26 Unidades da Federação, e no total de vacinações: 81,5 milhões.

Saneamento Básico Integral em Áreas Rurais

Durante o ano de 1975, estiveram sob assistência técnica imediata, em construção ou em fase de elaboração de projetos, 526 sistemas de abastecimento de água, destinados a beneficiar uma população de aproximadamente 4 milhões de habitantes. Foram ainda realizadas cerca de 70 mil melhorias sanitárias domiciliares.

Entre os projetos em desenvolvimento, destaca-se o de Saneamento Básico em Áreas de Esquistossomose Endêmica, no Estado de Alagoas, cuja ação se desenvolve em 193 localidades, compreendendo 47 Municípios.

Erradicação da Malária

O Programa de erradicação da malária, sob execução direta da SUCAM, beneficiou 1.523 Municípios, com aproximadamente 37 milhões de habitantes, tendo sido borrifados, em dois ciclos distintos, cerca de 6 milhões de prédios e colhidos mais de 2 milhões de amostras de sangue para exame. Paralelamente, 318 Municípios do Estado de São Paulo, com 6,7 milhões de habitantes, receberam idêntico tratamento pelo Governo Estadual, em convênio com o Ministério da Saúde.

No primeiro semestre de 1975, a avaliação epidemiológica de áreas em fase de ataque, realizada por comissões integradas por malariologistas nacionais e internacionais (OPASOMS), comprovou a ausência de transmissão e a existência de condições para suspensão de borrifação em 90 Municípios, com superfície de 300 mil km², 415 mil prédios e uma população estimada em 2,5 milhões de

habitantes, nos Estados do Pará, Maranhão, Piauí, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás. As comissões recomendaram ainda a transferência à fase de consolidação de 190 Municípios, com superfície de 211 mil km², 613 mil prédios e 3,2 milhões de habitantes, nos Estados do Piauí, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás.

Por solicitação do Ministério da Saúde, visitou o País uma Comissão Internacional de Peritos, designada pela Organização Panamericana da Saúde, a qual, após pesquisas locais, reconheceu a erradicação total da doença em Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e parte do Estado do Paraná, recomendando a passagem dessas áreas da fase de consolidação para a de manutenção. A área em questão totaliza aproximadamente 50 mil km², com 249 Municípios e 6 milhões de habitantes.

Estas cifras revelam que 67% da população da área já se encontra livre da malária endêmica e, portanto, sob regime de vigilância epidemiológica.

O programa contou, para seu desenvolvimento, com cerca de 9 mil servidores de campo, sendo consumidos aproximadamente 3,4 mil toneladas de DDT e 11,0 milhões de comprimidos antimaláricos e utilizados 2.660 veículos.

Alimentação e Nutrição

O Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, cuja elaboração foi concluída no final do exercício, prevê para o período de sua vigência — 1976-1979 — a aplicação de mais de Cr\$ 12 bilhões. Participarão de sua execução os Ministérios da Saúde, Agricultura, Educação, Previdência e Assistência Social, Trabalho e Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

O Programa de Suplementação Alimentar para Gestantes, Nutrizes e Crianças menores de 6 anos teve

seu desenvolvimento acelerado. As regiões do Nordeste e Norte, assim como os chamados bolsões de pobreza situados em outras regiões do País, tiveram prioridade no atendimento.

Dentro do Programa de Incentivo à Produção de Alimentos com Ênfase ao Pequeno e Médio Produtor, que está sendo desenvolvido em conjunto com a EMBRATER, foi elaborado o projeto de Produção de Alimentos e Nutrição em Áreas Rurais de Baixa Renda e realizado um levantamento parcial da situação das cooperativas de produtores de alimentos básicos dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe.

Ciência e Tecnologia

O estabelecimento de uma linha de política científica e tecnológica para o setor saúde, coerente com as necessidades e recursos disponíveis, veio preencher uma grande lacuna. Estabeleceu-se, como linha prioritária de pesquisa, o estudo de problemas relacionados a doenças de caráter endêmico, como a doença de Chagas, esquistossomose, malária, leishmaniose e peste. Doenças tropicais, típicas de áreas de penetração e ocupação recentes, como pênfigo foliáceo, febre negra de Lábrea, síndrome hemorrágica de Altamira, oncocercose e arboviroses em geral, também estão sendo contempladas na linha de pesquisa adotada.

Entre os estudos epidemiológicos desenvolvidos no período, destaca-se o início de inquéritos sorológicos para a determinação da prevalência da infecção humana pelo *T. Cruzi* e referentes à epidemiologia de esquistossomose, bem como estudos para levantamento da situação no que concerne ao bócio endêmico e ao tracoma. Além desses, realizaram-se estudos sobre a meningite meningocócica e o apoio logístico ao combate da peste, a construção de um

laboratório especializado em Feira de Santana (Bahia), a ampliação de outro em Garanhuns (Pernambuco) e a montagem de diversos laboratórios de campo para a coleta de informações locais sobre a doença.

Cabe destacar, nesta área, a atuação da Fundação Oswaldo Cruz e do Instituto Evandro Chagas.

Em tecnologia verificou-se avanço satisfatório, sobretudo em vista do treinamento, em moderno centro de produção industrial europeu, recebido pelos técnicos que operarão moderna unidade de produção de vacinas, na Fundação Oswaldo Cruz.

Ação Sanitária Para a Amazônia

Os Ministérios da Saúde, do Interior e da Previdência e Assistência Social elaboraram o Plano Básico de Ação Sanitária para a Amazônia, pormenorização das proposições do II PND, com vistas à conjugação de esforços para a ação unificada e coordenada nos Estados do Acre, Amazonas, Pará e Maranhão e Territórios Federais do Amapá e Roraima.

Incluem-se na competência do Ministério da Saúde, entre outras, as seguintes atividades previstas nesse plano: estruturação e coordenação de saúde para a Amazônia; implementação, através de apoio técnico e financeiro, do Centro Regional de Informação e Estatística de Saúde do Norte — CRESNO; pesquisa científica e tecnológica visando ao controle de endemias, na região; implantação do Sistema de Vigilância Epidemiológica no Pará; vigilância nos portos e aeroportos das áreas fronteiriças de países ainda infestados, com vistas à manutenção da erradicação do transmissor da febre amarela; integração das atividades de controle de tuberculose e lepra à rede de serviços básicos de saúde, enfatizando o tratamento ambulatorial dos doentes; atuação supletiva às secretarias de Saúde dos Estados do Amazonas e Pará,

através da Fundação SESP, mantendo uma rede básica de unidades de saúde, composta de 40 unidades, inclusive 210 leitos para internação, beneficiando uma população de aproximadamente 800 mil habitantes; apoio técnico e financeiro às secretarias de saúde para ampliação e fortalecimento da infra-estrutura sanitária, especialmente no desenvolvimento de uma rede básica de prestação de serviços de saúde; apoio ao Programa de Integração Nacional — PIN, através da implantação e manutenção de serviços básicos de saúde ao longo das Rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, sob a responsabilidade da Fundação SESP; e elaboração de projetos e construção de sistemas de abastecimentos de água nas Rodovias Transamazônica e Perimetral Norte.

Controle de Drogas, Medicamentos e Alimentos

O Ministério da Saúde vem executando ampla reformulação dos instrumentos legais controladores dos alimentos de uso humano e da vigilância sanitária de medicamentos e estabelecendo critérios para as atividades hemoterápicas.

A dinamização da atividade fiscalizadora do Serviço Nacional da Medicina e Farmácia revelou que cerca de 30% de produtos apreendidos para análise não satisfaziam as condições mínimas estabelecidas. As análises realizadas totalizaram 17.294 determinações, com um crescimento da ordem de 300% em relação ao exercício de 1974.

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

A execução do programa de trabalho do Ministério da Previdência e Assistência Social, em 1975, contribuiu significativamente para aceleração do processo de universalização da previdência social no Brasil e para o seu aprimoramento. Com efeito, diversas foram as providên-

cias tomadas com tal objetivo, cabendo destacar: a extinção das contribuições sobre os benefícios da previdência social e da suspensão da aposentadoria por motivo de retorno à atividade (Lei n.º 6.210, de 14 de julho de 1975); a instituição do sistema de contagem recíproca de tempo de serviço público e de atividade privada, para efeito da aposentadoria (Lei n.º 6.226, de 14 de julho de 1975); a caracterização da situação do aposentado pela previdência social que volta ao trabalho e do segurado que se vincula ao regime da previdência social após completar 60 anos de idade (Lei n.º 6.243, de 24 de setembro de 1975); e a instituição de benefícios de previdência social em favor dos empregadores rurais e seus dependentes (Lei n.º 6.260, de 6 de novembro de 1975).

Menção especial deve ser feita à organização do Sistema Nacional de Saúde, pelo qual caberá ao Ministério da Previdência e Assistência Social, na área de saúde, atuar principalmente no atendimento médico-assistencial individualizado.

Universalização da Previdência Social

Com a extensão da previdência social aos trabalhadores rurais, o seu campo de aplicação aproximou-se da universalização. Apenas um pequeno contingente da população permanece desassistido em matéria de proteção previdenciária, principalmente depois da promulgação da Lei n.º 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que dispõe sobre a concessão de uma renda mensal vitalícia aos maiores de 70 anos ou inválidos com algum tipo de vinculação à previdência social urbana ou rural e, mais recentemente, da Lei n.º 6.260, de 6 de novembro de 1975, referida anteriormente, que estendeu as vantagens da previdência social aos empregadores rurais. Esse contingente, constituído de trabalhadores autônomos e empregados domésticos que ainda não puderam ou não quiseram filiar-se ao INPS, deverá ser paulatinamente re-

duzido em virtude das medidas adotadas no sentido de facilitar e estimular a sua inscrição. Afora certa categoria de estudantes que não exercem atividades remuneradas e tenham perdido a condição de beneficiários, por limite de idade — cuja possibilidade de inscrição no INPS está sendo objeto de estudos — resta, à margem da proteção previdenciária, apenas a parcela da população impossibilitada de criar elo com a previdência social contributiva (pessoas idosas, mendigos e menores abandonados) e que, por isso mesmo, terá de ser amparada pela assistência social, mediante utilização de recursos específicos.

Uma vez alcançada, a médio prazo, a universalização, a meta seguinte será a equiparação entre o regime urbano e o rural, viável somente a longo prazo, na medida em que a atividade agrícola se desenvolva em moldes empresariais.

Assistência Médica

Na primeira etapa da execução da política de assistência médica, aprovada em 1975, os esforços concentraram-se na expansão da oferta de serviços à massa beneficiária, a fim de atender à premente demanda ocasionada sobretudo pelas migrações internas, do campo para as cidades, e pelo crescimento dos empregos e atividades nas áreas urbanas, sem a correspondente ampliação dos serviços à sua disposição.

Mobilizou-se, assim, grande soma de recursos da comunidade: hospitais públicos e privados, ambulatórios de empresas e sindicatos e os diversos serviços das entidades que se dedicam à saúde da população. Admitiu-se, no INPS, pessoal médico e paramédico para reforço dos seus serviços próprios, e foi permitida a utilização dos médicos e hospitais que mantêm convênio com o INPS para o atendimento de servidores civis que, localizados no interior do País, não dispunham de assistência ade-

quada, e o FUNRURAL aumentou o número de seus convênios no interior, construindo e aparelhando nada menos de 40 novos hospitais de pequeno porte.

No exercício findo, as instituições de previdência e assistência social vinculadas ao MPAS prestaram cerca de 85 milhões de atendimentos médicos e odontológicos em ambulatório e proporcionaram mais de 8 milhões de internações hospitalares, sendo despendidos, nessas atividades, aproximadamente Cr\$ 16,5 bilhões.

Merecem também destaque o protocolo assinado entre o MEC e o MPAS para utilização dos hospitais de ensino, decisão que vem ensejando a celebração de vários convênios entre a previdência social e as universidades, bem como o fornecimento gratuito de medicamentos adquiridos ou produzidos através da Central de Medicamentos — CEME, posto em prática a título experimental na região do Grande Rio e que se estenderá gradativamente ao restante do País, com considerável economia de recursos e melhoria das condições de tratamento oferecidos às camadas mais pobres da população.

Na segunda fase de desenvolvimento da política de assistência médica, a cargo das instituições de previdência social, objetiva-se uma redefinição de rumos nos serviços de saúde, cujos pressupostos são a regulamentação do Sistema Nacional de Saúde, ora em estudos no Conselho de Desenvolvimento Social, e a criação de uma instituição autônoma, vinculada ao MPAS, destinada a reunir, sob comando único, as atividades assistenciais ora a cargo de quatro entidades (INPS, FUNRURAL, LBA e IPASE), a fim de gerir um fundo comum que propicie melhor aproveitamento dos recursos, estudos estes que prosseguem no âmbito do Ministério.

Desencadear-se-á, assim, um processo que terá como objetivos: a regionalização dos serviços nos níveis de macrorregiões, Estados e microrregiões homogêneas, num planejamento ascendente que venha a atender às reais

necessidades do País, reunindo e articulando recursos, e serviços da União, dos Estados e dos Municípios; a organização dos serviços em rede assistencial de complexidade crescente, com a utilização de recursos pessoais e materiais de menor custo, maior eficácia e possibilidade de maior difusão nas zonas periféricas; a máxima utilização dos recursos disponíveis em cada microrregião e região, antes de serem autorizadas novas instalações de serviços; a melhor utilização de pessoal já radicado nas regiões carentes de atividades de saúde; e a mobilização das comunidades para participação ativa na melhoria das condições sanitárias de cada região.

Assistência Social

No quadro da universalização da previdência social, a assistência social deve tornar-se cada vez mais integrada com a política de seguro social e de assistência médica, de maneira que o sistema de previdência social possa absorver, a médio e longo prazos, aquele contingente hoje objeto da assistência social mas futuramente resgatável de suas atuais condições de vulnerabilidade e carência extrema.

A ação mais direta e imediata da assistência social far-se-á sentir nas grandes áreas urbanas, pois é nelas que se concentram os maiores problemas sociais e mais repercutem os efeitos do adiamento de sua solução. Todavia, como grande número desses problemas tem suas raízes no campo, desprovido de infra-estrutura social, será imperativa a criação de estímulos à fixação do homem em seu local de origem, mediante a oferta de serviços essenciais em todo o território nacional.

Integração dos Regimes Previdenciários

Entre os contingentes abrangidos por outros sistemas previdenciários, assume lugar de destaque a clientela

do conjunto formado pelos diversos institutos de previdência estaduais.

Embora se torne ainda necessário ampliar e aprimorar a proteção dispensada por esses institutos ao funcionalismo estadual, o quadro, a longo prazo, poderá comportar reformulação, na medida em que o regime dos servidores estaduais, como ocorre no plano federal, tenda a ser predominantemente o da Consolidação das Leis do Trabalho.

Assim, a perspectiva em relação à previdência estadual e também à municipal é a de que um dia venha a processar-se uma total integração entre os sistemas previdenciários federal, estaduais e municipais.

Supervisão das Entidades de Previdência Privada

Em vista da necessidade de se estabelecerem normas disciplinadoras do funcionamento das entidades de previdência privada, foram realizados, em âmbito interministerial, estudos que evidenciaram a conveniência de distinguir, nesse particular, entre as voltadas para a captação de recursos junto ao público em geral e as que operam na área restrita de uma empresa ou grupo de empresas. Neste último caso, a vinculação dos participantes com a empresa ou grupo de empresas possibilita a elaboração de planos de previdência propriamente ditos, em que existe relacionamento direto com os rendimentos do trabalho cuja continuidade se intenta garantir na inatividade, ou após a morte, em favor dos dependentes, enquanto os planos voltados para o público em geral, não raro geridos com objetivo de lucro, são simples instrumentos de aplicação financeira, muito mais próximos do seguro tradicional do que da previdência social em sentido restrito.

Atuação das Entidades Vinculadas

O programa de ação do Instituto Nacional de Previdência Social — INPS, no exercício de 1975, permitiu a obtenção de expressivos resultados nos diversos setores de atividade da autarquia. Na área de assistência médica; elevou-se a 5,1 milhões o total de internações hospitalares, 24% superior ao de 1974, e a 80 milhões o total de consultas, o que representa um acréscimo de 40% sobre a cifra do ano anterior. Mais de 50 mil pessoas não vinculadas à previdência foram atendidas em caráter de emergência nas unidades assistenciais próprias e contratadas, tendo-se implantado, por outro lado, esquema destinado à prestação de assistência médica de urgência, durante as 24 horas do dia, inclusive sábados, domingos e feriados.

Foram lançados dois importantes projetos: o de fornecimento gratuito, a título experimental, de medicamentos da linha CEME a beneficiários carentes de recursos na área do Grande Rio, com aviamento de 800 mil receitas no exercício, e o da Baixada Fluminense; através do qual se obteve elevação de 83% no número de consultas médicas, 35% no de atendimentos odontológicos, 93% no de serviços complementares e de diagnóstico e 19% no de internações.

Na área do bem-estar, o número de atendimentos de serviço social ultrapassou 1,7 milhão e o de reabilitação profissional aproxima-se de 1,6 milhão, 15% mais do que em 1974. O número de excepcionais atendidos foi acima de 45 mil, 110% superior ao de 1974.

No que se refere aos seguros sociais, foi concedida renda mensal vitalícia a mais de 352 mil maiores de 70 anos ou inválidos, implantado o pagamento do salário-maternidade pelo INPS e posta em execução a lei que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de serviço público federal e de atividade privada, para efeito de

aposentadoria. Foram realizadas cerca de 2,9 milhões de perícias médicas, concedidos 2,3 milhões de benefícios e atendidos quase 2 milhões de acidentados, totais que representaram acréscimos em torno de 29%, 26% e 5%, respectivamente, em relação ao ano anterior.

A receita total do INPS — Cr\$ 48,7 bilhões — superou em cerca de 50% a de 1974, o que se deveu, em grande parte, ao aumento do número de segurados inscritos no sistema. Houve, no exercício, um saldo positivo de Cr\$ 3,3 bilhões.

Instituiu-se, na área de arrecadação, novo sistema de inscrição de contribuintes individuais, com utilização plena da rede bancária e simplificação de rotinas e exigências, mediante implantação de cadastro eletrônico.

O Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural — FUNRURAL concedeu, até 31 de dezembro de 1975, 1,2 milhão de aposentadorias por velhice, 77 mil aposentadorias por invalidez, 163 mil pensões por morte e 115 mil rendas mensais vitalícias a maiores de 70 anos ou inválidos, tendo sido concedidos 17 mil benefícios por acidentados do trabalho, a partir de 1.º de julho de 1975.

Foram construídas e equipadas, também pelo FUNRURAL, no atual Governo, 39 unidades hospitalares, com um total de 688 leitos, tendo sido recuperado um hospital de 70 leitos e iniciada a construção de 19 unidades com um total de 376 leitos.

À prestação de serviços assistenciais aos beneficiários rurais foi feita através de 2.255 convênios médico-hospitalares com Secretarias de Saúde estaduais, com a Fundação SESP e entidades beneficentes, 3.058 convênios médico-ambulatoriais com sindicatos rurais patronais, sindicatos de trabalhadores rurais, Secretarias de Saúde estaduais, prefeituras municipais, FSESP e outras entidades, e 2.445 convênios odontológicos com sindicatos rurais patronais, sindicatos de trabalhadores rurais, prefeituras municipais e outras entidades.

De 1970 a 1975, foram doados condicionalmente, pelo FUNRURAL, 2.634 gabinetes odontológicos fixos completos, 158 portáteis, 2.396 ambulatórios médicos e 100 unidades móveis de assistência.

O Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado — IPASE melhorou substancialmente a prestação de assistência médica, em decorrência da desburocratização, das reformas, ampliações e reequipamentos introduzidos nos hospitais, cujos dispêndios montaram aproximadamente a Cr\$ 29 milhões, bem como da adoção de medidas destinadas a aprimorar a mão-de-obra técnico-médica, utilizada nos diversos setores da assistência médica.

Os Hospitais dos Servidores do Estado, do Rio e de Brasília, que empregam as mais avançadas técnicas e os mais modernos equipamentos, estão sendo preparados para a realização das mais delicadas cirurgias, com plena segurança e risco mínimo.

A Legião Brasileira de Assistência — LBA, em sua programação de trabalho, executada em 1975, contemplou prioritariamente o atendimento de gestantes e crianças, especialmente do pré-escolar, e a promoção social da família.

Na Amazônia Legal, a LBA desenvolve extenso programa materno-infantil, por intermédio de uma rede de ambulatórios e centros sociais que integram sua estrutura própria, e, em termos de execução indireta, mantém 165 acordos com entidades estaduais, municipais e particulares, quase todas no interior dos Estados e Territórios, inclusive com a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública.

No âmbito do serviço social, eleva-se a 900 o número de convênios celebrados, beneficiando mais de meio milhão de clientes, cumprindo salientar que, na área da educação para o trabalho, foram mantidos cursos de iniciação profissional, num total de 7.020 turmas.

A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor — FUNABEM aplicou, em 1975, cerca de Cr\$ 70 milhões na efetivação de 11 convênios (enquanto que, entre 1966 e 1974, em 114 convênios, foram investidos Cr\$ 63 milhões).

A problemática do menor desassistido envolve parcela considerável da população brasileira, já que 52% desta são constituídos de indivíduos até 19 anos de idade. A fim de carrear recursos comunitários para projetos de desaceleração do processo de marginalização de menores, a FUNABEM montou um programa que, após mais de 30 experiências-piloto em vários Municípios brasileiros, permitirá, a partir de 1976, com base em um protocolo de cooperação assinado com o Banco Nacional de Habitação, implantar um Centro Integrado de Atendimento à Família em cada conjunto habitacional construído com financiamento dos agentes do sistema de habitação.

A par de sua atuação nacional a FUNABEM manteve, com lotação máxima (5.500 menores), seus estabelecimentos e escolas especializados, bem como extenso programa de pagamento *per capita* a quase 300 instituições particulares para menores, em todas as unidades da Federação.

A Central de Medicamentos — CEME, desde que passou para a área do MPAS, vem definindo políticas e implantando programas de estímulo à produção interna de matérias-primas químico-farmacêuticas e de apoio ao empresário nacional, no interesse da absorção, adaptação e criação de tecnologia químico-farmacêutica.

No tocante à distribuição de medicamentos à população carente, a CEME duplicou os índices de 1974, atingindo 30% da clientela previdenciária. O aumento da demanda levou-a a dinamizar ainda mais o processo de produção, modernizando os laboratórios integrantes do sistema oficial de fabricação.

A política da CEME baseia-se na concentração de recursos para aplicação na previdência social, voltando-se o órgão para a padronização de medicamentos e respectiva produção, distribuição e pesquisa, por intermédio da rede de laboratórios oficiais.

De acordo com a nova política de atuação, a CEME somará esforços com vistas ao atendimento de uma população composta de menores de 5 anos, gestantes, nutrízes e pessoas em geral carentes de recursos.

A Fundação Abrigo Cristo Redentor — FACR, sediada na cidade do Rio de Janeiro, melhorou e ampliou, em 1975, a assistência geral (médico-hospitalar, odontológica e de subsistência) prestada a mais de mil necessitados. A par do reaparelhamento das instalações e construção de um novo pavilhão para mais cem pacientes, entendimentos foram mantidos com a Secretaria de Assistência Social do MPAS para a implantação de serviços especialmente destinados à assistência gerontológica e geriátrica, em instalações adequadas.

O Hospital da FACR em Bonsucesso atendeu, em 1975, a clientela do INPS, mediante convênio, que agora abrangerá, também, a utilização do modelar Centro Cirúrgico recém-concluído.

A Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social — DATAPREV, criada em abril de 1975, objetivou estender o emprego da computação eletrônica a todas as áreas do Ministério da Previdência e Assistência Social.

As atividades iniciais do novo órgão foram orientadas no sentido de manter sem solução de continuidade os sistemas em operação no INPS, FUNRURAL e IPASE, otimizá-los e implantar outros de apoio à dinâmica do Ministério, organizar-se como empresa, providenciando suas instalações de emergência e projetando as definitivas, recrutar os recursos humanos indispensáveis ao seu funcionamento e renovar o seu equipamento técnico.

Para a instalação definitiva do sistema central de processamento, foi iniciada a construção de um edifício de 8.500 m², no Rio de Janeiro.

No que se refere à otimização dos sistemas em operação, cumpre destacar a reformulação completa do processo de concessão de benefícios, que possibilitou a obtenção de prazos de 48 horas nos grandes centros e de 10 dias, no máximo, em locais mais afastados.

POLÍTICA EXTERNA



POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Brasil é decorrência dos princípios que presidem, no plano interno, às realizações do Governo e, na sua condução, atém-se a diplomacia brasileira aos objetivos nacionais básicos do desenvolvimento e da segurança.

Para o Brasil, os valores da civilização ocidental são fundamentais: a própria cultura nacional é integrante dessa civilização, para cujo enriquecimento material e espiritual tem o povo brasileiro contribuído. Assim, a ação externa do Brasil projeta, necessariamente, esses mesmos valores no plano internacional, com toda a riqueza que encerram.

A política externa não se exerce num plano abstrato: ela se dirige a realidade determinada, o universo das Nações.

Para países de grandes potencialidades e projeção externa, como o Brasil, essa complexidade do quadro internacional é um desafio de presença, não de isolamento. O contato, a participação, o diálogo ensejarão ao País maiores possibilidades de atendimento aos interesses nacionais, enquanto o isolamento estiola a capacidade de atuar e de influir, seja no campo bilateral seja no da ação multilateral.

Daí a necessidade imprescindível de uma diplomacia moderna, ágil, dinâmica e eficiente, ajustada a tais princípios e realidades que enformam e condicionam a defesa dos interesses nacionais.

Atravessa o Brasil, nas suas relações internacionais, uma fase de transição. As superpotências vêm procurando

encontrar áreas específicas de convergência, num processo que, um tanto simplificada, se vem caracterizando como de distensão. Uma das conseqüências do processo é a abertura para um sistema de poder menos bipolarizado, que torne possível o relaxamento dos alinhamentos automáticos do pós-guerra. A recusa ao automatismo dos alinhamentos não significa, porém, o abandono dos valores tidos em comum com outras Nações. Significa, apenas, que a liberdade de ação, na esfera internacional, deve ser condicionada pelo interesse nacional.

A crise econômica mundial continua a constituir sério empecilho para o esforço de crescimento e elevação do padrão de vida dos países em desenvolvimento. Entretanto, a agravação dos problemas avivou a consciência da interdependência crescente nas relações econômicas internacionais. Deve-se explorar a forma criadora da interdependência, na superação das dificuldades do momento e na busca da solidariedade econômica internacional. A interdependência, contudo, não deve ser entendida como entrave ou restrição à soberana capacidade decisória dos Estados. Será, antes, conseqüência necessária das independências nacionais e não fórmula substitutiva de tais independências. Nesse sentido, pode-se falar numa interdependência horizontal, que substitua o conceito vertical, originado de estruturas coloniais.

AS GRANDES LINHAS DE ATUAÇÃO

O ano de 1975 assinalou-se por intensa atividade diplomática, nas linhas programáticas fixadas pelo Governo em março de 1974.

No que diz respeito às relações com os países latino-americanos, destacam-se as visitas feitas pelo Chefe de Estado ao Uruguai e ao Paraguai, durante as quais foram firmados importantes acordos com as duas repúblicas vizinhas.

Em retribuição à visita que fez a Brasília o Chanceler peruano, o Chanceler brasileiro visitou oficialmente o Peru, ocasião em que foram firmados novos acordos entre os dois países. A reunião da Comissão Mista Brasil-Peru, realizada em Lima, deu novo impulso à cooperação econômica entre os dois países. O Brasil recebeu a visita do Chanceler da Venezuela, com o qual foram examinados aspectos inéditos da cooperação bilateral. A visita ao Brasil do Chanceler argentino permitiu o exame conjunto de questões de interesse, nas relações bilaterais.

A cooperação entre o Brasil e a Bolívia foi incrementada com a vigência de créditos concedidos pelo Brasil para programas prioritários naquele país.

O Brasil reconheceu, no dia da independência, a nova República do Suriname e com ela estabeleceu relações diplomáticas.

O ano de 1975 viu, também, a adesão do Brasil ao Tratado da Antártida e o início de cooperação do Governo brasileiro com outros signatários desse Tratado.

No plano multilateral latino-americano, destaca-se a assinatura do convênio constitutivo do Sistema Econômico Latino-Americano — SELA, para cuja formulação final o Brasil contribuiu construtivamente.

Durante o ano, o Governo procurou ativar as consultas com os Estados Unidos da América, tanto em assuntos bilaterais, quanto em assuntos multilaterais.

Quanto à África, foi acentuado o esforço no sentido de expandir as nossas relações com aquela área prioritária da atuação diplomática brasileira.

O Ministro das Relações Exteriores visitou a Costa do Marfim, com proveitosos resultados para o intercâmbio bilateral.

Visitaram o Brasil o Presidente do Gabão e os Chanceleres do Quênia, de Guiné-Bissau, de Lesoto e do Zâmbia.

As nossas relações com a maior parte dos países do Oriente Próximo continuaram a desenvolver-se. Por ocasião da visita a Brasília do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Coveite, foram estabelecidas relações diplomáticas plenas com aquele país. Foi assinado Acordo de Cooperação Econômica e Técnica com a Arábia Saudita. Outros importantes documentos foram concluídos por missões brasileiras à Líbia e ao Irã.

O ano de 1975 assinalou-se por marcante aprofundamento nas relações com os países europeus ocidentais.

Durante a viagem à República Federal da Alemanha, foi assinado o Acordo de Cooperação para os Usos Pacíficos de Energia Nuclear. A visita serviu, também, para inaugurar consultas em nível político entre os dois Governos. As visitas a Londres, Paris e Roma tiveram o mesmo propósito de criar mecanismos de consulta inter-governamental, o que é indicativo do papel que o Brasil passou a desempenhar no cenário mundial.

Nessa ordem de idéias, foi importante a participação do Brasil na Conferência de Cooperação Econômica Internacional, reunida em Paris por convite do Presidente da França, onde passou a atuar de forma permanente nos comitês de Energia e de Financiamento.

Em conferências e organismos internacionais, a participação do Brasil foi intensa. Merecem relevo a VII Sessão Especial e a XXX Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas e a Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar.

Durante a VII Sessão Especial, a delegação do Brasil apresentou proposta sobre a negociação de acordo geral relacionado com o comércio entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, a qual foi passada à con-

sideração do IV UNCTAD e da XXXI Sessão Ordinária da Assemblêia Geral das Nações Unidas.

QUESTÕES DE POLÍTICA EXTERNA

Assuntos Americanos

Em julho, atendendo a convite do Presidente da República Oriental do Uruguai, o chefe do Governo visitou oficialmente a cidade de Rivera, sendo assinado, pelos Chanceleres do Brasil e do Uruguai, o mais amplo complexo de acordos de cooperação na história das relações entre dois países: Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, Protocolo de Expansão Comercial, Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, Convênio de Crédito para Aquisição de Bens de Capital Brasileiros, Convênio sobre Transporte Marítimo, Convênio sobre Transporte Fluvial e Lacustre e Acordos relativos ao financiamento brasileiro para a lavoura de trigo no Uruguai, interconexão elétrica, constituindo um grupo de trabalho binacional para estudar meios e modos de implementar a colaboração brasileira na construção da central hidrelétrica de Palmar, acordo pondo em vigor o acordo sobre a definitiva fixação da barra do Arroio Chuí e de seu limite lateral marítimo e acordo sobre obras de contenção do trecho final e da barra do Arroio Chuí.

Em dezembro, atendendo a convite do Presidente do Paraguai, o chefe do Governo realizou visita oficial a Assunção, acompanhado pelos ministros das Relações Exteriores, Exército, Fazenda, Transportes, Educação e Cultura, Minas e Energia e do Gabinete Militar da Presidência da República, ocasião marcada por importantes atos, entre os quais a assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação entre o Brasil e o Paraguai, a assinatura do Protocolo Adicional ao Tratado de Limites de 21 de maio de 1927, a entrega, a ambos os governos, do Plano Diretor de Integração dos Sistemas de Transportes do

Brasil e do Paraguai, elaborado pela Empresa Brasileira de Planejamento dos Transportes — GEIPOT, em decorrência do compromisso assumido pelo Governo brasileiro em 1974, e a assinatura, entre a ELETROBRÁS e a Itaipu Binacional, de contrato pelo qual a primeira concede recursos da ordem de Cr\$ 31,4 bilhões, a mais importante operação de financiamento já realizada por entidade brasileira.

A visita foi ainda marcada pela restituição, que pessoalmente fez o Chefe do Governo, do «Livro de Ouro», relíquia da guerra do Paraguai, ao Governo daquele País.

Visitou oficialmente o Brasil, em setembro de 1975, o Chanceler da Argentina, tendo sido recebido em audiência especial pelo Presidente da República.

Com a adesão ao Tratado da Antártida, em 16 de maio de 1975, e com a incorporação do citado ato internacional ao Direito brasileiro, através de decreto de promulgação, o Brasil passou a ser titular dos direitos e obrigações previstos naquele instrumento, do qual participam atualmente 19 Estados.

O Ministro das Relações Exteriores chefiou a Delegação do Brasil à VII Reunião dos Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, realizada em Cochabamba, entre 26 e 29 de maio de 1975, que adotou decisões referentes a assuntos financeiros e de infra-estrutura física e, em especial, a questões de ordem institucional.

Com a Bolívia, assinala-se a conclusão das negociações sobre os termos e condições dos créditos concedidos àquele país, nos montantes de us\$ 10 milhões, para estudos de viabilidade técnica do acordo sobre o gás natural, e de us\$ 50 milhões, na forma de contribuição para a constituição do Fundo de Desenvolvimento Nacional da Bolívia. Outro ponto de importância é representado pela acelerada implementação dos estudos relativos ao Plano Diretor de Vinculação Rodoviária, entre os dois países.

Com o Peru, assinalaram-se as visitas do Chanceler peruano ao Brasil e do Chanceler brasileiro a Lima, quando foram assinados o Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos e o Convênio de Cooperação Turística. Foi também celebrado com aquele país o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica e está em negociação um Tratado de Comércio.

Continuam os estudos sobre a execução do projeto bilateral da via interoceânica entre o Brasil e o Equador.

Com a Colômbia, foram assinados três importantes instrumentos bilaterais: o Convênio de Cooperação Técnica sobre Telecomunicações e Serviços Postais, o Convênio de Serviços de Telecomunicações e o Convênio Operacional e de Exploração dos Serviços de Telecomunicações entre a EMBRATEL e a TELECOM.

Nossas relações com a Venezuela foram marcadas pelas visitas de três Ministros de Estado venezuelanos ao Brasil, titulares das pastas de Relações Exteriores, Fazenda e Planejamento.

Na data da independência da mais jovem nação soberana da América do Sul, o Suriname, foi criada a Missão diplomática do Brasil em Paramaribo, após o estabelecimento das relações diplomáticas em nível de embaixada. Representou o Brasil nas cerimônias da independência daquele país o Ministro da Marinha.

O Governo brasileiro prestou assistência ao Haiti, atingido por fortes secas.

Registraram-se, outrossim, as visitas do Vice-Presidente do Panamá e do seu sucessor a Brasília.

O Vice-Presidente da Guatemala visitou, igualmente, a Capital da República.

O Chanceler brasileiro encontrou-se por três vezes com o Secretário de Estado norte-americano. Outrossim,

a convite do Governo, visitou o Brasil o Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Interamericanos, William Rogers.

No plano da cooperação bilateral, pode-se destacar a renegociação do acordo de pesca concluído entre os dois países em 1972. No novo instrumento, em que se salvaguarda a posição de ambos os países em matéria de águas territoriais, aceitaram os Estados Unidos a substituição do acordo de cessão de áreas para operação de pesqueiros estrangeiros pela constituição de empreendimentos conjuntos, através dos quais a indústria brasileira de pesca atinja uma participação crescentemente significativa na captura de pescado nobre nas costas norte e nordeste do País.

Em foros internacionais de produtos de base, não obstante as conhecidas diferenças de posição entre os dois países, foi possível a manutenção de um diálogo construtivo com o Governo norte-americano, especialmente no âmbito da Organização Internacional do Café, o que facilitou em grande medida a conclusão do III Convênio Internacional, que apresenta boas perspectivas de aprovação pelo Executivo dos EUA.

Por outro lado, certa recrudescência de tendências protecionistas nos Estados Unidos da América, exemplificadas sobretudo na aplicação de direitos compensatórios a produtos de exportação brasileira, contribuiu para criar preocupações quanto às perspectivas de desenvolvimento do comércio entre os dois países. Consultas de alto nível vêm sendo conduzidas para o exame conjunto dos problemas surgidos nas relações econômicas, havendo visitado o Brasil, para esse fim, o Subsecretário para Assuntos de Comércio, Charles Robinson, durante cuja visita foi instalado o Grupo Econômico Consultivo Brasil-EUA, e o Vice-Representante Especial do Presidente dos

EUA para Negociações Comerciais, Embaixador Yeutter, que participou das reuniões do Subgrupo Consultivo de Comércio.

África

Uma consistente ação diplomática e política permitiu caracterizar que o Governo brasileiro se sobrepõe a vicissitudes de toda ordem, na sua deliberação de tornar efetiva a aproximação com as nações do continente africano, nos campos político, cultural, econômico e comercial. Nos contatos havidos com os chanceleres africanos, por ocasião da XXX Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, ficou evidenciada a resposta positiva ao esforço brasileiro, a que vem correspondendo o crescente interesse dos países da área nas suas relações com o Brasil.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com todas as nações de língua portuguesa que alcançaram sua independência neste período: Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola. Igualmente, foi instalada no começo do ano a Embaixada do Brasil em Guiné-Bissau, cuja representação se estendeu a Cabo Verde.

Intensificou-se, de modo particular, o intercâmbio de visitas oficiais, como a do Presidente do Gabão, dos Chanceleres do Quênia, Guiné-Bissau, Lesoto e Zâmbia, além de numerosas outras personalidades e de missões, de nível ministerial ou técnico. O Chanceler do Brasil empreendeu viagem à Costa do Marfim, com promissores resultados para o intercâmbio bilateral e desenvolvimento de atividades similares em relação a outros países da costa ocidental africana. Com o apoio do Governo, teve expansão significativa a exportação de serviços de empresas brasileiras, como o atestam, por exemplo, importantes obras de construção civil na Mauritània e de telecomunicações na Nigéria, executadas por firmas brasileiras.

Oriente Próximo

Medida das mais importantes foi o estabelecimento de relações diplomáticas plenas com o Estado do Coveite — quarto fornecedor de petróleo, no Oriente Próximo, ao Brasil — por ocasião da visita oficial a Brasília, em fins de março, do Ministro dos Negócios Estrangeiros daquele país. No decorrer da mesma visita, foi assinado Acordo de Cooperação Econômica, que estimula a criação de comissão mista para coordenar a cooperação entre o Brasil e o Coveite.

Com a Árabia Saudita — principal fornecedor de petróleo ao Brasil — o Governo brasileiro assinou, em abril, Acordo de Cooperação Econômica e Técnica. A coordenação da cooperação entre os dois países ficará a cargo de uma comissão mista, criada pelo citado instrumento.

Missão chefiada pelo Secretário-Geral do Ministério da Indústria e Comércio assinou em Trípoli, em julho, protocolo pelo qual ficou criada a Comissão Mista Brasil-Líbia, com vistas a incrementar a cooperação econômica e comercial entre os dois países.

Como resultado de entendimentos mantidos, em Teerã, pelo Presidente do Banco do Brasil, foi concluído, em novembro, em Brasília, por troca de notas, acordo que institui a Comissão Mista Brasil-Irã, com o objetivo de ampliar a cooperação entre os dois países nos campos comercial, técnico e financeiro.

Extremo Oriente e Oceania

Verificou-se em agosto a visita do Vice-Primeiro-Ministro do Japão, que manteve conversações com o Chefe do Governo brasileiro e diversos Ministros de Estado e reafirmou os entendimentos havidos por ocasião da visita ao Brasil do Primeiro-Ministro daquele país, em se-

tembro de 1974, tendo declarado o propósito do Governo japonês de manter os compromissos assumidos com relação aos empreendimentos conjuntos em estudo nos setores da exploração de alumínio, produção de polpa de papel e no desenvolvimento do setor siderúrgico. Nessa oportunidade foi confirmada a visita do Presidente Geisel ao Japão em 1976, ocasião em que serão abordados os principais aspectos políticos e econômicos das relações bilaterais.

A fim de ampliar seus contatos e incrementar o intercâmbio comercial com os países da área, o Governo brasileiro providenciou a instalação das Embaixadas do Brasil em Daca, Jacarta e Pequim, criadas em 1974.

Europa Ocidental

Intensificaram-se os contatos de natureza bilateral e importantes instrumentos de cooperação foram firmados, criando mecanismos regulares de consulta política em alto nível e dispondo sobre a coordenação e intensificação do intercâmbio econômico, comercial, científico e tecnológico.

Notável incremento tiveram as relações com a República Federal da Alemanha. O Acordo de Cooperação para os Usos Pacíficos de Energia Nuclear, firmado em Bonn no mês de junho, pelos seus aspectos de transferência de tecnologia, terá histórico papel no desenvolvimento nacional. Em novembro, visitou o Brasil o Ministro do Exterior da República Federal da Alemanha, havendo, na ocasião, sido assinado um Protocolo de Cooperação Financeira. Em dezembro, em Brasília, foram trocados os instrumentos de ratificação do Acordo de Bitributação entre os dois países, cuja negociação se havia iniciado há sete anos.

No âmbito do Mercado Comum Europeu, o Governo brasileiro continuou a desenvolver vigorosa atividade no sentido de evitar os efeitos de certas medidas

discriminatórias da comunidade, ou seus membros individualmente, sobre as exportações brasileiras.

Em setembro, foram estabelecidas relações diplomáticas com a República da Irlanda.

Leste Europeu

No que concerne ao Leste Europeu, procurou o Brasil desenvolver novos mecanismos de comércio, mais adaptados à forma de operar, no comércio exterior, dos países socialistas.

Assim, realizaram-se, em 1975, reuniões das Comissões Mistas previstas nos respectivos acordos de comércio e pagamentos com a Polônia e Bulgária (janeiro), Tchecoslováquia e União Soviética (março) e Romênia (maio). Cabe também ressaltar as assinaturas do Acordo sobre Fornecimento de Maquinaria e Equipamento da URSS ao Brasil e sobre Fornecimento de Mercadorias Brasileiras à URSS e do Protocolo de intenções para a venda de minério de ferro à Polônia, e para a compra, pelo Brasil, de carvão coqueificável polonês, que entrou em vigor em outubro passado. A União Soviética utilizará os recursos gerados pelas compras brasileiras para a aquisição de mercadorias ao Brasil, incluindo artigos manufaturados e semi-manufaturados.

As relações comerciais do Brasil com a República Democrática Alemã foram institucionalizadas pela assinatura, em novembro de 1975, do Acordo de Comércio e Pagamentos, mantendo a moeda-convênio como meio de pagamento e criando a Comissão Mista Brasil-RDA.

Visitou o Brasil, oficialmente, o Presidente da República Socialista da Romênia.

Organismos Internacionais

No plano das relações hemisféricas, destacaram-se os trabalhos da Comissão Especial para estudar o Siste-

ma Interamericano e propor medidas para sua reestruturação. As emendas à Carta da OEA e projetos de novos instrumentos jurídicos, como o de Convenção sobre Segurança Econômica Coletiva para o Desenvolvimento, deverão ser submetidos à consideração de Assembléia Geral Extraordinária. O primeiro resultado do processo de reformulação do Sistema Interamericano concretizou-se na realização, em São José da Costa Rica, da Conferência de Plenipotenciários para a Reforma do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, em que se aprovou, com o apoio do Brasil, o Protocolo de Emendas ao TIAR, tendo sido incorporado, ao novo texto, dispositivo reconhecendo que, para a manutenção da paz e da segurança no continente, deve garantir-se, também, a segurança econômica coletiva para o desenvolvimento dos Estados-membros. Além da Assembléia Geral de praxe, a Organização auspiciou a realização da V Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho. O Brasil participou das conferências preparatórias e assinou o convênio constitutivo do Sistema Econômico Latino-Americano — SELA.

No âmbito da Associação Latino-Americana de Livre Comércio — ALALC, o Brasil participou das denominadas «Negociações Coletivas», visando primordialmente à dinamização do organismo através da criação de novos instrumentos de desgravação tarifária, com vistas à expansão e diversificação do intercâmbio intra-regional. Dentre os novos mecanismos tarifários cuja institucionalização se busca na ALALC, cabe destacar o que deverá permitir aos Estados-membros concertarem entre si acordos multissetoriais por pares ou grupos de países, cujas concessões beneficiarão unicamente aos países participantes. A par dessa abertura inovadora, cumpre salientar a ampliação ou renegociação de vários acordos setoriais de complementação industrial firmados pelo Brasil na ALALC e relativos aos setores químico-farmacêutico, petroquímico, fotográfico e de corantes e pigmentos,

áreas particularmente dinâmicas do parque manufatureiro latino-americano e de tecnologia bastante desenvolvida. Por outro lado, o Brasil manteve a ALALC à margem das restrições impostas às importações, de acordo com a diretriz de cumprimento integral dos compromissos assumidos no âmbito do Tratado de Montevideu, beneficiando fortemente os parceiros do continente, pois a elevação da alíquota para terceiros países ampliou significativamente a margem de preferência para os produtos importados da Zona.

Na VII Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas, a delegação do Brasil apresentou proposta sobre as relações comerciais internacionais, que se desenvolveu posteriormente, durante a sessão ordinária da Assembléia Geral. Trata-se de negociação de um acordo geral sobre comércio entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento que proporcione uma matriz político-jurídica para negociações específicas, preenchendo lacunas de acordos existentes e corrigindo distorções resultantes de uma visão centrada nos países desenvolvidos. Tal acordo reconheceria, aos países em desenvolvimento, direito de acesso aos mercados dos países desenvolvidos para seus produtos de exportação, primários e manufaturados, bem como ao mercado de bens indispensáveis ao processo de desenvolvimento. Aos países desenvolvidos seria reconhecido o direito de garantias de suprimento de matérias-primas em condições equânimes de preço. Por sua complexidade, a proposta, que significaria na realidade construir um novo ordenamento para o comércio mundial, não pôde ser examinada em todos os seus aspectos pela Assembléia, que a remeteu, para consideração, à XXXI Assembléia Ordinária e IV Sessão da UNCTAD.

Durante a XXX Assembléia Ordinária, tiveram grande importância para o Brasil os temas do desarmamento e dos usos pacíficos do espaço exterior. A atua-

ção brasileira na consideração da questão do desarmamento visou a rejeitar os projetos de resolução que tendiam a limitar o acesso dos países em desenvolvimento à tecnologia nuclear para fins pacíficos e apoiar medidas que tinham por finalidade reduzir ou mesmo eliminar, sob efetivo controle internacional, o estoque de armas atômicas. No âmbito do uso pacífico do espaço exterior, a Assembléia continuou o exame da proposta apresentada, em 1974, pelo Brasil, Argentina e outros países latino-americanos, de um tratado que disciplina o sensoreamento remoto, por meio de satélites artificiais, dos recursos naturais da terra, recomendando que o Comitê Especial sobre os Usos Pacíficos do Espaço Exterior aprofundasse esse estudo.

Entre os inúmeros temas constantes da agenda da Assembléia Geral das Nações Unidas, os itens sobre descolonização receberam especial ênfase, no tratamento das questões da Namíbia e da Rodésia. A delegação do Brasil pautou sua atuação segundo a posição tradicional de repúdio a toda e qualquer forma de colonialismo, discriminação social e racismo. Sobre a questão do Timor português, a delegação brasileira apoiou resolução que exigiu a retirada de tropas invasoras, em apoio aos princípios da independência, integridade e autodeterminação dos antigos territórios coloniais.

Quanto à questão do Oriente Médio, o Brasil manteve, nas Nações Unidas, sua posição de princípio: sem deixar de reconhecer a Israel, como aos demais países da região, o direito à existência como Estado, o Brasil reconhece os direitos inalienáveis do povo palestino à autodeterminação e soberania, condição indispensável à solução do conflito da região. Reafirmou também sua posição tradicional no sentido de concitar Israel a acatar decisões e resoluções pertinentes do Conselho de Segurança, tendo sempre por finalidade o estabelecimento de uma paz justa e duradoura na região. Nesse sentido, o

Brasil considera que a ocupação de territórios pela força deve cessar.

O Brasil acompanhou o consenso em torno do projeto de resolução que solicitou ao Comitê *Ad Hoc* de Revisão da Carta das Nações Unidas continuar, por mais algum tempo, seus estudos sobre matéria tão complexa. Entende o Brasil que o *aggiornamento* das Nações Unidas deve compreender a adoção de medidas que possam ser levadas a efeito desde já, pela dinamização das estruturas existentes, independentemente de modificações no documento básico da Organização, que é a tarefa daquele Comitê *Ad Hoc*.

Na Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, realizada na cidade do México, a delegação brasileira apoiou decisões que ressaltavam o papel da mulher no desenvolvimento mundial, atribuíam prioridade para a ação governamental no tratamento do assunto e respeitavam as características inerentes a cada país.

A conferência sobre o Direito do Mar, com a tarefa de elaborar uma nova ordem jurídica para os oceanos, dentro de quadro político e estratégico de extrema complexidade, não pôde, ainda, na sessão de Genebra de 1975, chegar ao estado decisório. A grande conquista daquela reunião foi a crescente adesão dos diversos países à idéia de uma área de 200 milhas marítimas, nas quais o país costeiro terá um somatório de direitos, fórmula esta que começa a incluir alguns dos elementos que caracterizam o nosso mar territorial de 200 milhas. A próxima sessão da Conferência, em 1976, pretende ser a última e decisiva e terá, como base de negociações, textos elaborados pelos presidentes de suas três comissões, à luz dos diversos interesses e posições manifestados até o momento. Trata-se, entretanto, de uma Conferência essencialmente política, cujas decisões ultrapassam o mero concerto de definições jurídicas.

Na LX Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, dois fatos importantes assinalaram a participação do Brasil: sua eleição para o Conselho de Administração da OIT, por expressiva votação, significativa do prestígio do País na Organização, e, em segundo lugar, a aprovação, na Comissão de Resoluções e em plenário, de projeto brasileiro de Resolução sobre a Reabilitação e Reintegração Profissional de Pessoas Incapacitadas.

Na XIX Sessão da Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica, a delegação do Brasil formalizou convite, acolhido na ocasião, para que se realize no Rio de Janeiro, em setembro de 1976, a XX Sessão da Conferência.

Foi o Brasil eleito, na XVIII Conferência da FAO, para o recém-criado Comitê de Políticas e Programas de Ajuda Alimentar, que substitui o Comitê Intergovernamental do Programa Mundial de Alimentos. Foi reeleito para o Conselho Executivo da Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO, durante a IX Conferência da Comissão, e reconduzido, por expressiva maioria, ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, para exercer seu terceiro mandato consecutivo. Foi, também, eleito para a Presidência do Conselho de Representantes do GATT.

Temas Econômicos

Alguns temas econômicos, de especial relevância, exigiram atenção prioritária do Governo.

A Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional, convocada por iniciativa do Presidente da França e integrada por 8 países industrializados (dentre eles a Comunidade Econômica Européia, considerada como um só país, para efeitos de participação) e por 19 países em desenvolvimento, teve o sentido de buscar soluções pragmáticas para a crise econômica internacional, exacerbada após elevação dos preços do petróleo em

outubro de 1973. Originalmente concebida como uma Conferência sobre Energia — e nesse caso se restringiria a um diálogo entre as grandes nações produtoras e consumidoras de petróleo — foi ela transformada, ao longo de sua fase preparatória, em um foro de maior alcance, graças à ação coordenada dos países em desenvolvimento. Desdobrada em quatro comissões (energia, matérias-primas, desenvolvimento econômico e assuntos financeiros), a Conferência de Paris constituiu uma oportunidade de relacionamento econômico entre o mundo industrializado e os países em desenvolvimento, fora do clima de confrontação que vem entorpecendo o funcionamento das organizações internacionais, criadas no pós-guerra. Como país em desenvolvimento, duramente atingido pelos efeitos cumulativos da crise do petróleo e da recessão econômica mundial, o Brasil terá participação ativa na Conferência de Paris, cujos trabalhos substantivos se iniciarão propriamente em 1976.

O Acordo de Cooperação para os Usos Pacíficos de Energia Nuclear entre o Brasil e a RFA constitui um marco na história recente das relações entre países industrializados e países em desenvolvimento; prevê a transferência de um pacote tecnológico completo, que permitirá o desenvolvimento, no Brasil, de todo o chamado ciclo do combustível, garantindo, a longo prazo, a autonomia do País em setor de vital importância, do ponto de vista exclusivo da geração de energia, e de efeito multiplicador incalculável para a indústria brasileira de equipamentos pesados e componentes, bem como para a formação de recursos humanos, no campo específico da indústria nuclear e outras correlatas. Sua conclusão situa o Brasil, aos olhos do mundo desenvolvido, como parceiro válido em campos de cooperação econômica antes ciosamente reservados ao relacionamento especial entre países industrializados.

Prosseguiram em 1975, em Genebra, os trabalhos dos diversos Grupos em que se decompõem as Negocia-

ções Comerciais Multilaterais — NCMS, lançados oficialmente em Tóquio, em 1972, mas só efetivamente iniciados após a promulgação da Lei de Comércio norte-americana, em fins de 1974. Nelas, tem o Brasil uma participação ativa, procurando obter a aceitação, nos vários grupos de negociação, de princípios que impliquem, na prática, uma reforma do Acordo Geral — GATT. Entre esses princípios, o Brasil defende especialmente o de um tratado diferenciado favorável aos países em desenvolvimento, em todas as áreas de negociações (tarifária, não-tarifária e normativa). Alguns resultados parciais foram obtidos nesta fase preliminar das negociações, admitindo os países desenvolvidos, por exemplo, a viabilidade de tratamento diferenciado na área de subsídios e direitos compensatórios.

A negociação de novos acordos de café e de cacau em 1975 evidenciou as possibilidades de um entendimento profícuo e de um equilíbrio de vantagens entre países produtores e consumidores de produtos de base. O segundo Acordo Internacional de Cacau, negociado e concluído sob os auspícios da UNCTAD, vigorará a partir de outubro de 1976. Nele foram mantidos os mesmos princípios básicos do primeiro acordo, que deixou de funcionar ante a alta violenta dos preços em 1973-1974; aprimoraram-se vários de seus mecanismos, elevando-se de forma substancial a faixa de preços, a qual poderá ainda sofrer revisões periódicas durante os 5 anos de vigência do instrumento. O terceiro convênio do café, também a vigorar por seis anos, a partir de 1976, representa um notável aperfeiçoamento com relação aos acordos de 1962 e 1968, permitindo composição altamente satisfatória de interesses, não só entre produtores e consumidores, como também entre os vários subgrupos de produtores. Uma de suas inovações mais relevantes é o sistema de cotas flexíveis, sujeitas a revisão anual, com uma parte variável calculada em função dos estoques dos membros produtores.

Em outros setores de atividade econômica, continuou o Brasil atuando na defesa dos objetivos nacionais de desenvolvimento, ao participar de negociações multilaterais no âmbito de conferências e agências especializadas da ONU (UNCTAD, FAO, OMPI, UNIDO, IMCO e outras) e de negociações bilaterais, notadamente nos campos de transportes marítimos e aéreos, pesca, acordos de bitributação, ampliação das relações econômicas com os países produtores de petróleo e outras nações em desenvolvimento e levantamento de recursos para o financiamento de programas nacionais de desenvolvimento.

JUSTIÇA



POLÍTICA INTERNA

O ano de 1975, marcado por um entendimento normal e proveitoso entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, registrou a presença, por numerosas vezes, de Ministros de Estado perante Comissões Técnicas das duas Casas do Congresso, para o fornecimento de informações sobre programas governamentais ou para a participação em simpósios, seminários e outras reuniões. Tal prática confirma a preocupação do Governo de manter a opinião pública nacional informada, através de seus representantes no Legislativo, sobre o encaminhamento de soluções para problemas de interesse coletivo.

A renovação das lideranças partidárias nos planos nacional e estadual foi precedida de ampla e livre divulgação, por todos os veículos de comunicação social.

A participação dos jovens e dos operários na vida política do País continua sendo estimulada pelo Governo, no âmbito das agremiações partidárias. Dentro das universidades e dos sindicatos, entretanto, essa atividade não pode ser tolerada, sob pena de serem distorcidas as finalidades de tais instituições.

Assegurou-se liberdade de informação aos veículos de comunicação de massa, com restrições, apenas, às publicações ofensivas à moral e aos bons costumes e àquelas contestadoras dos objetivos da Revolução.

Efetivou-se a implantação do novo Estado do Rio de Janeiro, tendo sido a sua Constituição promulgada, solenemente, em 23 de julho de 1975, pela Assembléia Constituinte, agora dedicada às atividades legislativas normais.

ORDEM JURÍDICA

O diagnóstico da situação do Poder Judiciário, elaborado sob a coordenação do Presidente do Supremo Tribunal Federal, significou iniciativa básica para a atividade de reestruturação desencadeada no âmbito da Justiça.

Os projetos do novo Código Civil, do Código de Processo Penal e de lei dispendo sobre alterações no Código Penal foram concluídos e submetidos ao Congresso Nacional.

Votou-se nova Lei de Registros Públicos. Tiveram andamento as atividades de elaboração de anteprojetos de lei, destacando-se o do novo Código Nacional de Trânsito, o da Consolidação das Leis do Trabalho, o da Criação de Novas Juntas de Conciliação e Julgamento, o de Normas Gerais de Regime Penitenciário e da Organização Judiciária, e o do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios. Todos serão encaminhados brevemente ao Legislativo.

Foi regulamentada a Lei n.º 5.988, de 14 de dezembro de 1973, e vinculado ao Ministério da Educação e Cultura o Conselho Nacional do Direito Autoral.

Com a reforma e a modernização da estrutura básica do Ministério da Justiça, através do Decreto nº 76.387, de 2 de outubro de 1975, vão ser acelerados os projetos de Consolidação e Atualização Legislativas, da Reforma do Sistema Penitenciário, do Registro Nacional das Pessoas Naturais e do Sistema Nacional de Arquivos.

SEGURANÇA INTERNA

A atividade de reciclagem e preparação de pessoal para o Departamento de Polícia Federal intensificou-se com a aprovação do aumento do seu efetivo atual de 5.029 para 17.087 policiais, num período de 8 anos. A habi-

litação desses novos contingentes exigirá redobrado esforço da Academia Nacional de Polícia que, para isso, será reestruturada. Sua nova sede, adequadamente equipada, tem inauguração prevista para 1976.

O Departamento de Polícia Federal vem intensificando sua atuação na faixa de fronteira e em outras áreas de interesse para a segurança nacional, aparelhando-se, materialmente, em vários Estados. Foram concluídas as sedes regionais em Porto Velho, no Território de Rondônia, em Chuí e Jaguarão, no Rio Grande do Sul. Outras obras semelhantes foram iniciadas em Fortaleza e Campo Grande. Espera-se para 1976 a conclusão do edifício-sede da Direção Geral em Brasília.

O Serviço de Telecomunicações está sendo reaparelhado com moderno sistema de operações táticas.

Foi ampliada, em 1975, a frota de veículos operacionais em todo o País.

Encontra-se em estudos a modernização do Serviço Nacional de Identificação, através da aquisição de aparelhagem eletrônica para tomada e leitura de impressões digitais.

Está sendo adquirido moderno equipamento para a implantação do centro de microfilmagem, imprescindível à recuperação da informação, em tempo útil, não só no campo específico da operação policial, como no que concerne à segurança interna.

A implantação de um centro de processamento de dados, interligando, por meio de terminais, os órgãos regionais do Departamento, completará a série de medidas em proveito da melhoria de seus índices de eficiência.

AÇÃO SOCIAL

Sistema Penitenciário

Evidenciando-se que não seria aconselhável desviar os conselhos penitenciários de suas atividades próprias,

mas, ao contrário, prestigiá-los como órgãos auxiliares, ao mesmo tempo da administração penitenciária e do juízo da execução penal — com a maior proximidade possível da população prisional — preferiu o Governo criar, no Ministério da Justiça, o Conselho Nacional de Política Penitenciária, que será órgão de assessoramento de alto nível, para a realização de estudos e a formulação de recomendações e normas, com o objetivo constante de aprimorar o sistema.

Atuará também este Conselho, com o apoio do Departamento Penitenciário Federal — recentemente criado — no equacionamento e na busca de soluções para os problemas ligados à área da defesa social, desde a prevenção do delito e tratamento dos delinqüentes até a permanência ou reintegração deles no convívio da comunidade.

É oportuno assinalar que o Governo decidiu ampliar, em caráter excepcional, no Ano Santo em 1975, os benefícios do decreto natalino de indulto e comutação de penas, acolhendo pedido da Comissão de Pastoral Penal da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Essa ampliação não deve ser entendida como ato de pura liberalidade do Presidente da República, senão como prova do espírito cristão do povo brasileiro, que certamente se apercebeu das condições e exigências estabelecidas no Decreto n.º 76.550, de 5 de novembro de 1975, a fim de que os sentenciados sejam estimulados à boa conduta carcerária e ao esforço para uma vida honesta, no seio da família e da sociedade.

Problemas do Trânsito

Nesta área, entendeu o Governo que o Conselho Nacional de Trânsito, órgão central do Sistema Nacional de Trânsito, necessitava de suporte administrativo que assegurasse, efetivamente, sua ação fiscalizadora.

Para atender às exigências relativas à execução, coordenação e controle da política nacional de trânsito, vem sendo implantado o Departamento Nacional de Trânsito, objetivando prestar apoio técnico, administrativo e financeiro ao órgão central normativo, bem como realizar pesquisas concernentes à segurança do trânsito e promover a formação e treinamento de pessoal especializado, em colaboração com órgãos estaduais.

Com a vigência do novo Código Nacional de Trânsito, a ser apreciado pelo Congresso Nacional, espera-se que as medidas por ele contempladas sejam eficazes no combate aos males do tráfego urbano e rodoviário.



FORÇAS ARMADAS



ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

O Estado-Maior das Forças Armadas, cumprindo sua destinação, desenvolveu intensos trabalhos visando à integração e à coordenação das Forças Singulares — Marinha, Exército e Aeronáutica —, nos diversos aspectos de interesse comum. Através do Conselho de Chefes de Estado-Maior das três Forças Armadas orientou e coordenou estudos de alta relevância, relacionados a Política e Estratégia Militares, Planejamento Militar Combinado, Serviço Militar, Mobilização, Pesquisa, Tecnologia e Indústria Militar. Integrou, ainda, diversas comissões e conselhos interministeriais, onde foi tratada matéria de alto significado no âmbito federal.

Entre os vários trabalhos de relevo, desenvolvidos pelo Estado-Maior das Forças Armadas, em 1975, figuram: o estudo da legislação de mobilização e das normas para sua execução; o estudo militar do Sistema Portuário Nacional; o estudo de um plano básico de coordenação das pesquisas científicas e tecnológicas das Forças Armadas; a realização de três simpósios regionais e do 1º Simpósio Nacional do Serviço Militar, visando à análise e ao debate da sua problemática; além disso, a Comissão de Alimentação das Forças Armadas — CAFA, em convênio com a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, desenvolveu e testou, com êxito, vários alimentos (leite, creme, farinha, macarrão, pão e outros) com base na soja, visando a melhorar o valor protéico e abaixar o custo de alimentação nas Forças Armadas. Firmou, também, convênio com o Governo do Distrito Federal, no sentido de produzir estes alimentos em escala semi-industrial para

iniciar, em 1976, a sua utilização regular nas Forças Armadas.

O Estado-Maior das Forças Armadas tem extrapolado suas missões no campo social, prestando, através do Hospital das Forças Armadas, intenso atendimento à comunidade, incluindo militares e civis, e dando apoio às organizações de saúde da área, sobretudo no campo da medicina especializada, no setor cirúrgico e de terapia intensiva, além de celebrar convênios com entidades civis, às quais também presta serviços.

A Escola Superior de Guerra, órgão subordinado ao EMFA, desempenhou, com êxito, sua importante tarefa de formar novos quadros de líderes de alto nível, tanto militares como civis, pertencentes às principais classes representativas do País.

MARINHA

No cumprimento de suas tarefas específicas, a Marinha realizou, no decorrer de 1975, várias operações, visando à sua permanente preparação e atualização; em conjunto com outras Marinhas, realizou exercícios que proporcionaram proveitoso intercâmbio de experiências e conhecimentos.

Concomitantemente com as operações de aprestamento das Forças Navais, Aeronavais e do Corpo de Fuzileiros Navais, foram realizadas viagens de adestramento para alunos das Escolas de Formação de Oficiais. Dentre as operações, manobras e exercícios de maior vulto, e cujas realizações já assumiram caráter anual sistemático, destacam-se: a Operação *Unitas XVI*, realizada nas costas do litoral brasileiro, com a participação das Marinhas da Argentina, Brasil, Estados Unidos e Uruguai, com ênfase nos exercícios de guerra anti-submarino e anti-aéreo, nas ações de superfície e nas operações aéreas; Operação *Ninfas IV*, realizada no trecho do rio Paraguai

entre Ladário e Assunção, juntamente com a Marinha do Paraguai, visando ao adestramento em ações antiguerrilhas; Operação *Veritas III*, operação anfíbia realizada no Mar das Caraíbas, com a participação de unidades navais e de tropas do Corpo de Fuzileiros do Brasil e dos Estados Unidos; Operação *Dragão XI*, operação anfíbia de grande envergadura, realizada, este ano, no litoral do Estado de Santa Catarina, envolvendo um grande número de navios e de militares da Marinha brasileira.

A Flotilha do Amazonas, juntamente com um contingente de tropa do Exército, participou da Operação *Tefé*, com a finalidade de adestrar as unidades das Forças Armadas sediadas na Região Amazônica.

Além dessas tradicionais operações, foram realizados exercícios bilaterais com as marinhas da França e da Inglaterra, bem como outras, para adestramento de minagem e varredura, bombardeio de costa, defesa antiaérea e incursão anfíbia.

Os navios da Força de Transportes, além de participarem de operações anfíbias e de diversas missões de apoio, foram, também, empregados no transporte de carga não-militar, navegação de pequena cabotagem, complementando esse setor, onde o atrativo comercial ainda é desprezível.

As Forças Distritais realizaram o patrulhamento do mar territorial e das bacias fluviais, especialmente as dos rios Amazonas e Paraguai, proporcionando, ao mesmo tempo, assistência médica e odontológica às populações ribeirinhas.

Foram realizadas, ainda, comissões hidrográficas de levantamento de trechos da costa e de rios nacionais, propiciando a elaboração e atualização de cartas e publicações de auxílio à navegação; feitas diversas comissões oceanográficas, envolvendo operações de correntometria, geologia marinha, oceanografia física e meteorologia, e comissões de sinalização náutica, visando à manutenção

do balizamento em auxílio à navegação ao longo da costa brasileira.

Organização e Aparelhamento

A estrutura básica da Organização da Marinha sofreu alterações, impostas pelo dinamismo da ação administrativa moderna, visando à concentração de esforços e à racionalização das atividades, com o propósito de simplificação de processos e economia de meios. Assim, no decorrer do ano de 1975, foram desativados alguns comandos e grupamentos de tropa, dando margem à criação do Centro de Análise de Sistemas Navais, do Instituto de Processamento de Dados e Informática da Marinha, do Grupo de Desenvolvimento Submarino, da Estação Naval do Rio Negro, do Centro Eletrônico da Marinha e da Comissão Naval de São Paulo. Outras modificações foram levadas a termo, visando a uma operacionalidade mais eficiente da Força Naval.

A política de conquista de novos mercados e de maior participação nos fretes, para obtenção de menores custos de exportação, acarretou o crescimento acelerado da Marinha Mercante, exigindo um reaparelhamento compatível das Forças Navais. Isto, no entanto, representa vultoso investimento, que dependerá de uma programação consoante com a situação econômico-financeira do País.

Para compatibilizar o desejável com o factível, vem a Marinha cumprindo criterioso Plano de Renovação e Ampliação dos Meios Flutuantes, Aéreos e do Corpo de Fuzileiros Navais, com construções, no País e no exterior, paralelamente a um programa de baixas e desativações de unidades consideradas obsoletas.

Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Graças à existência de um Sistema Setorial de Ciência e Tecnologia da Marinha, constituído das Diretorias

Especializadas, Instituto de Processamento de Dados e Informática, Centro de Análise de Sistemas Navais, Escritório Técnico de Construção Naval, em São Paulo, e Instituto de Pesquisas da Marinha, pôde a Marinha dedicar maiores esforços no campo das pesquisas científicas e tecnológicas, o que se evidenciou pela inclusão de muitos de seus projetos no II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Tal fato deve-se, principalmente, à necessidade de preparar recursos materiais e humanos para poder absorver novas e avançadas tecnologias com seu atual Programa de Renovação de Meios Flutuantes.

Durante o ano de 1975, foram firmados diversos contratos com a Empresa de Computadores e Sistema S/A — COBRA, pertencente ao grupo da DIGIBRÁS, para elaboração de projetos de equipamentos simuladores dos sistemas digitais e de componentes das novas fragatas, que possibilitarão o desenvolvimento da versão civil do mini-computador brasileiro, que está sendo construído para a Marinha.

No campo da construção naval, em cumprimento ao convênio firmado com a Universidade de São Paulo e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, deu-se continuidade ao programa de formação de pessoal, em níveis de graduação e pós-graduação de engenharia naval, bem como às pesquisas e ao desenvolvimento de projetos de navios mercantes e de guerra.

O Instituto de Pesquisas da Marinha, com o suporte técnico e financeiro da FINEP, BNDE, CNPq, SUDEPE e outras entidades, prosseguiu no cumprimento do Projeto Cabo Frio, objetivando a criação de uma infra-estrutura para o complexo pesqueiro e a fertilização das águas do mar; do Projeto de Concentrado Protéico de Pescado, cuja fábrica-piloto vem produzindo farinha de peixe para fins alimentícios; do Projeto de um Receptor de Navegação por Satélite, em fase de fabricação do protótipo; e de

diversos projetos de desenvolvimento de equipamentos militares.

A Diretoria de Hidrografia e Navegação, através dos navios *Almirante Saldanha* e *Almirante Câmara*, participou de pesquisas oceanográficas nas costas brasileiras, juntamente com outras Marinhas, obtendo dados maregráficos e batitermográficos do Atlântico Sul, que serão usados na preparação de cartas sonar e de pesca, e processados no banco de dados que integra o Sistema Mundial de Dados Oceanográficos. Além disso, o navio-oceanográfico *Almirante Câmara* realizou a Operação Geomar VII, fase executiva do Programa Nacional de Geologia Marinha, para pesquisa da Geologia e Geofísica Marinha, no litoral brasileiro. Participaram dessa operação professores, estudantes e pesquisadores, todos de instituições nacionais, interessados no preparo de pessoal de estruturas científicas operacionais brasileiras. Após concluir essa operação, executou a Seremar V destinada ao estudo sistemático do fenômeno da ressurgência nas proximidades de Cabo Frio. Tais operações propiciaram um conhecimento melhor das riquezas marítimas de nosso mar territorial.

A Diretoria de Comunicações e Eletrônica da Marinha contribuiu também, ativamente, para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, tomando a iniciativa na elaboração de projetos de equipamentos eletrônicos nacionais, de interesse, tanto na área militar como na civil, e de nacionalização de componentes eletrônicos.

Um importante passo no campo da tecnologia foi dado com a conclusão da primeira etapa do desenvolvimento do Projeto Guarany — o Protótipo de Laboratório — um minicomputador, planejado e realizado inteiramente no País, para uso em laboratório, instrumentação e aplicação científica em engenharia.

Na execução das atividades de pesquisas e desenvolvimento científico e tecnológico, a Marinha contou com

o franco apoio das outras Forças Singulares, das entidades civis ligadas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, das instituições universitárias e de entidades privadas, nacionais e estrangeiras.

Colaboração ao Desenvolvimento Econômico do País

A Marinha prosseguiu colaborando para o desenvolvimento econômico do País, auxiliando a indústria, através de suas bases e arsenais, e procurando interessá-la na busca de progressiva nacionalização do material naval em geral. Tal atuação fez-se sentir, mormente no campo da construção naval e nacionalização de equipamentos eletrônicos, muito embora também tenha contribuído com recursos humanos e materiais, nos demais setores da vida econômica.

Coerente com a política atual de desenvolvimento do País, esforçou-se em manter, como objetivo principal na área econômica, a substituição progressiva de importação de equipamentos, armas, viaturas de combate, munição e, dentro das possibilidades, dos meios flutuantes. Tal filosofia, além de estimular o crescimento da economia nacional, contribui, paralelamente, para o esforço do Governo na contenção das importações.

A construção de embarcações de apoio e de certos tipos de navios pouco sofisticados foi contratada com estaleiros particulares, aliviando o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro dessas atividades e, ao mesmo tempo, estimulando a indústria de construção naval brasileira.

Assim, durante o ano de 1975, foram construídos três navios de patrulha fluvial de 45 metros, pelo Estaleiro MacLaren, de concepção inteiramente nacional; concluídas duas lanchas-patrulha e de polícia naval, e iniciada a construção de sete lanchas balizadoras, pelo Estaleiro CARBRASMAR. A Indústria de Comércio e Navegação

está construindo quatro navios e a Empresa Brasileira de Indústria Naval está ultimando a entrega de um navio-faroleiro.

O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro prossegue na construção de duas fragatas, idênticas às que estão sendo construídas no exterior, proporcionando, desta forma, economia de divisas e capacitando a indústria brasileira a desenvolver projetos semelhantes, no futuro.

Colaboração ao Desenvolvimento Social do País

Durante o ano de 1975, a Marinha preparou considerável parcela da comunidade nacional, através de formação técnico-profissional de militares, civis e de marítimos, nas Escolas de Formação de Oficiais e de Sargentos, Escolas de Aprendizes-Marinheiros, Escolas Técnicas, Centros de Instrução e Núcleos de Formação de Reservistas.

Ainda visando ao aprimoramento técnico-cultural do marítimo, foram instaladas, em convênio com o Instituto Nacional do Livro, salas de leitura nos navios incorporados à frota nacional; celebrados convênios com o Governo do Rio Grande do Sul e com a Companhia dos Terminais Pesqueiros do Rio Grande do Sul — COTEPE para a implantação de uma escola de pesca e de ensino profissional; e com o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra, do Ministério do Trabalho, para a obtenção de recursos destinados à formação dos pescadores e marítimos das regiões Norte e Nordeste; realizados cursos de treinamento de curta duração e estágios para estudantes universitários de engenharia cartográfica.

No setor médico-hospitalar, prestou-se assistência aos militares e seus dependentes nos hospitais navais, através de 200.565 consultas médicas, 146.456 atendimentos odontológicos e 12.947 internações.

No campo de assistência social, as Casas do Marinheiro e os Núcleos de Assistência Social dos Distritos Navais orientaram e executaram a assistência educacional, financeira, recreativa, jurídico-social, moral e religiosa, aos militares e seus dependentes, contribuindo para a integração do homem ao meio e participando, com isso, conscientemente, do processo de desenvolvimento do País.

Como nos anos anteriores, a Marinha colaborou com o Governo Federal na atuação dos projetos Rondon e Mauá, apoiando-os com recursos materiais e humanos. Além do auxílio rotineiro prestado às populações ribeirinhas das diversas regiões, notadamente na Amazônia, pelos navios das flotilhas do Amazonas e de Mato Grosso e do Grupamento Naval do Norte, enfatizou-se a vacinação intensiva contra a meningite. Também durante as manobras militares do Corpo de Fuzileiros Navais, foi praticada Assistência Cívico-Social — ACISO aos habitantes dos locais visitados.

Por ocasião das enchentes do rio Capibaribe e das calamidades públicas na cidade de Blumenau, a Marinha prestou auxílio aos flagelados, empregando seus helicópteros na remoção de vítimas e na prestação de primeiros socorros. Com esse mesmo espírito de solidariedade humana, foram orientadas as embarcações portuguesas e angolanas perdidas nas costas brasileiras, tendo sido seus tripulantes recolhidos por unidades navais.

EXÉRCITO

Cumprindo sua destinação constitucional, o Exército empenhou-se no planejamento, na preparação e na permanente vigilância para o exercício de seus deveres no campo da segurança externa e em atividades de segurança interna, particularmente de natureza preventiva, contribuindo, ao lado das outras forças armadas, para a garantia da paz social, indispensável à realização dos

programas governamentais, à operosidade e ao bem-estar do povo brasileiro.

As tarefas de planejamento ganharam novo impulso ao longo de 1975, em vista de atualização de hipóteses geradoras de fecunda revisão dos planos operacionais e logísticos de todos os escalões e, conseqüentemente, reveladoras de falhas e carências de organização e de aparelhamento, umas já sanadas, outras em processo de correção.

O adestramento operacional continuou sendo a atividade fundamental do Exército. No âmbito das organizações militares, foram alcançados todos os objetivos da instrução ou do ensino, embora os grandes comandos, cumprindo diretrizes de redução do consumo de combustíveis, buscassem objetivos menos ambiciosos, fazendo amplo emprego dos exercícios de quadros.

Ficou perfeitamente demonstrado o acerto da realização de manobras pelos grandes comandos, dentro de situações ajustadas às hipóteses reais e em períodos a serem intervalados de dois a quatro anos.

O I Exército realizou exercícios de quadros no terreno em regiões do norte do Estado do Rio de Janeiro, leste de Minas Gerais e sul do Espírito Santo, neles empenhando as 1.ª e 4.ª Divisões de Exército.

No II Exército, destacaram-se os exercícios da 2.ª Divisão de Exército na região de Itu e da 2ª Brigada Mista, na fronteira oeste do Brasil, na foz do rio Apa.

O III Exército testou o grau de operacionalidade da 6ª Brigada de Infantaria Blindada, em exercício tático desenvolvido ao longo do eixo Santa Maria — Cacequi — Rosário.

O IV Exército concentrou unidades das 6ª, 7ª e 10.ª Regiões Militares, na região de Barreiras, na Bahia, colhendo importantes ensinamentos nos seus exercícios táticos e nas atividades de natureza comunitária.

Na calha do rio Solimões, na região de Tefé, o Comando Militar da Amazônia fez exercícios de operações na selva, com apoio da Força Aérea e em ação combinada com a Marinha de Guerra.

Merecem registro o intercâmbio com um grande número de Exércitos e o acompanhamento das doutrinas militares estrangeiras. Cerca de cinquenta oficiais brasileiros realizaram cursos ou estágios no exterior, abrindo-se nossas escolas a quase duas centenas de oficiais europeus e das Américas, sem mencionar as visitas individuais de generais e de grupos de várias nacionalidades, interessados, particularmente, em conhecer nossas escolas militares e nossa promissora indústria civil de material bélico.

Assinale-se, ainda, a participação do Exército Brasileiro em várias Conferências Militares Internacionais, dentre as quais cumpre destacar a XI Conferência de Exércitos Americanos, realizada em Montevideu, para o estudo dos problemas militares de interesse mútuo, com o propósito de garantir a segurança e a defesa do nosso continente.

Organização e Aparelhamento

Conciliando, equilibradamente, o espírito de evolução e a tradição, a ampliação de responsabilidades estratégicas e as limitações de ordem financeira, assim como aproveitando, ao máximo, o material existente e estimulando a indústria nacional, levou-se adiante profunda transformação da organização e da articulação da Força Terrestre, com a extinção de unidades e quadros considerados obsoletos ou antieconômicos e com a reestruturação e a criação de novos organismos, mais racionais, mais flexíveis e mais operativos.

Registre-se o imenso esforço, em pleno andamento, de atualização de leis e regulamentos básicos, de refor-

mulação das políticas de modernização administrativa, bem como de aumento da formação de reservas, seja pela expansão da rede de Tiros de Guerra, em áreas não providas de organizações militares, seja pela criação de novos Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva.

Com vistas ao atendimento das necessidades de equipamentos essenciais à segurança, foram traçadas as diretrizes para o II Projeto Especial de Reparcelamento do Exército, para o período de 1975 a 1979, com ênfase na aquisição de materiais de fabricação nacional.

Para permitir a realização de obras de infra-estrutura — sobretudo de construção e conservação de quartéis e de residências funcionais — e a aquisição de imóveis necessários à atividade militar, sem sobrecarregar as dotações orçamentárias, lançou-se mão de novos recursos, seja pela eliminação de organismos e serviços obsoletos ou de menor prioridade, seja pela alienação de terrenos de alto valor imobiliário, situados em áreas de grande concentração urbana e, assim, atualmente dispensáveis, do ponto de vista militar.

Desenvolvimento Científico e Tecnológico

A política global do Exército para o desenvolvimento científico e tecnológico visou principalmente à procura de técnicas modernas, relacionadas com os equipamentos de interesse militar, com a finalidade de orientar e estimular a indústria nacional na concepção e na produção de material bélico.

No cumprimento dessa orientação, o Exército desenvolveu vários projetos, incluídos no Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico ou custeados com os seus próprios recursos, destinados à pesquisa e desenvolvimento, alguns dos quais transcendem objetivos especificamente militares para atender a necessidades civis.

O Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento e o Instituto Militar de Engenharia tiveram destacada atuação em 1975, no desenvolvimento científico e tecnológico do País, secundando os esforços dos organismos civis especializados; o primeiro, ao desenvolver importantes projetos, e o segundo, ao formar cerca de uma centena de engenheiros civis e militares de construção civil, metalurgia, comunicações, eletricidade, eletrônica, engenharia mecânica, química, geodésia, e ao diplomar em cursos de pós-graduação quase o dobro de engenheiros civis e militares de energia nuclear, engenharia de sistemas, engenharia mecânica, química, eletricidade e ciência dos materiais.

Colaboração ao Desenvolvimento Econômico do País

A colaboração do Exército ao desenvolvimento econômico do País situou-se, em 1975, uma vez mais, principalmente na construção de estradas, de instalações de abastecimento de água e redes de esgotos sanitários, na Amazônia e no Nordeste, nos trabalhos de levantamento cartográfico e de mapeamento e na formação de mão-de-obra especializada, igualmente atenta às necessidades do Exército e dos mercados regionais de trabalho, feita em organizações militares ou mediante convênios com instituições subordinadas ou vinculadas a outros Ministérios. Estima-se em cerca de mil quilômetros de rodovias e cinquenta de ferrovias a contribuição viária do Exército em 1975, com previsão de que sejam mantidas, no ano de 1976, as metas rodoviárias e de muito ampliadas, as ferroviárias.

Foi criada a Indústria de Material Bélico — IMBEL para a qual o Poder Legislativo mostrou particular sensibilidade ao discutir e promulgar a lei que a instituiu. Da nova empresa muito se espera, neste ano e a médio e

longo prazo, não só no referente ao reaparelhamento do Exército, senão também como contribuição ao desenvolvimento econômico do País.

Colaboração ao Desenvolvimento Social do País

A colaboração do Exército para o desenvolvimento social apresentou aspectos que variaram desde a costumeira contribuição para a formação da cidadania, agora reforçada por intenso esforço de qualificação profissional, até a implantação de unidades militares em regiões de fraca densidade demográfica e na abertura de novos horizontes de integração nacional, como os cinco batalhões situados ao longo da Rodovia Transamazônica, o batalhão da área do rio São Francisco e os quatro outros da área do Centro-Oeste.

O papel de pioneiro das regiões fronteiriças e de fixador de populações em espaços vazios, de extraordinária importância no passado, sobretudo nos lindes meridionais, renova-se e intensifica-se, ao longo da imensa fronteira de Mato Grosso e dos Estados e Territórios amazônicos, com aspectos sociais que extravasam o campo específico do Exército para interessar a área de atuação de órgãos estaduais ou de outros ministérios, impossibilitados, muitas vezes, de chegar a essas longínquas regiões.

Relevante também foi, uma vez mais, em 1975, a ação comunitária das organizações militares do Exército, em tempos normais ou em momentos de calamidade, solidárias e integradas às populações das regiões onde estão aquarteladas. Isso ocorreu principalmente nas horas difíceis das enchentes de Pernambuco e de Santa Catarina, quando os homens e as estruturas do Exército foram instrumentos que ajudaram o povo a vencer a adversidade.

AERONAUTICA

O Ministério da Aeronáutica, no decorrer do ano de 1975, situou suas principais atividades no cumprimento de sua missão, qual seja, a de concorrer para a formulação e cooperar na consecução da política aeroespacial nacional, propondo as diretrizes julgadas necessárias; promover o fortalecimento do poder aéreo, estabelecer, equipar e operar, diretamente ou mediante autorização ou concessão, a infra-estrutura aeronáutica; orientar, incentivar e apoiar indústrias empenhadas em atividades relacionadas com sua missão; realizar pesquisas relativas a essas atividades e, finalmente, operar o Correio Aéreo Nacional.

As dificuldades que prevalecem no contexto econômico-financeiro internacional encontraram, no Ministério da Aeronáutica, sensibilidade adequada para, sem prejuízo de sua operacionalidade, racionalizar suas atividades de forma a reduzir os custos relativos. Mantendo rigoroso controle no consumo de derivados de petróleo, tanto daqueles usados em aeronaves como dos demais, pôde o Ministério da Aeronáutica cumprir sua missão, não deixando de atender aos elevados padrões de eficiência e segurança que manteve nos anos anteriores, bem como não faltando aos compromissos assumidos para o cumprimento de missões aéreas do interesse da Presidência da República, do Congresso Nacional e dos demais Ministérios militares e civis.

Os programas iniciados nos anos anteriores, praticamente, não sofreram solução de continuidade, muitos deles já frutificando, tais como o Plano de Reequipamento da Força Aérea Brasileira, o Sistema Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo — SISDACTA, Aeroporto Internacional do Galeão e Aeroporto Internacional de Manaus. No campo da Aeronáutica Civil, vale mencionar a instituição da aviação de terceiro nível, ora em fase de implantação.

Organização e Aparelhamento

O Plano de Reequipamento da Força Aérea Brasileira, já mencionado, vem sendo desenvolvido dentro do cronograma estabelecido; já foram recebidos no Brasil, trasladados do estrangeiro por tripulações brasileiras, a quase totalidade dos caças táticos F-5 encomendados, o primeiro avião tanque KC-130, parte dos S2-E que irão operar no navio-aeródromo e os últimos aviões de transporte de carga e passageiros Avro 748. Em complemento, cabe destacar o recebimento de aeronaves produzidas pela indústria brasileira, entre as quais se incluem mais 40 aviões Xavante.

Paralelamente, prosseguiu o plano de desativação de aeronaves já consideradas obsoletas e de emprego anti-econômico.

Dentro dessa política, procede-se à substituição dos BAC *One-Eleven*, considerados obsoletos em vista de suas condições operacionais e crescente impraticabilidade de manutenção no País, por aeronaves Boeing-737.

Finalmente, utilizando-se recursos complementares, oriundos do Departamento Nacional de Produção Mineral, foi processada a aquisição de quatro helicópteros UH-1H, devidamente equipados, para emprego específico no Projeto Radam.

Desenvolvimento Científico e Tecnológico

O Ministério da Aeronáutica através do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento, realizou investimentos substanciais nos campos da ciência e da tecnologia, no decorrer do ano de 1975. Com recursos próprios ou mediante convênios e contratos com órgãos do Governo e Universidades, o Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento — IPD, do Centro Técnico Aeroespacial, vem desenvolvendo, entre outros, os seguintes projetos de pesqui-

sas da sua responsabilidade: Projeto Eletrônica Espacial — sistema de telemetria e de controle e guagem para foguetes nacionais; Projeto Microondas — radar meteorológico na banda S, destinado a equipar a rede de proteção ao vôo; Projeto Avião-laboratório — console para verificação, em vôo, de auxílios-rádio à navegação aérea instalados em terra, de forma a permitir sua aferição e calibragem; Projeto Álcool — substituição progressiva do petróleo por combustível nacional originário de recursos renováveis e Projeto Motores — aprimoramento de bases para fundidos, forjados e usinados, de profunda significação industrial, sobre as quais se apoiará, no futuro, boa parte da indústria de bens de capital.

Além dos projetos citados, o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento mantém, através de seus diversos departamentos, pesquisas nos campos dos motores de aviação, das turbinas e da metalurgia (aços de alta resistência e ligas leves e de altas temperaturas), consideradas relevantes para o desenvolvimento nacional, objeto de convênios com o BNDE, com os Ministérios das Minas e Energia, da Indústria e do Comércio ou com o Governo do Estado de São Paulo.

Apoiada no esforço inicial de um grupo de técnicos e engenheiros oriundos do Ministério da Aeronáutica — Centro Técnico Aeroespacial — CTA, a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. — EMBRAER, sociedade de economia mista, cujo objetivo primordial é o desenvolvimento da indústria aeronáutica brasileira, completou, em 1975, seis anos de existência, estando posicionada hoje entre as 150 maiores empresas do País.

No ano de 1975, a EMBRAER, possuindo mais de 3 500 empregados, triplicou a produção de aeronaves em relação ao ano anterior, atingindo o total de 298 unidades. Com fator de expansão digno de realce, cumpre registrar um aumento da ordem de 200% na produção, com um acréscimo de mão-de-obra de apenas 7,62%.

As principais atividades técnicas desenvolvidas pela EMBRAER, no ano, compreendem: projetos de aviões pressurizados, de que resultou o nascimento da família EMB — 12X, composta inicialmente pelos aviões EMB-121 Xingu (6 passageiros), EMB-123 Tapajós (10 passageiros) e EMB-120 Araguaia (22 passageiros), dos quais o primeiro está totalmente projetado e desenvolvido, restando apenas a fabricação dos protótipos e o lançamento da produção seriada; definição final de várias versões especiais do EMB-110 Bandeirante, a saber: EMB-110k (cargueiro militar), EMB-110P (18 passageiros — emprego na aviação de 3º nível), EMB-11A (avião laboratório), EMB-110B (aerofotogrametria) e EMB-111 (esclarecimento marítimo); avaliação final das características básicas de um avião transporte de médio porte (C-X), segundo escolha efetuada pelo Ministério da Aeronáutica, que recaiu sobre a versão turbo-hélice CX-2A; ensaios de fadiga, em hangar especialmente preparado, no modelo EMB-110 Bandeirante, equivalentes a condições similares de uso após 50 mil horas de vôo; estudos para o desenvolvimento futuro de versões a jato da família C-X e para a produção do avião militar para missões de Apoio Aéreo Aproximado, designado Z-X, segundo especificações do Estado-Maior da Aeronáutica; projeto para a fixação de normas e fabricação de componentes para os caças Northrop F4-E; fabricação de casulos de metralhadoras para o avião EMB-326 Xavante; e fabricação da centésima célula do avião EMB-326 e da centésima fuselagem do avião EMB-110.

No setor de vendas internacionais, os resultados obtidos pela EMBRAER superaram as expectativas. Foram comercializados, com a República do Uruguai, 5 Bandeirantes e 10 Ipanemas, numa operação que atingiu a cifra de Cr\$ 5,5 milhões. Revelam-se ainda como compradores, em potencial, o Chile e a Colômbia, segundo recentes e promissores contatos mantidos com aqueles países.

Paralelamente, no mercado interno, toda a produção foi comercializada.

Colaboração ao Desenvolvimento Econômico do País

Os progressos alcançados pela indústria aeronáutica brasileira, no decorrer de 1975, projetam resultados promissores que, em futuro próximo, terão implicação ponderável no desenvolvimento econômico do País. Além das vendas citadas anteriormente, há a registrar exportações de materiais aeronáuticos diversos no valor de us\$ 2,0 milhões.

Nos campos da indústria e da pesquisa aeronáuticas — fontes geradoras de novos empregos — há ainda a ressaltar a formação de mão-de-obra especializada e os projetos para a utilização do álcool etílico 96° GL, produzido a partir da mandioca, como combustível para motores.

A contratação de serviços no País vem recebendo o estímulo adequado, no âmbito do Ministério da Aeronáutica, tendo sido despendidos recursos da ordem de Cr\$ 46 milhões para a aquisição de materiais e equipamentos e Cr\$ 42 milhões para revisão de aviões e motores na indústria privada.

As atividades relacionadas com a proteção ao voo e a infra-estrutura aeronáutica, de forma indireta, trazem inestimável contribuição à economia do País, ao assegurar confiabilidade ao tráfego de aeronaves comerciais e privadas, alimentado por um fluxo adequado e regular de passageiros e carga.

A política federal de Administração Empresarial de Aeroportos permitiu dimensionar a problemática aeroportuária e enquadrá-la nos objetivos do Governo. Dessa forma, a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária — INFRAERO jurisdiciona hoje 26 dos principais aeroportos do País.

Em projetos empresariais constantes do II PND, a INFRAERO, no ano de 1975, com recursos obtidos através de empréstimos externos autorizados, aumentou a capacidade de áreas de pouso e manobras dos aeroportos; programou a nacionalização de equipamentos de combate e prevenção de sinistros (aquisição, no País, de 22 carros contra-incêndio e 12 carros limpa-pista); programou terminais de carga, cuja instalação vem contribuindo de maneira expressiva, para o controle e a fiscalização da Receita Federal sobre mercadorias importadas por via aérea — atualmente já há 10 terminais funcionando, havendo a previsão de construção de mais 16, até o próximo ano; além disso, por intermédio de convênios com Governos Estaduais, melhorou instalações aeroportuárias nos Estados do Ceará, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso e Espírito Santo e prosseguiu na construção e implantação do Aeroporto do Rio de Janeiro.

A vastidão territorial da Região Amazônica faz com que o Ministério da Aeronáutica concentre maiores esforços no sentido da manutenção e melhoria dos aeroportos existentes e da construção de novos, visando à implantação de um sistema aeroviário capaz de atender aos mínimos reclamos do seu programa global de desenvolvimento.

Através do programa de construção de aeroportos, em execução pela Comissão de Aeroportos da Região Amazônica — COMARA, tornou-se possível, com o emprego de aeronaves de médio porte, a jato ou turbopropulsor, o acesso a localidades que, em passado recente, só poderiam ser alcançadas com o uso do hidroavião ou por aeronaves de pequeno porte.

O programa da COMARA, cuja execução se pretende realizar no decorrer do II PND, compreende a construção de 57 aeroportos, sendo 26 de padrão PIN (Pista de 2.000 a 2.400 metros x 45 metros, com facilidades para operações diurnas e noturnas) e 31 padrão Fronteira (1.200 a 1.800 metros x 30 ou 45 metros, com possibili-

dade de ampliação para o padrão PIN). Para este programa, estão estimados investimentos no valor de Cr\$ 715 milhões, a preços de dezembro de 1974.

Colaboração ao Desenvolvimento Social do País

O Ministério da Aeronáutica vem prestando inestimável colaboração ao desenvolvimento social do País, através de contribuição valiosa nos campos de educação, saúde e habitação.

No ano de 1975, além de escolas públicas de nível primário que, criadas em convênio com Secretarias Estaduais de Educação, funcionam em áreas do Ministério, foram mantidos, na Ilha do Governador e na cidade de Fortaleza, estabelecimentos de ensino do 1º grau, onde mais de 2.570 jovens de ambos os sexos recebem instrução, até a oitava série. Ainda no campo do ensino, mantém o Ministério da Aeronáutica o Instituto Tecnológico de Aeronáutica, onde estão matriculados 620 alunos, que serão formados em diversas especialidades de engenharia do mais alto nível, a maioria dos quais destinados ao mercado de trabalho civil.

A Ação Cívica, proporcionada em todo território brasileiro pelos aviões do Correio Aéreo Nacional e suas tripulações militares, engloba assistência médica, sanitária, odontológica e social; em 1975 foram realizadas cerca de 50 mil horas de voo, correspondendo a 15 milhões de quilômetros percorridos, atendendo aos setores da população menos favorecidos, quando foram transportados 168 mil passageiros e 10 mil toneladas de carga; entre estes foram atendidos, com prioridade, missionários, estudantes e enfermos; quanto aos últimos, em missões especiais de voo para evacuá-los para centros dotados de melhores recursos médicos, o Ministério da Aeronáutica realizou mais de mil horas de voo, incluindo-se aquelas consumidas no resgate e transporte de tripulantes e passageiros de embarcações marítimas e fluviais, totalizando 320 missões reais de busca e salvamento.

INTRODUÇÃO

	<i>Página</i>
Política Económico-Financeira	
Fazenda	12
Transportes	26
Agricultura	33
Indústria e Comércio	47
Minas e Energia	69
Interior	78
Comunicações	94
Política Social	
Educação e Cultura	110
Trabalho	122
Saúde	129
Previdência e Assistência Social	137
Política Externa	151
Justiça	
Política Interna	173
Ordem Jurídica	174
Segurança Interna	174
Ação Social	175
Forças Armadas	
Estado-Maior das Forças Armadas	181
Marinha	183
Exército	189
Aeronáutica	195

